



## VII Congresso Nacional da Psicologia Relatório Final

# VII CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

## PSICOLOGIA E COMPROMISSO COM A PROMOÇÃO DE DIREITOS: UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PARA A PROFISSÃO

### Relatório Final

Brasília, 3 a 6 de junho de 2010.

### Apresentação

O VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP) realizou-se em Brasília de 3 a 6 de junho de 2010 no Hotel Nacional, discutindo o tema: **PSICOLOGIA E COMPROMISSO COM A PROMOÇÃO DE DIREITOS: UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PARA A PROFISSÃO.**

Esta edição do CNP teve como objetivo: promover a organização e a mobilização dos psicólogos do país, possibilitando a definição da contribuição do Sistema Conselhos para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão; definir políticas nacionais referentes ao tema do VII CNP a ser implementadas ou reguladas pelos Conselhos de Psicologia na gestão 2010-2013.

Segundo a Comissão Organizadora, a finalidade do VII CNP foi de:

Construir um programa que possa significar a participação da Psicologia na promoção de direitos, ampliando a possibilidade de construir respostas efetivas às necessidades sociais, sob a ótica da inclusão social.

A Psicologia precisa apresentar-se de forma compromissada, exercendo trabalho qualificado nos âmbitos da ética, da técnica e da política.

A Psicologia precisa estar na cena em que se luta pela efetiva promoção dos direitos, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O convite é para pensar o futuro da profissão e da ciência, a partir do trabalho cotidiano de cada um.

Participaram deste VII CNP 162 delegados, 16 observadores e 7 convidados.

Foram apreciadas 174 teses, resultantes da participação de 11.726 pessoas ao longo de 303 eventos preparatórios, 156 pré-congressos e 17 congressos regionais ocorridos em todo o País. Foram aprovadas 109 teses e 5 moções.

A mesa diretora foi composta por:

Carla Biancha Angelucci – Presidente

Deise Nascimento – 1ª-Secretária

Denise Matoso – 2ª-Secretária

Camila Heleno – 1ª-Relatora

Iolete Ribeiro da Silva – 2ª-Relatora

Heloiza Masanaro – Suplente

Marilda Castelar – Suplente

Ildo Salvi – Suplente

Celso Tondin – Colaborador

Este caderno foi organizado pela Mesa Diretora e apresenta na íntegra as teses e as moções aprovadas pelo plenário. O caderno respeita a organização original das teses a partir dos três eixos temáticos do congresso.

### **EIXO 1: APERFEIÇOAMENTO DEMOCRÁTICO DO SISTEMA CONSELHOS**

Fazem parte deste eixo as teses que se referem a propostas de organização de formas democráticas de estrutura e funcionamento do Sistema Conselhos de Psicologia. Ele dá sequência a uma série de investimentos que o coletivo de psicólogos faz, há quase duas décadas, sobre o funcionamento do Sistema Conselhos. O desafio de pensar a profissão não pode ser atribuído como tarefa de poucos, mas deve ser sempre realizado a partir da consulta e da participação dos psicólogos.

### **EIXO 2: CONSTRUÇÃO DE REFERÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

Este eixo foi idealizado para contribuir na continuidade da construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional nas diferentes áreas, inquietações recorrentes em uma categoria que deve contribuir cada vez mais para diminuir as desigualdades sociais. Princípios éticos norteadores e qualificação técnica são características de um projeto para a profissão que se consolida dia a dia e se fortalece nos espaços de debates, entre os quais se destaca o CNP.

### **EIXO 3: DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E COM O ESTADO**

Este eixo tem por objetivo melhor delinear e refletir sobre as relações da Psicologia com a Sociedade e com o Estado, nas perspectivas da promoção e da inserção da Psicologia nas Políticas Públicas e em outros espaços, da aproximação com movimentos sociais comprometidos com avanços e da efetivação da promoção de direitos.

A dimensão proposta por esse eixo deve levar em consideração a necessidade de projeto coletivo para a profissão, que articule diversos protagonistas no fortalecimento da democracia.

# ORGANIZAÇÃO DO CADERNO

## SUMÁRIO

### EIXO I: APERFEIÇOAMENTO DEMOCRÁTICO DO SISTEMA CONSELHOS

Tese 001 - CONGRESSOS NACIONAIS DA PSICOLOGIA – Organização do CNP	pg.: 12
Tese 005 - ÉTICA PROFISSIONAL – Orientação e fiscalização	pg.: 13
Tese 007 - GESTÃO DO SISTEMA – Criação de Ouvidoria	pg.: 14
Tese 008 - GESTÃO DO SISTEMA – Gestão Administrativa	pg.: 15
Tese 009 - GESTÃO DO SISTEMA – Gestão da comunicação	pg.: 16
Tese 011 - GESTÃO DO SISTEMA – Gestão para inclusão da pessoa com deficiência	pg.: 17
Tese 012 - GESTÃO DO SISTEMA – Gestão política com a categoria	pg.: 18
Tese 014 - ORGANIZAÇÃO DA APAF	pg.: 19
Tese 015 - POLÍTICA FINANCEIRA – Anuidades	pg.: 20
Tese 016 - POLÍTICA FINANCEIRA – Finanças	pg.: 21
Tese 018 - Estratégias para regionalização e interiorização do Sistema Conselhos	pg.: 22
Tese 019 - REGIONALIZAÇÃO – Criação de novos Conselhos	pg.: 23
Tese 020 - REGIONALIZAÇÃO – Estrutura para regionalização	
Implantação das Subsedes	pg.: 24

### EIXO II: CONSTRUÇÃO DE REFERÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Tese 024 - Acupuntura	pg.: 26
Tese 025 - Álcool e outras drogas	pg.: 27
Tese 027 - ATENÇÃO PSICOLÓGICA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA Atuação do psicólogo em entidades de longa permanência para pessoas com deficiência e reinserção social.	pg.: 29
Tese 028 - Avaliação psicológica – Avaliação psicológica em concurso público	pg.: 30
Tese 029 - Avaliação psicológica – Avaliação psicológica em diversos contextos	pg.: 31
Tese 030 - Avaliação psicológica – Qualificação, orientação e atuação ético-profissional	pg.: 32
Tese 031 - Avaliação psicológica – Satepsi e validação de testes psicológicos	pg.: 33
Tese 032 - Condições de trabalho Articulação Sistema Conselhos, Sindicato e Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi)	pg.: 34
Tese 034 - CONDIÇÕES DE TRABALHO – Construção de protocolo entre o Sistema Conselhos e movimento sindical sobre concursos	pg.: 35
Tese 039 - Crepop – Aperfeiçoamento, Fortalecimento e Ampliação do Crepop	pg.: 37

<b>Tese 043 - CRIANÇA E ADOLESCENTE – Orientação e qualificação de psicólogo no atendimento da criança e do adolescente</b>	<b>pg.: 39</b>
<b>Tese 044 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO – Democratização e ética na Comunicação</b>	<b>pg.: 41</b>
<b>Tese 045 - DIREITOS HUMANOS – Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3</b>	<b>pg.: 42</b>
<b>Tese 046 - DIREITOS HUMANOS – Prática do profissional psicólogo perante a população em situação de rua</b>	<b>pg.: 43</b>
<b>Tese 047 - DIREITOS HUMANOS – Qualificação e discussão da prática profissional na garantia dos direitos humanos</b>	<b>pg.: 44</b>
<b>Tese 048 - DIVERSIDADE SEXUAL – Defesa ao direito à livre orientação sexual</b>	<b>pg.: 46</b>
<b>Tese 049 - DIVERSIDADE SEXUAL – Despatologização e acompanhamento integral de pessoas que se submetem ao processo transexualizador</b>	<b>pg.: 48</b>
<b>Tese 050 - EDUCAÇÃO – Atuação do Psicólogo na Educação</b>	<b>pg.: 49</b>
<b>Tese 051 - EDUCAÇÃO – Consolidar a divulgação de referências de atuação de psicólogos na educação</b>	<b>pg.: 50</b>
<b>Tese 053 - EDUCAÇÃO – Educação e Medicalização</b>	<b>pg.: 52</b>
<b>Tese 056 - EDUCAÇÃO – Legislação para regulamentação da função de psicólogo escolar</b>	<b>pg.: 53</b>
<b>Tese 058 - EDUCAÇÃO – Psicologia no Ensino Médio</b>	<b>pg.: 54</b>
<b>Tese 059 - EMERGÊNCIAS E DESASTRES – Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional</b>	<b>pg.: 55</b>
<b>Tese 060 - FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO) – Aprimoramento das diretrizes sobre o estágio curricular</b>	<b>pg.: 57</b>
<b>Tese 061 - FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO) – Formação acadêmica e realidade social</b>	<b>pg.: 58</b>
<b>Tese 067 - MEMÓRIAS DA PSICOLOGIA</b>	<b>pg.: 59</b>
<b>Tese 068 - PSICOLOGIA DO ENVELHECIMENTO – Qualificação, debate e contribuição de referências para a Psicologia do Envelhecimento</b>	<b>pg.: 60</b>
<b>Tese 069 - PSICOLOGIA DO ESPORTE – Inclusão da discussão da Psicologia do Esporte no Sistema Conselhos</b>	<b>pg.: 61</b>
<b>Tese 071 - PSICOLOGIA DO TRÂNSITO – Ampliação da atuação do psicólogo do trânsito</b>	<b>pg.: 62</b>
<b>Tese 072 - PSICOLOGIA DO TRÂNSITO – Avaliação psicológica de motoristas</b>	<b>pg.: 63</b>
<b>Tese 073 - PSICOLOGIA E GÊNERO – Inserção e permanência da discussão de gênero no Sistemas</b>	<b>pg.: 64</b>
<b>Tese 074 - PSICOLOGIA E POVOS INDÍGENAS – Relação entre Psicologia e população indígena</b>	<b>pg.: 65</b>
<b>Tese 075 - Psicologia, políticas públicas e relações étnico-raciais e quilombolas</b>	<b>pg.: 66</b>

Tese 076 - PSICOLOGIA E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO – Discussão da Resolução CFP nº 12/2005	pg.: 68
Tese 077 - PSICOLOGIA HOSPITALAR	pg.: 69
Tese 078 - PSICOLOGIA JURÍDICA – Condição de Trabalho do Psicólogo no contexto da Justiça	pg.: 70
Tese 079 - PSICOLOGIA JURÍDICA – Discussão do campo da Psicologia Jurídica nos órgãos governamentais e em outras entidades	pg.: 72
Tese 080 - PSICOLOGIA JURÍDICA – Estratégias de Qualificação do Psicólogo que atua na Esfera da Justiça	pg.: 73
Tese 082 - PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO – Fortalecimento da atuação do psicólogo organizacional e do trabalho	pg.: 74
Tese 084 - PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO – Instrumentalização e divulgação da atuação do psicólogo na área organizacional e do trabalho	pg.: 76
Tese 086 - PSICOTERAPIA: Qualificação e atuação ético-profissional	pg.: 77
Tese 095 - RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS – Residências Multiprofissionais em Saúde	pg.: 79
Tese 097 - SAÚDE DA FAMÍLIA	pg.: 80
Tese 099 - SAÚDE MENTAL	pg.: 81
Tese 101 – SEGURANÇA PÚBLICA – Criação de referências e atuação do Psicólogo na segurança pública	pg.: 83
Tese 104 - SISTEMA PRISIONAL – Acompanhamento e discussão dos PLs relacionados ao sistema prisional e a egressos	pg.: 84
Tese 105 - SISTEMA PRISIONAL – Qualificação do trabalho do psicólogo no Sistema Prisional	pg.: 86
Tese 107 - SISTEMA PRISIONAL – Saúde mental, direitos sociais e reprodutivos da mulher encarcerada	pg.: 88
Tese 110 - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Referências Técnicas para o Suas	pg.: 89
Tese 111 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	pg.: 91
 <b>EIXO III: DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E COM O ESTADO</b>	
Tese 117 - VIOLÊNCIA – Atuação do profissional de Psicologia em situações de violação de direitos	pg.: 94
Tese 119 - DIÁLOGO COM A CATEGORIA – Articulação e Diálogo com a categoria sobre novos temas	pg.: 95
Tese 122 - DIÁLOGO COM A RELIGIÃO – Laicidade da Psicologia	pg.: 97
Tese 126 - DIÁLOGO com a categoria, IES e estudantes de psicologia sobre as questões etnorraciais	pg.: 98

Tese 128 - DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS – Adolescentes em Conflito com a Lei	pg.: 99
Tese 131 - DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS – Promoção dos direitos das pessoas com deficiência	pg.: 100
Tese 132 - DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS – Participação do Sistema Conselhos na Defesa dos Direitos da População Negra	pg.: 101
Tese 133 - DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS – Psicologia e direito dos povos indígenas	pg.: 102
Tese 135 - DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS – Psicologia e Homofobia: o Avanço e o Fortalecimento em Direitos Humanos e Políticas Públicas Garantindo a Cidadania	pg.: 103
Tese 137 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – A inserção do psicólogo escolar/educacional na rede pública de ensino	pg.: 104
Tese 138 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – A Inserção do Psicólogo na Política Pública de Assistência Social	pg.: 106
Tese 140 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Atestado Psicológico	pg.: 108
Tese 141 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Atuação da Psicologia na Promoção de Direitos Humanos e da Saúde Mental.	Pg.: 109
Tese 142 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Avaliação psicológica para renovação de Carteira Nacional de Habilitação	pg.: 112
Tese 143 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Concurso público	pg.: 113
Tese 144 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Condições de Trabalho do Psicólogo	pg.: 114
Tese 146 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Diálogo com as instâncias governamentais	pg.: 116
Tese 147 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Diálogo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Sindicato e Federação dos Psicólogos	pg.: 117
Tese 148 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Fortalecimento da atuação da Psicologia e ampliação da compreensão do fazer do psicólogo no SUS	pg.: 118
Tese 149 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Fortalecimento do sindicato	pg.: 119
Tese 150 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Garantir espaços para o trabalho dos psicólogos nos esportes	pg.: 120

<b>Tese 151 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Implementação da NOB-RH/SUAS</b>	<b>pg.: 121</b>
<b>Tese 152 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Implementação da NOB-RH/SUAS</b>	<b>pg.: 122</b>
<b>Tese 153 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Mobilização para alteração da legislação (ANS)</b>	<b>pg.: 123</b>
<b>Tese 154 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Psicologia e saúde do trabalhador</b>	<b>pg.: 125</b>
<b>Tese 155 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Piso salarial e carga horária para o Profissional Psicólogo</b>	<b>pg.: 127</b>
<b>Tese 156 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Projeto de Lei do Ato Médico</b>	<b>pg.: 128</b>
<b>Tese 158 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Psicologia e Mobilidade Humana</b>	<b>pg.: 129</b>
<b>Tese 159 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Psicologia e Política Nacional sobre Drogas</b>	<b>pg.: 130</b>
<b>Tese 162 - DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Relações entre o Sistema Conselhos de Psicologia e os movimentos sociais</b>	<b>pg.: 132</b>
<b>Tese 164 - DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA – Ampliação das parcerias com entidades da Psicologia</b>	<b>pg.: 133</b>
<b>Tese 166 - DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA – Áreas emergentes em Psicologia</b>	<b>pg.: 134</b>
<b>Tese 167 - DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA – Atuação do Psicólogo nas Instituições Educativas</b>	<b>pg.: 135</b>
<b>Tese 172 - DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA – Políticas públicas e atuação profissional</b>	<b>pg.: 137</b>
<b>Tese 173 - DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE PARA AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL – Afirmação e divulgação da Profissão do Psicólogo – ampla visibilidade na sociedade</b>	<b>pg.: 138</b>



<b>Tese 175 - DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE PARA AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL – Comemoração dos 50 anos de regulamentação da profissão e publicização das práticas do psicólogo</b>	<b>pg.: 139</b>
<b>Tese 176 - DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE PARA AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL – Psicologia e mídia</b>	<b>pg.: 140</b>
<b>Tese 178 - DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS EM DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>	<b>pg.: 141</b>
<b>Tese 179 - DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS EM DEFESA DO IDOSO – Fortalecimento das políticas para o envelhecimento ativo e saudável e promoção dos direitos do idoso</b>	<b>pg.: 143</b>
<b>Tese 180 - DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL – Compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia no combate ao preconceito e à discriminação</b>	<b>pg.: 145</b>
<b>Tese 181 - DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL – Descriminalização das Drogas no âmbito do Controle Social</b>	<b>pg.: 146</b>
<b>Tese 182 - DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL – Enfrentamento da Homofobia/Resolução CFP 01/1999</b>	<b>pg.: 148</b>
<b>Tese 185 - DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL – Mídia, subjetividade e controle social</b>	<b>pg.: 149</b>
<b>Tese 187 - DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL – Reafirmação e defesa da Reforma Psiquiátrica no âmbito do controle social</b>	<b>pg.: 151</b>
<b>Tese 188 - DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL – Fortalecimento da atuação do Sistema Conselhos nos espaços de controle social</b>	<b>pg.: 153</b>

## **Moções aprovadas pelo Plenário do VII CNP**

- 1. Moção pela aprovação da Resolução que veda a participação dos psicólogos em metodologias e salas de inquirição especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual.** Pg.: 155
- 2. Moção de repúdio ao processo em curso de instalação no Tribunal de Justiça de São Paulo do método conhecido como “Justiça sem dor”.** Pg.: 156
- 3. Moção de repúdio à aprovação do Projeto de Lei do Ato Médico (PL 7.703/06), que foi aprovado pela Câmara Federal** pg.: 157
- 4. Moção de solicitação de que sejam preestabelecidas, em Plenária do CNP, regras para os trabalhos dos grupos (proposta para o próximo CNP).** Pg.: 158
- 5. Moção de apoio à legalização do aborto.** Pg.: 159

**Delegados Credenciados para o VII CNP** pg.: 160

**Observadores Presentes** pg.: 167

**Entidades convidadas presentes** pg.: 168

**Comissão Organizadora** pg.: 169

## **EIXO 1: APERFEIÇOAMENTO DEMOCRÁTICO DO SISTEMA CONSELHOS<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Neste eixo, foram apreciadas as teses de 1 a 23, sendo aprovadas as teses: 1, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19 e 20.

## **Tese 1**

### **Tema da Tese**

CONGRESSOS NACIONAIS DA PSICOLOGIA – Organização do CNP

### **Diretrizes**

1. Promover melhor qualificação do processo de construção do CNP.

### **Encaminhamentos**

- a. Substituir, no VIII CNP a palavra “teses” por “propostas”.
- b. Possibilitar que os delegados eleitos para o Corep e o CNP tenham acesso com 15 dias de antecedência, pelo site, às teses construídas, permitindo sua apropriação para o futuro debate, no intuito de agilizar o processo.
- c. Construir uma metodologia na qual as questões regionais possam ser mais bem trabalhadas antes de ser remetidas para a comissão organizadora do CNP
- d. Elaborar e divulgar, pelo Sistema Conselhos de Psicologia, relatório objetivo, que sinalize as ações realizadas e as não realizadas, com as respectivas justificativas, em relação às teses aprovadas no congresso anterior.

## **Tese 5**

### **Tema da Tese:**

ÉTICA PROFISSIONAL – Orientação e fiscalização

### **Diretrizes**

1. Orientação e fiscalização permanentemente integradas ao projeto político da gestão do Sistema Conselhos.
2. Ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação e fiscalização já existentes.

### **Encaminhamentos**

- a. Considerar, nos protocolos de orientação e de fiscalização, a diversidade dos campos de atuação da Psicologia.
- b. Fortalecimento e viabilização de condições para que as representações setoriais possam melhor orientar e fiscalizar o trabalho do psicólogo em cidades do interior, a fim de buscar melhorias nas condições de trabalho, bem como a garantia dos direitos dos usuários de acordo com o que define o código de ética da profissão.
- c. As Comissões de Orientação e Ética (COEs) dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), deverão realizar pesquisas quantitativas e qualitativas para o levantamento e o esclarecimento dos temas que mais suscitam a apresentação de denúncias éticas.
- d. Promoção, pelo Sistema Conselhos, de qualificação sistemática e continuada dos conselheiros das comissões permanentes regionais, visando a aprimorar os procedimentos de orientação e fiscalização.
- e. Criação, pelo CFP, de mecanismos efetivos de discussão, avaliação e validação de novas técnicas e abordagens, do ponto de vista técnico e epistemológico, gerando estratégias para integrar a produção decorrente da comunidade científica e as ações dos Sistemas Conselhos.
- f. Divulgação das infrações mais comuns e dos procedimentos de orientação e de fiscalização.
- g. Desenvolvimento pelos Conselhos Regionais, como prática regular, do levantamento dos problemas e das dúvidas encontradas no exercício profissional, para indicar ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) suas soluções.

## **Tese 7**

### **Tema da Tese**

GESTÃO DO SISTEMA – Criação de Ouvidoria

### **Diretrizes**

1. Criar e implantar uma Ouvidoria, de forma articulada entre CFP e Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), para fins de controle interno, administrativo, financeiro e político.

### **Encaminhamentos**

- a. Criar mecanismos de ouvidoria para acolher e encaminhar as queixas dos profissionais
- b. Criar sistema informatizado de ouvidoria centralizado no CFP com a participação dos Conselhos Regionais para classificar as reivindicações e encaminhar soluções.

## **Tese 8**

### **Tema da Tese**

GESTÃO DO SISTEMA – Gestão Administrativa

### **Diretrizes**

1. Criar mecanismos de avaliação das ações das gestões dos Conselhos.
2. Organizar de forma transparente e pública os apoios financeiros do Sistema Conselhos a entidades ou movimentos atendendo a diversidade da Psicologia, das representações e movimentos sociais.

### **Encaminhamentos**

- a. Criar avaliação anual do Sistema Conselhos e de suas gestões, a ser realizada pela categoria profissional, e divulgar os resultados nos sites do Sistema Conselhos.
- b. Realizar palestras sobre o Sistema Conselhos nas universidades e em locais de atuação do psicólogo, especialmente nas práticas públicas.
- c. Divulgar amplamente informações sobre o Sistema Conselhos, seus objetivos, funções, funcionamento e obrigações, incentivando a participação ativa da categoria.
- d. Explicitar e tornar públicas formas e critérios do Sistema Conselhos para apoio financeiro.
- e. Submeter obrigatoriamente os apoios financeiros a à aprovação das plenárias do Sistema Conselhos.
- f. Ampliar a atribuição da Comissão de Auditoria e Controle Interno para além da fiscalização do orçamento, incluindo o controle interno administrativo.

## **Tese 9**

### **Tema da Tese**

GESTÃO DO SISTEMA – Gestão da comunicação

### **Diretrizes**

1. Ampliar estratégias e ferramentas de comunicação entre o Sistema Conselhos e a sociedade, bem como as formas de publicidade para documentações legais, atos administrativos, disciplinares e informações em geral.

### **Encaminhamentos**

- a. Criar ações de esclarecimento à população em geral a respeito do papel do psicólogo.
- b. Empregar várias estratégias (internet, correio, etc.) de divulgação das documentações legais dos Conselhos Federal e Regionais, de forma a garantir o princípio da publicidade.
- c. Fortalecer os canais de comunicação entre conselho e profissionais e acadêmicos de Psicologia, divulgando informações sobre políticas do Conselho, por meio de site, jornal, material gráfico, bem como tecnologias em geral.
- d. Recomendar às plenárias dos CRPs que designem um conselheiro representante das políticas de comunicação que trabalhe de forma articulada com as respectivas assessorias de comunicação, para aperfeiçoar as ações da área.
- e. Otimizar a divulgação das atividades do Sistema Conselhos, por meio das redes sociais virtuais.
- f. Sugerir inclusão no *Jornal do CRP*, impresso ou virtual, de espaços para matérias sobre referências técnicas, orientação, questões éticas, divulgação dos processos éticos julgados e resultados das comissões temáticas, respeitando-se o disposto no Código de Processamento Disciplinar.
- g. Possibilitar, nas mídias do Sistema Conselhos, links diretos que reportem ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop).
- h. Manter divulgação, digitalização e distribuição das produções audiovisuais para todos os CRPs, seções e subsedes, por meio do Sistema Conselhos, bem como divulgar a possibilidade de novas produções.
- i. Propagar a Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia (BVS-PSI) e possibilitar a implantação das estações BVS em todos os Conselhos Regionais.



## **Tese 11**

### **Tema da Tese**

GESTÃO DO SISTEMA – Gestão para inclusão da pessoa com deficiência

### **Diretrizes**

1. Garantia ampla de formas de acesso e comunicação, que acolham e respeitem as especificidades de todos os sujeitos, nas sedes, seções e subsedes do Sistema Conselhos de Psicologia, bem como em seus eventos externos.

### **Encaminhamentos**

a. Disponibilizar as informações geradas pelo Sistema Conselhos de forma a garantir a acessibilidade aos psicólogos com deficiência visual.

b. Incluir nas inscrições antecipadas para os eventos do Sistema Conselhos a opção da necessidade de recursos de apoio a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, garantindo-os na realização dos eventos.

c. Garantir que psicólogos, ou outros usuários que se valham dos serviços disponibilizados no Sistema Conselhos e que tenham deficiência, sejam atendidos com prioridade.

d. Garantir a acessibilidade em todas as sedes, seções e subsedes do Sistema Conselhos.

e. Utilizar formas de comunicação como o braille e a Libras em eventos e meios de comunicação de grande circulação do Sistema Conselhos.

f. Divulgar para a categoria a disponibilidade das produções do Sistema Conselhos em edições específicas para pessoas com deficiência.

g. Utilizar como critério para escolha de espaços externos para eventos do Conselho, realizados ou apoiados por ele, locais que tenham acessibilidade.

## **Tese 12**

### **Tema da Tese**

GESTÃO DO SISTEMA – Gestão política com a categoria

### **Diretrizes**

1. Mobilizar e estimular os psicólogos para efetiva participação no Sistema Conselhos, buscando a colaboração dos psicólogos nas atividades promovidas.
2. Estimular a aproximação entre os psicólogos e o Sistema Conselho e ampliar e generalizar a participação da categoria nas ações dos Conselhos Regionais de Psicologia.
3. Sensibilizar os psicólogos para participar politicamente, seja no Sistema Conselhos, seja em grupos de controle social e em movimentos sociais.

### **Encaminhamentos**

- a. Acolher os profissionais recém-formados e promover encontros a respeito da inserção na atividade profissional, buscando parcerias com o sindicato.
- b. Fortalecer as relações entre profissionais da Psicologia, promovendo eventos como rodas de conversas e eventos de atualização e formação profissional continuada, troca de experiências, etc.
- c. Eleger tema anual para as ações do Sistema Conselhos e balizamento das ações de colegiados, centros de referência, comissões, etc., de acordo com esse tema.

## **Tese 14**

### **Tema da Tese**

ORGANIZAÇÃO DA APAF

### **Diretrizes**

1. Debate e revisão dos critérios de representação nas Assembleias das Políticas, da Administração e das Finanças (Apafs).
2. Debate e revisão das formas organizativas das Apafs.

### **Encaminhamentos**

- a. Realizar discussão e deliberar na Apaf novos critérios referentes à organização na Apaf quanto a periodicidade, duração e outras questões pertinentes.
- b. Realizar discussão e deliberar na Apaf novos critérios referentes aos representantes dos CRPs nas Apaf.
- c. Envolver, de forma efetiva, todos os membros do plenário dos Regionais e do Conselho Federal de Psicologia na construção e na discussão da pauta da Apaf.
- d. Divulgar no site do CRP e do CFP em sequência a realização da Apaf dos indicativos aprovados.
- e. Divulgar as deliberações da Apaf de forma mais ampliada, sistemática e contínua, para a categoria, no que concerne a todas as deliberações, garantindo a transparência na execução das ações.

## **Tese 15**

### **Tema da Tese**

POLÍTICA FINANCEIRA – Anuidades

### **Diretrizes**

1. Analisar e rever o valor e as formas de pagamento das anuidades do Conselho de Psicologia.

### **Encaminhamentos**

a. O CFP deve criar comissão de análise das formas de pagamento da anuidade, contemplando:

1. Valor diferenciado para recém-formados.

2. Possibilidade de isenção de pagamento nos dois primeiros anos.

3. Possibilidade de isenção de pagamento a partir de determinado número de anos de contribuição.

4. Parcelamento maior no pagamento das anuidades.

5. Possibilidade de valor diferenciado das anuidades em um mesmo CRP.

b. As conclusões do estudo devem ser objeto de apreciação da Apaf para deliberação, dada a necessidade de garantir viabilidade financeira de todos os conselhos;

c. A forma de cálculo da banda da anuidade deve ser revista pela Apaf.

## **Tese 16**

### **Tema da Tese**

POLÍTICA FINANCEIRA – Finanças

### **Diretrizes**

1. Discutir e definir uma política financeira para o Sistema Conselhos que garanta a transparência da execução orçamentária e viabilize a execução dos projetos aprovados, considerando a desigualdade de arrecadação e tamanho dos diferente CRPs.

### **Encaminhamentos**

- a. Instituição de repasses financeiros diferenciados para os conselhos, de acordo com os diferentes números de representantes na Apaf.
- b. Mudança do nome da conta *Divulgação 2* para *Fundo de financiamento das políticas unificadas do Sistema Conselhos*.
- c. Uso do dinheiro do fundo de financiamento sempre mediante deliberação da Apaf, por meio de análise de comissão ou de Grupos de Trabalho que contemplem participação de conselhos de diferentes tamanhos.
- d. Continuidade do gerenciamento do fundo sob a responsabilidade do CFP.
- e. Criação de um portal, tornando público, em um único site, toda a contabilidade do Sistema Conselhos de Psicologia.

## **Tese 18**

### **Tema da Tese**

Estratégias para regionalização e interiorização do Sistema Conselhos.

### **Diretrizes**

1. Garantir a operacionalização, inclusive com previsão orçamentária, de discussões no interior, por meio de encontros, eventos, grupos de trabalho de apoio a gestão.
2. Implantar estratégias de regionalização e interiorização de acordo com a necessidade de cada Regional, avaliando a disposição geográfica, o número de profissionais e a organização política da região.

### **Encaminhamentos**

- a. Prever, garantir e tornar público orçamento para as demandas do interior.
- b. Qualificação e formação política de gestores, articuladores e colaboradores dos CRPs.
- c. Incentivar, promover e apoiar a formação de comissões de psicólogos em regiões polo.
- d. Criar mecanismos ou dispositivos nas subsedes ou seções, como eventos, reuniões, comissões gestoras, etc., que implantam localmente as políticas e encaminhamentos do regional.
- e. Incentivar a existência, na composição do plenário dos CRPs, da representação das regiões onde existem subsedes.
- f. Fomentar a criação de grupos de trabalho ou de representatividade regionais que possam servir de referência dos CRPs para os psicólogos em suas regiões ou cidades.

## **Tese 19**

### **Tema da Tese**

REGIONALIZAÇÃO – Criação de novos Conselhos

### **Diretrizes**

1. Estimular a criação de conselhos regionais nos estados da federação onde ainda não existam, respeitando as características de cada região, o atendimento aos critérios definidos em resolução e a sustentabilidade e organização política.
2. Possibilitar autonomia administrativa e financeira para as seções do Norte (Roraima, Acre, Amazonas e Rondônia).
3. Dar continuidade ao atual trabalho de revisão das normas para criação de novos conselhos, respeitando as especificidades regionais.
4. Realizar consulta nas seções para eleição das comissões gestoras.

### **Encaminhamentos**

- a. Dar continuidade ao atual trabalho de revisão das normas para a criação de novos Conselhos, respeitando as especificidades regionais.
- b. Realizar consultas, nas seções, para a eleição das Comissões Gestoras.
- c. Criar o Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região, integrando os estados de Roraima, Acre, Amazonas e Rondônia.

## **Tese 20**

### **Tema da Tese**

REGIONALIZAÇÃO – Estrutura para regionalização – Implantação das Subsedes

### **Diretrizes**

1. Criação efetiva de subsedes dos Conselhos Regionais de acordo com a necessidade de cada regional, avaliando a disposição geográfica, o número de profissionais e a organização política no interior para viabilizar ações de articulação dos profissionais daquela localidade.

### **Encaminhamentos**

a. Delegar à subsede mais próxima do local onde os profissionais residem funções relativas aos trâmites legais, burocráticos e profissionais em geral, tais como: requisição e recebimento de carteiras profissionais (provisórias e regulares), requisição de transferência, denúncias de infração ética, reuniões de referência, entre outras, de acordo com a necessidade e a disponibilidade dos CRPs.

b. Garantir, no caso das seções, e envidar esforços, no caso das subsedes, a contratação de psicólogo técnico de orientação e fiscalização, via processos seletivos públicos, para atuar nas subsedes, de acordo com disponibilidade e necessidade dos CRPs.

c. Instituir previsão orçamentária para cada subsede e compromisso de apresentação de projeto de realização financeira, por parte da subsede, a ser apreciado pela plenária do CRP.



## **Eixo 2: CONSTRUÇÃO DE REFERÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL<sup>2</sup>**

---

<sup>2</sup> Neste eixo, foram apreciadas as teses de 24 a 111, sendo aprovadas as teses: 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 86, 95, 97, 99, 101, 104, 105, 107, 110, 111.

## **Tese 24**

### **Tema da Tese**

Acupuntura

### **Diretrizes**

1. Apoio do Sistema Conselhos ao debate qualificado sobre a utilização da Medicina Tradicional Chinesa (MTC)-Acupuntura pelo psicólogo acupunturista e considerando a MTC-Acupuntura uma prática complementar da Psicologia, por meio da parceria com a Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (Sobrapa) e outras entidades.
2. Fortalecimento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

### **Encaminhamentos**

- a. Propor fóruns de discussão permanente sobre MTC-Acupuntura e de Práticas Integrativas e Complementares nos Conselhos Federal e Regionais.
- b. Qualificar o debate sobre a MTC-Acupuntura, propiciando espaço nas mídias do Sistema Conselhos.

## **Tese 25**

### **Tema da Tese**

Álcool e outras drogas

### **Diretrizes**

1. Problematicar o tema de álcool e outras drogas dentro do Sistema Conselhos, com o objetivo de produzir referências para as práticas nos diferentes campos do exercício profissional pautadas nos princípios da reforma psiquiátrica antimanicomial e na diretriz de redução de danos.
2. Fortalecer as ações do Grupo de Trabalho Nacional "Cuidado das Pessoas que Fazem Uso de Álcool e Outras Drogas em Interface com a Luta Antimanicomial", divulgar para a categoria as orientações do documento base e fazer gestões com Instituições de Ensino Superior (IES) para que o tema Drogas seja inserido nos cursos de graduação em Psicologia.
3. Ampliar a divulgação da Diretriz para Redução de Riscos e Danos aos psicólogos que atuam em várias áreas, contribuindo, assim, para práticas de prevenção, promoção de saúde, tratamento e inserção social que valorizem a cidadania, os direitos humanos e o potencial político dos atores sociais que demandam a atenção do psicólogo.
4. Ampliar e qualificar a orientação e a fiscalização sobre a atuação do psicólogo nas comunidades terapêuticas e nas demais instituições de atendimento a pessoas que fazem uso de álcool e de outras drogas.
5. Apoiar as iniciativas direcionadas aos modelos substitutivos ao manicômio (Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Nasf, Estratégia de Saúde da Família – ESF, Centros de Apoio Psicossocial – Caps e outros), reforçando assim as diretrizes de redução dos danos provenientes do Ministério da Saúde por meio dos CAPS Álcool e Drogas (AD).
6. Trabalhar para o cumprimento da Lei nº 10216/01, nos diversos órgãos competentes em consonância com os profissionais da área de saúde.

### **Encaminhamentos**

- a. Realizar, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, seminários regionais e nacional para envolver a discussão sobre Diretriz para Redução de Danos, em parceria com diversos movimentos sociais atuantes na sociedade brasileira, debatendo temas tais como álcool e drogas, violência, direitos humanos, ética e, assim, ajudando na construção da inserção do psicólogo neste campo como profissional engajado sociopoliticamente no meio em que atua.
- b. Orientar e fiscalizar o exercício profissional da Psicologia nos serviços que atendem essa população.
- c. Promover debates com a categoria sobre formas de intervenção e responsabilidade profissional da Psicologia nas diversas áreas de atuação ligadas ao tema álcool e outras drogas.
- d. Promover eventos que discutam a integração das diversas políticas públicas de Álcool e outras Drogas entre os profissionais, divulgando experiências e fomentando discussões sobre a temática,

por meio da interlocução com os diferentes atores sociais envolvidos com a questão (usuários e ex-usuários, familiares, diferentes profissionais).

e. Apoiar a livre manifestação da sociedade civil quanto à discussão sobre a descriminalização das drogas.

f. Dialogar com o Poder Judiciário, esclarecendo o papel dos profissionais que atuam com pessoas envolvidas com álcool e com outras drogas.

g. Buscar parceria com Centros de Pesquisas no sentido de desenvolver estudos e pesquisas no campo das dependências químicas e para garantir a discussão transversal do tema.

h. Informar os usuários(as) e a sociedade sobre a necessidade de identificação técnica do profissional responsável pelo atendimento, em parceria com órgãos competentes.

i. Orientar os(as) usuários(as) para a necessidade de identificação técnica do profissional responsável pelo atendimento.

## **Tese 27**

### **Tema da Tese**

ATENÇÃO PSICOLÓGICA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – Atuação do psicólogo em entidades de longa permanência para pessoas com deficiência e reinserção social.

### **Diretrizes**

1. Promover o debate com a categoria sobre o atendimento às pessoas com deficiência nos serviços e programas nas diferentes políticas e ações de inclusão.

### **Encaminhamentos**

a. Articular-se com diferentes políticas, organizações governamentais e não governamentais, com o objetivo de promover espaços de debate sobre a política de atendimento às pessoas com deficiência.

b. Realizar pesquisa com profissionais que atuam no atendimento às pessoas com deficiência, construindo referências sobre a prática, via Crepop.

## **Tese 28**

### **Tema da Tese**

Avaliação psicológica – Avaliação psicológica em concurso público

### **Diretrizes**

1. Que o Sistema Conselhos continue se posicionando, com vistas à alteração do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, principalmente no seu art. 14, § 1º, que limita o exame psicotécnico somente à detecção de problemas psicológicos.

### **Encaminhamentos**

a. Que o Sistema Conselhos continue acompanhando e fazendo ações com os órgãos competentes para que a redação do artigo seja reformulada, visando a sua adequação aos aspectos preconizados pela Psicologia na área da Avaliação Psicológica.

## **Tese 29**

### **Tema da Tese**

Avaliação psicológica – Avaliação psicológica em diversos contextos

### **Diretrizes**

1. Formular e divulgar parâmetros e diretrizes para a realização de avaliação psicológica em diversos contextos.
2. Intensificar a orientação e a fiscalização da utilização de instrumentos da avaliação psicológica, entre os profissionais atuantes nas diversas áreas.

### **Encaminhamentos**

- a. Discutir instrumentos e práticas de avaliação psicológica dentro dos CRPs, de modo a fortalecer e divulgar o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) e publicar no *Jornal do Federal* e nos Regionais a lista completa dos testes analisados por meio desse sistema (testes favoráveis).
- b. Divulgar entre os profissionais a importância da utilização de instrumentos que tenham sido validados pelo CFP.
- c. Instituir um ano temático para discutir a Avaliação Psicológica nos diferentes contextos.
- d. Intensificar a orientação e a fiscalização da utilização de instrumentos de avaliação psicológica, entre os profissionais atuantes nas diversas áreas.
- e. Fortalecer a orientação e a fiscalização dos instrumentos de avaliação psicológica quando estes estão sendo utilizados pelos profissionais psicólogos.
- f. Promover debates sobre avaliação, produção de documentos e suas repercussões sociais.
- g. Fazer gestões no Ministério Público e no Poder Judiciário para que sejam respeitados os prazos da avaliação psicológica, bem como seus alcances e limites em situações de perícia.
- h. Construir referências com a categoria profissional sobre as especificidades da avaliação psicológica nos diferentes contextos.
- i. Discutir o estabelecimento dos critérios da avaliação psicológica em cada um dos contextos profissionais, considerando as exigências da Legislação.

## **Tese 30**

### **Tema da Tese**

Avaliação psicológica – Qualificação, orientação e atuação ético-profissional

### **Diretrizes**

1. Articulação entre Conselhos de Psicologia, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), Ministério da Educação (MEC), professores de Psicologia das Instituições de Ensino Superior (IES), psicólogos atuantes em diversos contextos e Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (Ibap), buscando o aprimoramento técnico e ético da atuação na área e a orientação quanto à utilização de testes como ferramentas complementares no processo de avaliação psicológica.

### **Encaminhamentos**

- a. Promover discussão juntamente com as entidades para a qualificação da formação do psicólogo na área da avaliação psicológica.
- b. Incentivar a realização de novas pesquisas e estudos sobre avaliação psicológica formando um banco de dados destas e das já existentes.
- c. Promover a discussão da Resolução CFP 007/2003.
- d. Realizar atividades de orientação, por meio dos CRPs, via Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), sobre a elaboração de documentos conforme Resolução nº 007/2003.



## **Tese 31**

### **Tema da Tese**

Avaliação psicológica – Satepsi e validação de testes psicológicos.

### **Diretrizes**

1. Fortalecer o Satepsi, intensificando pesquisas no âmbito da avaliação psicológica e na regulamentação dos testes, valorizando a produção científica nacional, garantida a dimensão ética e o compromisso com a promoção de direitos.

### **Encaminhamentos**

a. Realizações de eventos envolvendo Satepsi, Sistema Conselhos, acadêmicos, profissionais e comunidade, para que os critérios de validação sejam permanentemente problematizados.

b. Realização de campanhas, utilizando os meios de comunicação, voltadas à sociedade e à categoria sobre a exclusividade e o uso privativo dos testes psicológicos, fortalecendo o trabalho do Satepsi, de modo a garantir a dimensão ética e o compromisso com a promoção de direitos no campo da avaliação psicológica.

c. Intensificação da orientação e da fiscalização, por meio da COF, da venda e o uso de testes psicológicos, denunciando aos órgãos competentes os profissionais não habilitados.

d. Denúncia aos órgãos competentes de profissionais não habilitados fazendo uso de material específico para psicólogo, inclusive o uso e a divulgação indevidos de testes psicológicos via internet.

## **Tese 32**

### **Tema da Tese**

Condições de trabalho – Articulação Sistema Conselhos, Sindicato e Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi).

### **Diretrizes**

1. Dialogar com o sindicato e a Fenapsi sobre estratégias de aplicabilidade da tabela de honorários dos procedimentos psicológicos a ser utilizada pela rede suplementar de saúde e de outros procedimentos psicológicos em outras áreas.

2. Promover parcerias com o Sindicato dos Psicólogos, a Fenapsi e outras instituições para discussão sobre as condições, a jornada de trabalho e a remuneração.

### **Encaminhamentos**

a. Possibilitar que o Sistema Conselhos, com sindicatos e Fenapsi, faça gestão na rede suplementar de saúde pela aplicabilidade da tabela de honorários para os procedimentos dos psicólogos.

b. Apoiar a Fenapsi na divulgação dos resultados construídos em seu congresso em relação às condições de trabalho, à jornada e à remuneração do psicólogo.

## **Tese 34**

### **Tema da Tese**

CONDIÇÕES DE TRABALHO – Construção de protocolo entre o Sistema Conselhos e movimento sindical sobre concursos

### **Diretrizes**

1. Defender a inserção dos psicólogos nos serviços públicos, por meio de concurso público, orientando e monitorando os editais.
2. Criar espaço de discussão e deliberação conjunta entre CFP, Fenapsi, CRPs e sindicatos dos(as) psicólogos(as), no que tange à busca de espaço de Psicologia em vagas de concurso público e ao monitoramento, no Ministério Público, para a chamada desses profissionais.
3. Articular com o poder público – União, estados e municípios – a importância da inserção e da previsão do cargo de psicólogo nas diversas áreas, estimulando a abertura de vagas em concursos públicos.

### **Encaminhamentos**

- a. Articulação de entidades da Psicologia para estudo e orientação de conteúdos para concursos, por meio da elaboração de protocolos.
- b. Criação de protocolo comum entre Sistema Conselhos, Fenapsi e sindicatos filiados com critérios para os editais de concurso público.
- c. Criação, em parceria com sindicatos e Fenapsi, de protocolo interno com os critérios mínimos para monitoramento e orientação de editais.
- d. Articulação com sindicatos afins, visando a garantir a efetivação de concursos públicos, direitos trabalhistas, número de profissionais, carga horária, salários e planos de carreira no que diz respeito às necessidades profissionais para responder as demandas da sociedade.
- e. Atenção dos Conselhos Regionais de Psicologia e do Conselho Federal de Psicologia (em parceria com sindicato da categoria) aos editais de concursos públicos e articulação de estratégias para impugnar o edital em caso de irregularidade.
- f. Organização, em parceria com o sindicato, de discussão acerca de como são elaboradas as provas dos concursos públicos, para desse modo aproximá-lo da realidade do psicólogo.
- g. Em parceria com o Sindicato dos Psicólogos (Sinpsi), a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) e entidades de defesa dos trabalhadores, realização de ações com gestores municipais e estaduais para garantia da existência de concursos públicos e ampliação do mercado de trabalho.
- h. Acompanhamento e orientação da elaboração de editais de concursos públicos de Psicologia e implementação, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Distrital e no Congresso Nacional, de legislações que garantam a discussão dos conteúdos dos concursos públicos para a área da Psicologia conforme referências técnicas das políticas públicas.



## **Tese 39**

### **Tema da Tese**

Crepop – Aperfeiçoamento, Fortalecimento e Ampliação do Crepop

### **Diretrizes**

1. Consolidar a ação do Crepop no Sistema Conselhos, garantindo sua efetivação como estrutura integrante e permanente do Sistema Conselhos de Psicologia.
2. Ampliar as equipes Crepops locais e aproximar mais os GTs e as comissões com a temática das políticas públicas.
3. Reconhecer na ação do Crepop por meio do georreferenciamento e da metodologia de encontros presenciais uma intervenção que dialoga, valoriza e potencializa práticas e experiências que trabalham na via do compromisso social e dos Direitos Humanos.
4. Fortalecer o trabalho do Crepop e ampliar a construção e divulgação de referenciais de atuação dos psicólogos nas políticas públicas para a categoria e para os gestores públicos.
5. Garantir, como incumbência do Sistema Conselhos, que o Crepop seja assessorado, quando necessário, por uma instituição de pesquisa pública, renomada nacionalmente.
6. Avaliar o impacto que o material produzido pelos Sistema Conselhos/Rede Crepop tem causado nos profissionais das políticas sociais, promovendo atualização dos métodos de pesquisa.
7. Ampliar a participação dos pesquisadores da rede Crepop nos processos de sistematização dos dados das pesquisas gerados pelas unidades locais.
8. Promover o fortalecimento e a integração das ações interdisciplinares e intersetoriais nas políticas públicas como princípio norteador do trabalho do Crepop.
9. Divulgar amplamente os resultados sobre as pesquisas realizadas pelo Crepop.

### **Encaminhamentos**

- a. Maior aproximação das equipes Crepops com GTs e comissões dos CRPs, e vice-versa, para discussão das temáticas desses grupos à luz das políticas públicas.
- b. Ampliação da participação dos(as) pesquisadores(as) da rede Crepop nos processos de sistematização dos dados das pesquisas gerados pelas unidades locais.
- c. Redução dos ciclos de pesquisa Crepop para aprofundamento e qualificação das informações localizadas, bem como ampliação do tempo e das estratégias de divulgação das consultas públicas e de documentos de referência.
- d. Desenvolvimento de processos sistemáticos e contínuos de pesquisa da rede Crepop nos órgãos de controle social.
- e. Estímulo à participação dos CRPs, por meio de seus grupos de trabalho (GTs) e de suas

comissões, no controle social das políticas públicas, considerando as informações estratégicas coletadas e sistematizadas pelos Crepops locais.

f. Implementação da resolução do VI CNP, garantindo a existência das comissões de políticas públicas nos regionais e interlocução com COF, COE e Comissão de Direitos Humanos (CDH).

g. Aplicação, pela metodologia da rede Crepop, da intersetorialidade e da interdisciplinaridade como eixo estruturante para a compreensão do campo das políticas públicas.

h. Formação técnico-política para as equipes Crepop, em relação à temática das políticas públicas, possibilitada pelo Sistema Conselhos.

i. Elaboração de uma resolução que formalize a ação do Crepop no Sistema Conselhos de Psicologia.

j. Indicação para apreciação, pelo plenário da Apaf, do Crepop como órgão permanente e fundamental para a estruturação da Psicologia como ciência e profissão focada no projeto ético-político do compromisso social e voltado para as urgências e necessidades da maioria da população brasileira e latino-americana.

k. Interiorização das ações do Crepop.

l. Aprimoramento do Portal do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), garantindo facilidade de acesso e divulgação.

m. Formalização do Crepop dentro do organograma ou da estrutura dos CFP e CRPs, para que seu trabalho saia de uma situação provisória.

n. Maior agilidade na produção dos documentos de referência e uso estratégico das informações geradas pelos Crepops.

o. Garantia do aumento do recursos econômicos no orçamento do Sistema Conselhos para atividades do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop).

p. Desenvolvimento de estratégias de qualificação e formação permanente das equipes Crepop.

q. Garantia da apresentação dos Resultados das Pesquisas (referências) para a categoria e os gestores públicos.

## **Tese 43**

### **Tema da Tese**

CRIANÇA E ADOLESCENTE – Orientação e qualificação de psicólogo no atendimento da criança e do adolescente

### **Diretrizes**

1. Promover espaços de ampla discussão em parceria com a rede socioassistencial sobre alternativas do atendimento à criança e ao adolescente, com fortalecimento das redes de atendimento, de maneira que a institucionalização seja o último recurso.
2. Estimular a qualificação dos Psicólogos para realização de acolhimento, avaliação, encaminhamento para crianças e adolescentes vítimas de violência.
3. Fortalecer o processo de efetivação e implementação das garantias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
4. Incentivar a aproximação dos diferentes profissionais, buscando o diálogo e a integração de ações e, dessa forma, fortalecendo o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.
5. Priorizar o lugar da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.
6. Promover amplo debate sobre o novo artigo 101 § 9º do ECA, que se refere à nova Lei Nacional da Adoção, nº 12.010/2009, para análise do referido artigo.
7. Possibilitar que o Sistema Conselho dê continuidade à construção de referências para a atuação dos psicólogos na área da infância e da adolescência.
8. Envidar esforços para que o sistema conselhos intensifique intersetorial e transversalmente seus debates e ações na temática da criança e do adolescente.
9. Apontar a necessidade de critérios técnicos e teóricos quanto aos encaminhamentos de situações que envolvem crianças e adolescentes vítimas de violência ou em situação de vulnerabilidade social.

### **Encaminhamentos**

- a. Fomentar e manter diálogos contínuos para efetivação das políticas públicas, contribuindo para o atendimento integral e intersetorial.
- b. Promover debates, palestras, oficinas com os psicólogos nas Instituições de Ensino Superior e na sociedade, utilizando os dispositivos políticos e técnicos do Sistema Conselhos.
- c. Promover em parceria com o Crepop pesquisa na área da infância e da adolescência em situação de vulnerabilidade social, publicando e divulgando o material produzido aos profissionais da área.
- d. Promover amplo debate com o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, visando a construir um posicionamento institucional sobre o artigo 101, § 9º, da Lei nº 12.010/2009 – Lei Nacional da Adoção, com ampla divulgação.

e. Criar fórum de discussão com as diferentes categorias profissionais que estão inseridas na rede de proteção da infância e da adolescência.



## **Tese 44**

### **Tema da Tese**

DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO – Democratização e ética na Comunicação

### **Diretrizes**

1. Acompanhar, de acordo com os princípios de democratização da comunicação, as deliberações da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).
2. Promover o debate sobre mídia e produção de subjetividade, apoiando o Movimento pela Democratização da Comunicação, em conjunto com os demais movimentos sociais.
3. Criar, por meio da atuação do Sistema Conselhos, referências profissionais para a Psicologia incidir nas discussões sobre concessões de radiodifusão e qualidade dos conteúdos midiáticos.

### **Encaminhamentos**

- a. Promover o debate e encaminhar ações visando a qualificar e a balizar a participação dos psicólogos nos vários meios de comunicação e a leitura crítica da mídia e suas influências na subjetividade e na sociedade, baseando, ainda, essas atividades no Código de Ética Profissional.
- b. Promover debate com as Instituições de Ensino Superior, demais instituições de pesquisa e com representantes dos meios de comunicação para produzir referências que orientem uma compreensão crítica das finalidades dos meios de comunicação.
- c. Fortalecer formas de organização de trabalho nos âmbitos federal e regional para:
  1. Efetivar a luta pela interferência do Sistema Conselhos nas concessões e pela qualidade da programação.
  2. Promover e monitorar a efetivação das deliberações da Confecom.
  3. Promover a participação dos psicólogos nos movimentos pela democratização da comunicação em âmbito local e nacional, tais como Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a Campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, entre outros.

## **Tese 45**

### **Tema da Tese**

DIREITOS HUMANOS – Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3

### **Diretrizes**

1. Inserir na agenda política do Sistema Conselhos, por meio das Comissões Nacional e Regionais de Direitos Humanos, o debate sobre o 3º PNDH, fortalecendo na categoria as diretrizes e os princípios propostos nesse plano.

### **Encaminhamentos**

- a. Que as comissões de direitos humanos do Sistema Conselhos ampliem o debate das questões referentes ao 3º PNDH, posicionando-se e mostrando os elementos de mudança à categoria e à sociedade.
- b. Que o Sistema Conselhos de Psicologia seja um dos atores propositivos do debate sobre o 3º PNDH, para que a categoria se aproprie do tema, como também tenha ações mais efetivas nas questões do debate de uma educação em direitos humanos, perante outras entidades afins, como a Abep e os movimentos sociais.
- c.

## **Tese 46**

### **Tema da Tese**

DIREITOS HUMANOS – Prática do profissional psicólogo perante a população em situação de rua

### **Diretrizes**

1. Fomentar debates sobre a temática da população em situação de rua de forma intersetorial e com os parâmetros das políticas nacionais de Direitos Humanos e da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto Presidencial nº 7.053/2009).
2. Promover a construção de referências para a atuação dos psicólogos voltada à população em situação de rua, na perspectiva da intersetorialidade e da garantia de direitos.
3. Ampliar a discussão sobre população em situação de rua no Sistema Conselhos, problematizando a prática dos psicólogos que atuam com essa população, dando visibilidade ao tema.

### **Encaminhamentos**

- a. Que o Sistema Conselhos promova discussões regionalizadas sobre as políticas existentes neste tema.
- b. Que o Sistema Conselhos promova o mapeamento das práticas profissionais e a construção de referências para a atuação dos psicólogos nas diferentes inserções na área, por meio do Crepop.
- c. Que o Sistema Conselhos aproxime-se dos demais conselhos profissionais que atuam na área, dos movimentos sociais e de entidades que representam a população em situação de rua, contribuindo para o debate e a formulação de políticas públicas voltadas para essa população.

## **Tese 47**

### **Tema da Tese**

DIREITOS HUMANOS – Qualificação e discussão da prática profissional na garantia dos direitos humanos

### **Diretrizes**

1. Ampliar a discussão, construir referências e orientar o profissional de Psicologia nas temáticas relacionadas aos direitos humanos (DHs).
2. Afirmar a importância dos direitos humanos, expressa na concepção política e nas práticas desenvolvidas, considerando as bases éticas e técnicas da Psicologia implicada com o social.
3. Defender a presença e a participação ativa da Psicologia nos espaços de controle social de forma qualificada e posicionada pelos DHs.
4. Garantir a participação da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) – CFP no Comitê Brasileiro de Política Externa e Direitos Humanos.
5. Garantir que o Sistema Conselhos tenha intervenção qualificada e efetiva na garantia e na promoção dos direitos humanos, atuando em uma perspectiva crítica.
6. Articular e referenciar a atuação do psicólogo nas áreas de violação de direitos humanos, sob uma perspectiva crítica.
7. Fomentar ações de discussão coletiva que promovam a compreensão dos fenômenos que envolvem os atos infracionais, em articulação com outros protagonistas sociais.
8. Fortalecer os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos.
9. Investir na formulação e na afirmação de práticas que defendam a reforma psiquiátrica referenciada nos princípios dos direitos humanos.

### **Encaminhamentos**

- a. Manter e fortalecer as Comissões de Direitos Humanos (CDHs) em todos os Conselhos Regionais e no CFP.
- b. Incluir, na Lei nº 5.766, a CDH como comissão permanente.
- c. Garantir resposta efetiva às denúncias de violação de DHs, tanto da categoria quanto da sociedade.
- d. Que as Comissões de Direitos Humanos e as Comissões de Orientações e Fiscalização do Sistema Conselhos tenham intervenções conjuntas na fiscalização de violação de direitos humanos.
- e. Dar visibilidade e potência às discussões geradas nas ações das Comissões de Direitos Humanos, dando continuidade às campanhas da Comissão Nacional de Direitos Humanos, a fim de que coletivamente sejam criadas estratégias de enfrentamento.

- f. Realizar ações (debates, apresentação de trabalhos, eventos) em parceria com IES e outros atores sociais, visando a ampliar de forma qualificada e posicionada pelos Direitos Humanos a presença da Psicologia e sua participação ativa nos espaços de controle social.
- g. Propor a segunda Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, garantindo o eixo dos Direitos Humanos.
- h. Garantir a inserção da temática de direitos humanos, desde a formação básica, por meio de ações do Sistema Conselhos com as entidades formadoras da Psicologia, a Abep e outras entidades.

## **Tese 48**

### **Tema da Tese**

DIVERSIDADE SEXUAL – Defesa ao direito à livre orientação sexual

### **Diretrizes**

1. Garantir que o Sistema Conselhos de Psicologia promova ampla discussão sobre as questões de diversidade sexual e identidade de gênero.
2. Ampliar a visibilidade das ações e discussões que vêm sendo construídas no Sistema Conselhos e junto com outras instituições sobre a diversidade sexual.
3. Ampliar e reafirmar a política de discussões e produção de referências acerca da diversidade sexual e de gênero, fazendo interlocução com os direitos humanos.
4. Transversalizar a questão da diversidade sexual e pluralidade de gênero em todos os campos de ação/atuação do(a) psicólogo(a).
5. Discutir a atuação dos(as) psicólogos(as) nesse campo de ação/atuação do(a) psicólogo(a).
6. Dar visibilidade à atuação dos(as) psicólogos(as) nos campos de ação/atuação do(a) psicólogo(a).
7. Manutenção e ampla divulgação aos Psicólogos e à Sociedade, da resolução CFP 001/99.
8. Dialogar com o Ministério da Saúde (MS) e o movimento LGBT no sentido de discutir a despatologização da identidade de gênero.
9. Contribuir para ampliar o debate sobre as concepções biopsicossocial, culturais e históricas acerca das questões de gênero e da sexualidade, na categoria e em outros segmentos sociais.
10. Fortalecer a interlocução com as instâncias de pesquisa e produção de conhecimento acerca das questões de sexualidade e de gênero, estimulando a qualificação dos debates e a criação de referências para a atuação profissional.

### **Encaminhamentos**

- a. Promover material para a categoria que esclareça os fundamentos que embasam a referida Resolução 001/99 e promover campanhas, por diversos meios de comunicação, que sensibilizem a população quanto à desconstrução da lógica que patologiza formas de expressão da sexualidade.
- b. Manter publicações nos jornais dos CRPs e CFP sobre o tema diversidade sexual.
- c. Estimular a aproximação dos(as) psicólogos(as) e movimento social LGBT; promovendo e ampliando discussões da categoria/sociedade sobre as questões de gênero.
- d. Atribuir ao Sistema Conselhos a tarefa de fazer um mapeamento da prática profissional na área da diversidade sexual, LGBT e criar referências para a atuação do profissional.

- e. Manter e/ou criar no Sistema Conselhos espaços voltados para discussão das questões ligadas à sexualidade e/ou fortalecer essa temática nas comissões de direitos humanos, para coordenar ações relacionadas.
- f. Propor a inclusão, na formação da Psicologia, do tema da diversidade sexual, articulando-se com a Abep e outras entidades.
- g. Estabelecer diretrizes éticas para a utilização das categorias gênero e sexualidade nos contextos de avaliação psicológica, desvelando e superando preconceitos relacionados a essa temática.
- h. Promover debates sobre os Direitos Humanos relacionados a sexualidade e à prática profissional do psicólogo.
- i. Promover o debate sobre o tema, em diversas instâncias, a fim de aglutinar novas ideias que ampliem e sustentem a discussão.
- j. Promover encontros entre diferentes categorias profissionais, em articulação com entidades LGBT, com intenção de verificar demandas crescentes pertinentes à prática psicológica.

## **Tese 49**

### **Tema da Tese**

DIVERSIDADE SEXUAL – Despatologização e acompanhamento integral de pessoas que se submetem ao processo transexualizador

### **Diretrizes**

1. Promover discussões e difundir informações acerca do processo transexualizador no contexto clínico e das políticas públicas de saúde.
2. Elaborar referências da Psicologia, a partir de amplo debate relativo a sexualidades, orientações sexuais e identidades de gênero, transexualidade, travestilidade e intersexualidade.
3. Promover ampla campanha entre os profissionais psicólogos, estimulando reflexões acerca das questões relacionadas à identidade de gênero, apoiando as diretrizes dos movimentos sociais no que diz respeito à questão do processo transexualizador.

### **Encaminhamentos**

- a. Formar uma comissão com profissionais da Psicologia que se propõem a discutir a questão da transexualidade, com representantes nos Conselhos Regionais, para apropriação contextualizada da temática.
- b. Criar critérios para a avaliação psicológica referente ao processo transexualizador, superando o modelo biomédico de patologização.
- c. Promover, de forma regionalizada, debates sobre a despatologização de identidade de gênero e o acompanhamento psicoterapêutico de pessoas que se submetem à cirurgia transexualizadora.
- d. Realizar pesquisa, por meio do Crepop, com os(as) profissionais que já atuam nas equipes do processo transexualizador, criando referências sobre o tema.



## **Tese 50**

### **Tema da Tese**

EDUCAÇÃO – Atuação do Psicólogo na Educação

### **Diretrizes**

1. Fomentar no Sistema Conselhos discussões sobre o papel do psicólogo na área escolar, nas políticas públicas de educação e na sociedade.
2. Divulgar as referências técnicas da Psicologia Escolar produzidas pelo Crepop.
3. Criar mecanismos de incentivo para divulgação dos trabalhos exitosos ética e tecnicamente, na área da Psicologia Escolar e Educacional.

### **Encaminhamentos**

- a. Realizar, por meio de Comissões e Grupos de Trabalho do Sistema Conselhos, ações que contribuam para a divulgação e implementação das referências sobre a atuação do psicólogo na educação.
- b. Divulgar as atividades realizadas pelos psicólogos nas instituições educativas mediante a promoção de mostras, seminários e congressos.
- c. O Sistema Conselhos deve ampliar o debate com os psicólogos quanto aos desafios relativos à qualidade da educação brasileira.

## **Tese 51**

### **Tema da Tese**

EDUCAÇÃO – Consolidar a divulgação de referências de atuação de psicólogos na educação

### **Diretrizes**

1. Cada Conselho Regional deverá mobilizar-se para criar ou fortalecer espaços organizativos a fim de dar continuidade aos encaminhamentos propostos no Ano Temático da Educação
2. Fortalecer parcerias com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós -Graduação em Psicologia (Anpepp) e com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), a fim de dar continuidade aos encaminhamentos propostos no Ano Temático da Educação.
3. O Sistema Conselhos deverá promover a discussão interinstitucional em âmbito nacional desse tema entre os respectivos Ministérios: Justiça, Ministério Público, Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, Conselho Nacional de Políticas Penitenciárias e Departamento Penitenciário Nacional (Depen), no âmbito federal.

### **Encaminhamentos**

- a. Organizar eventos voltados para a temática da educação, aproveitando o material sistematizado, como fruto do Seminário Nacional do Ano Temático da Educação.
- b. Viabilizar parcerias com as secretarias estaduais e municipais de educação para o desenvolvimento de eventos a fim de divulgar os encaminhamentos do Ano Temático da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia.
- c. Promover ações em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp) e com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), a fim de dar encaminhamento às propostas deliberadas no Ano Temático da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia.
- d. Fomentar a criação de comissões de Psicologia e Educação e/ou grupo de trabalho nos Conselhos Regionais e apoiar e fortalecer as existentes.
- e. Utilizar os dados da pesquisa do Crepop sobre Educação Básica e Inclusiva para promover discussões entre os(as) gestores(as) educacionais e a categoria.
- f. Participar das Conferências de Educação, a fim de contribuir, a partir da perspectiva da Psicologia, com a política de Educação de qualidade para todos e todas.
- g. Sistematizar as discussões e propor ações e parcerias que possam contribuir para o avanço das políticas públicas em Educação, em especial a política de Educação para todos e todas.
- h. Inserir a temática da inclusão nos diversos encontros e debates promovidos pelo Sistema Conselhos, visando à estruturação de práticas multiprofissionais.

i. Intensificar parcerias com a Abep e o MEC no sentido de garantir, na formação inicial do psicólogo, o reconhecimento da diversidade, da inclusão, da ética e do direito à diferença, seja ela de gênero, orientação sexual, raça, etnia, seja de condições físicas e mentais, para a compreensão do ser humano.

## **Tese 53**

### **Tema da Tese**

EDUCAÇÃO – Educação e Medicalização

### **Diretrizes**

1. Ampliar as discussões sobre a tendência de patologização e medicalização do processo de escolarização na contemporaneidade.

### **Encaminhamentos**

a. Promoção de eventos sobre a temática da medicalização, preferencialmente sob o formato de debates, envolvendo profissionais das Ciências Humanas, da Saúde e segmentos sociais afins.

b. Realização de campanhas de esclarecimento da população em geral, alertando sobre a tendência de medicalização e patologização da vida cotidiana, em especial de crianças e adolescentes, famílias e escolas.

c. Articulação do Sistema Conselhos com a Abrapee, Abep e Secretarias de Educação e Saúde, pautando a temática da medicalização e da patologização do processo de escolarização.

d. Incentivo à criação de espaços organizativos dentro do Sistema Conselhos de Psicologia que abordem a temática da medicalização e da patologização na Educação, para servir de referência e subsídio para os debates com a categoria.

## **Tese 56**

### **Tema da Tese**

EDUCAÇÃO – Legislação para regulamentação da função de psicólogo escolar

### **Diretrizes**

1. Participar da elaboração de projetos de leis que contemplem a inserção dos psicólogos na Educação, na perspectiva de uma educação para todos e todas e/ou a regulamentação de legislação existente.
2. Contribuir com a educação para todos por meio da atuação dos psicólogos nas políticas públicas educacionais.

### **Encaminhamentos**

- a. O Sistema Conselhos deve encaminhar ao MEC, Secretarias Estaduais de Educação e Secretárias Municipais de Educação, sindicatos e sociedade civil organizada as propostas para a atuação dos psicólogos na perspectiva da educação para todos.
- b. Assessorar comissões legislativas de educação na elaboração e na análise de projetos de lei e na mobilização do Sistema Conselhos nos órgãos competentes, viabilizando a aprovação de projetos de lei que contemplem a inserção dos psicólogos na Educação.
- c. Realizar gestões no poder público, parceria com entidades (Abrapee, Abep, Anpepp) para propor ou apoiar projetos que visem à inserção do psicólogo na rede pública de ensino, na perspectiva das diretrizes aprovadas no Seminário Nacional do Ano Temático da Educação, no Sistema Conselhos de Psicologia.

## **Tese 58**

### **Tema da Tese**

EDUCAÇÃO – Psicologia no Ensino Médio

### **Diretrizes**

1. O Sistema Conselhos, em parceria com a Abep, deverá defender o ensino de Psicologia em nível médio como forma de acesso do estudante aos conhecimentos da Psicologia.

### **Encaminhamentos**

a. O CFP, em parceria com a Abep, deverá articular no MEC a implementação do ensino de Psicologia em nível médio.

b. Fazer gestões para que o ensino de Psicologia no nível médio seja ministrado por licenciados em Psicologia, articulando, no MEC, a revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Psicologia, inserindo a Licenciatura como habilitação.

c. Promover, em parceria com a Abep, espaços de discussão para o professor de Psicologia do Ensino Médio, para que se evidencie a importância da promoção de direitos, cidadania, que considere a condição peculiar do desenvolvimento e da subjetividade dos usuários dessa modalidade de Educação.

## **Tese 59**

### **Tema da Tese**

EMERGÊNCIAS E DESASTRES – Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional

### **Diretrizes**

1. Qualificar a atuação e a participação da Psicologia na Política Nacional de Defesa Civil, em seus diversos programas, e na Política Nacional de Assistência Social, por meio de espaços de discussão que favoreçam a intervenção dos psicólogos em emergências e desastres nas fases de prevenção, preparação, resposta e reconstrução, considerando as várias políticas públicas envolvidas.
2. Promover, na categoria dos psicólogos, ampla discussão sobre práticas preventivas e interventivas e o papel da Psicologia perante emergências e serviços móveis de urgência, desastres, urgências, catástrofes, atendidas por diversas agências, tais como Samu, Polícias Militar, Civil e Rodoviária Federal, Forças Armadas, Cruz Vermelha, ONGs e outros.
3. Fortalecer, por meio da atuação do Sistema Conselhos, no uso de suas atribuições, o reconhecimento da importância do desenvolvimento de ações capazes de prevenir, promover, atender e recuperar populações atingidas por emergências e desastres.
4. Fomentar a visibilidade quanto à atuação dos psicólogos que atuam em urgências, emergências e desastres, por meio da realização de eventos de divulgação dos resultados obtidos pelo georreferenciamento programado pelo Crepop.
5. Promover e criar referências da Psicologia para a atuação em situações de emergências e desastres, na perspectiva de atender integralmente a população (comunidade e trabalhadores) em ações preventivas, situações de emergência e ações recuperativas.
6. Promover parcerias e diálogos permanentes com os órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) sobre a importância da participação do psicólogo nos Programas de Emergências e Desastres.
7. Fomentar discussões entre Sistema Conselhos, Abep, IES e MEC sobre a necessidade de formação, na graduação do psicólogo, para a atuação em situações de emergências e desastres, incentivando a criação de campos de estágio nessa área.
8. Fomentar reflexões sobre a Psicologia nas emergências e desastres, nas práticas de defesa civil, dos serviços de urgência e emergência, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Ambiental, da Psicologia Ambiental e áreas correlacionadas com essa temática da Psicologia.
9. Fomentar a discussão a respeito da atuação de psicólogos voluntários em situações de emergências e desastres, considerando a Lei nº 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário.
10. Incentivar o cadastro de psicólogos pelos órgãos executores das políticas de defesa civil e emergências e desastres para atuar em situações de calamidade pública ou emergência, de acordo com o Art. 1º, alínea d, do Código de Ética Profissional de Psicologia, e da Lei do Voluntariado (Lei nº 9.608/98).

### **Encaminhamentos**

- a. Produzir e divulgar referências para atuação do psicólogo em urgências, emergências e desastres, a partir do debate conjunto com o Sistema Conselhos e a Abep, nas diversas agências envolvidas no Programa Nacional de Emergências e Desastres, do Ministério da Saúde, na Política Nacional de Defesa Civil, da Secretaria Nacional de Defesa Civil e na Política Nacional de Assistência Social, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- b. Promover eventos e discussões e produzir documentos que permitam qualificar as diversas possibilidades de intervenção da Psicologia em situações de urgências, emergências e desastres, considerando a intersetorialidade e a interdisciplinaridade.
- c. Realizar via Crepop o mapeamento de psicólogos e a produção de referências sobre a atuação da Psicologia nas políticas de defesa civil e de emergências e desastres.
- d. Promover o debate do Sistema Conselhos com Abep, IES e MEC sobre a inserção da Psicologia nas situações de emergências e desastres nos currículos de Psicologia.
- e. Acompanhar e analisar criticamente as políticas públicas em emergências e desastres.
- f. Criar publicação própria sobre a Psicologia das urgências, emergências e dos desastres e utilizar as publicações já existentes (jornais, revistas, sites, etc.) para o mesmo fim.
- g. Incentivar a formação de GTs e comissões sobre Psicologia das urgências, emergências e dos desastres no Sistema Conselhos de Psicologia para construir referências para atuação do psicólogo na área.
- h. Promover o debate com os órgãos executores de serviços de atendimento em emergências e desastres e defesa civil para estes criarem e gerenciarem um cadastro de psicólogos para atuar nessas situações, quando a magnitude do evento exceda a capacidade de resposta da rede de assistência dos órgãos competentes.
- i. Divulgar a existência e a atuação de psicólogos(as) em urgências, emergências e desastres na América Latina e outros países, estimulando a realização de encontros da rede Latino-Americana de Emergências no Brasil.
- j. Promover diálogo permanente com os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil sobre a participação do psicólogo nos Programas Nacionais de Emergências e Desastres.



## **Tese 60**

### **Tema da Tese**

FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO) – Aprimoramento das diretrizes sobre o estágio curricular

### **Diretrizes**

1. Fortalecer o debate sobre as diretrizes curriculares acerca das questões de estágio e, juntamente com a Abep, fazer gestões nas IES na busca de parâmetros e orientações sobre os estágios obrigatórios e não obrigatórios (terminologia utilizada pela Lei nº 11.788 que trata dos estágios).

### **Encaminhamentos**

a. Promover debates sobre a Resolução do CFP que trata dos estágios em Psicologia, para eventual revisão e atualização.

b. Divulgar e fazer gestões para a efetivação da Lei nº 11.788/2008 e promover, juntamente com a Abep, debate sobre os requisitos e as condições para realização de estágios em Psicologia, tendo como referência essa lei.

c. Orientar e fiscalizar a prática de supervisão de estágios no CRP de sua jurisdição e dar ampla divulgação dos posicionamentos e das referências construídas para a realização de estágios.

d. Fazer gestões nas IES e no MEC para regulamentação da carga horária e do número máximo de alunos para os psicólogos supervisores.

e. Promover a discussão juntamente com a Abep, sindicatos, coordenadores de curso de graduação, supervisores, bem como responsáveis técnicos sobre a estruturação dos campos de estágios e sua relevância para a formação.

f. Trabalhar juntamente com Fenapsi e o Sindicato da categoria pela regulamentação da carga horária dos psicólogos contratados como técnicos nas clínicas-escola visando à melhora da qualidade dos atendimentos e da formação profissional.

g. Manter nos CRPs a discussão dos estágios no contexto da formação do psicólogo.

h. Articulação com o Poder Legislativo visando à elaboração de um projeto de lei que regule o exercício de supervisor de estágio e de demais psicólogos não professores nas IES.

i. Promover juntamente com a Abep debates sobre as especificidades dos serviços-escola, inclusive nas questões que se referem à Anvisa.

## **Tese 61**

### **Tema da Tese**

FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO) – Formação acadêmica e realidade social

### **Diretrizes**

1. Efetivar a discussão com as Instituições de Ensino Superior sobre a formação teórico-prática, visando à construção de uma Psicologia com compromisso social e promotora de cidadania e dos direitos humanos.

### **Encaminhamentos**

- a. Fazer gestões nos diversos órgãos envolvidos com a formação de psicólogos a fim de realizar um seminário nacional para discussão de formação profissional.
- b. Incentivar os estágios com eixos voltados para atuação profissional que contemplem a realidade social.
- c. Implementar o debate com profissionais e acadêmicos(as) em temas que contemplem a realidade atual.

## **Tese 67**

### **Tema da Tese**

MEMÓRIAS DA PSICOLOGIA

### **Diretrizes**

1. Manutenção e ampliação do Projeto Memória da Psicologia do CFP em suas diversas modalidades (videodocumentários e livros, entre outros).
2. Incentivo à criação de Projetos Memória nos diferentes Conselhos Regionais.

### **Encaminhamentos**

- a. Prever no orçamento do Sistema Conselhos verba específica para manutenção do Projeto Memória nacional.
- b. Criar um ano temático da História da Psicologia no Brasil.
- c. Manter e ampliar o Projeto Memória da Psicologia em suas diversas modalidades.
- d. Manter e disponibilizar o conjunto de produção em História da Psicologia na Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-PSI).
- e. Incentivar a criação de links específicos sobre história e memória nos sites do CFP e CRPs.
- f. Viabilizar, com o apoio do Sistema Conselhos, a articulação de uma síntese do conjunto de todas essas discussões, com vistas a uma possível publicação de obra que possa simbolizar um primeiro marco deste empenho na história da Psicologia no Brasil.
- h. Constituir e organizar acervos históricos no Sistema Conselhos visando a guarda, preservação e manutenção dos documentos produzidos (atas, correspondências, material de divulgação, fotos, jornais, livros, filmes, entrevistas, dentre outros) pelos CRPs e CFP. Disponibilizar esse(s) acervo(s) constituído(s) para consulta pública.

## **Tese 68**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA DO ENVELHECIMENTO – Qualificação, debate e contribuição de referências para a Psicologia do Envelhecimento

### **Diretrizes**

1. Promoção, pelo Sistema Conselhos de Psicologia, de debates com a categoria e com o campo acadêmico e de formação, no sentido de viabilizar construção de referências em Psicologia para atuação com a pessoa idosa de modo diferenciado, respeitando suas peculiaridades, tendo em vista o envelhecimento populacional e a necessidade de aprofundar a apropriação da política de inclusão social do idoso.
2. Incentivo à qualificação dos profissionais para as questões referentes ao envelhecimento e ao cuidado dos idosos.

### **Encaminhamentos**

- a. Apoiar e participar de fóruns e debates de instituições que estudam e trabalham na área do envelhecimento.
- b. Construir por meio do Crepop, referências técnicas para o trabalho do psicólogo no atendimento à pessoa idosa, na perspectiva de inclusão social e na atenção integral a saúde.
- c. Estimular e apoiar as iniciativas de formação continuada dos psicólogos para o trabalho em equipe e para o cuidado no envelhecimento da população.
- d. Incentivar debates e ações acerca dos instrumentos legais que tratem do tema envelhecimento.
- e. Promover, pela atuação do Conselho Federal de Psicologia, campanhas de valorização da pessoa idosa, tanto para a categoria quanto para a sociedade, acerca da importância do(a) idoso(a) e de suas necessidades.

## **Tese 69**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA DO ESPORTE – Inclusão da discussão da Psicologia do Esporte no Sistema Conselhos

### **Diretrizes**

1. Criar espaço de discussão no sistema Conselhos, visando à construção de referências para a atuação do profissional na área.

### **Encaminhamentos**

a. Fomentar o diálogo com a Abep e as diversas entidades de Psicologia do Esporte para a formação e a qualificação do profissional.

b. Veicular informações que esclareçam a população sobre a Psicologia do Esporte.

c. Promover aproximação e diálogo interdisciplinar entre os diversos profissionais que atuam no universo esportivo, a fim de fortalecer a produção de conhecimentos nessa área.

e. Firmar parcerias com Abep, IES e movimentos estudantis quanto ao desenvolvimento de atividades acadêmicas, eventos científicos e disciplinas que contemplem a temática da Psicologia do Esporte.

f. Desenvolver referências da atuação do psicólogo do esporte a partir de mapeamento de profissionais da área.

g. Apoiar e participar dos eventos da categoria sobre Psicologia do Esporte.

## **Tese 71**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA DO TRÂNSITO – Ampliação da atuação do psicólogo do trânsito

### **Diretrizes**

1. Incentivar a discussão sobre a ampliação da atuação do Psicólogo do Trânsito para além da Avaliação Psicológica, abarcando outras formas e meios de atuação na área.

### **Encaminhamentos**

a. Que o Sistema Conselhos de Psicologia incentive e promova ações e eventos para discutir a ampliação do campo da Psicologia do Trânsito, para além da Avaliação Psicológica, bem como para consolidar novas referências técnicas da atuação dos profissionais de Psicologia na área de mobilidade.

## **Tese 72**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA DO TRÂNSITO – Avaliação psicológica de motoristas

### **Diretrizes**

1. Promover discussão ampliada acerca das resoluções recentes geradas pelo Contran e pelo CFP, que normatizam a avaliação psicológica no contexto do trânsito.
2. Abrir discussão no Sistema Conselhos sobre o número de atendimentos diários de avaliação psicológica, para os candidatos a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), garantindo a qualidade.

### **Encaminhamentos**

- a. Que o Sistema Conselhos discuta com a categoria e em parceria com o Instituto Brasileira de Avaliação Psicológica (Ibap) a avaliação psicológica para concessão de CNH.

## **Tese 73**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA E GÊNERO – Inserção e permanência da discussão de gênero no Sistemas Conselhos de Psicologia

### **Diretrizes**

1. Articulação com a ABEP, as IES e os movimentos estudantis para inserção da discussão de gênero na formação acadêmica.
2. Propiciar a discussão da temática de gênero, direitos sexuais e direitos reprodutivos no Sistema Conselhos, na perspectiva dos direitos humanos e das políticas públicas.
3. Estimular a participação do Sistema Conselhos nos Conselhos Estaduais da Mulher ou outras instâncias de construção de políticas públicas para as mulheres.
4. Promover, pela atuação do Sistema Conselhos, ampla discussão sobre a legalização do aborto.

### **Encaminhamentos**

- a. Estímulo à criação de Grupos de Trabalho que discutam relações de gênero, direitos sexuais e reprodutivos nas diversas instâncias dos Conselhos.
- b. Participação dos CRPs nas reuniões de instâncias e conselhos que discutam questões de gênero e diversidade sexual.
- c. Criação de uma Resolução que sinalize a obrigatoriedade, por parte de todos os CRPs, em todos os seus textos e mídias, de trazer uma escrita gendrada, contemplando os artigos (o, a, os, as), justificando o uso de tal escrita.
- d. Divulgação para a categoria dos tratados internacionais que versam sobre relações de gênero, direitos sexuais e reprodutivos.
- e. Acompanhar e discutir os Projetos de Lei (PLs) que regulamentem o direito ao aborto seguro.
- f. Diálogo com os movimentos que lutam pela legalização do aborto
- g. Inclusão, nas pesquisas do Crepop, do mapeamento dos psicólogos que trabalham nos serviços de aborto legal, para conhecer o trabalho que desenvolvem e divulgar referências para esta atuação.
- h. Estímulo à inclusão desse tema na formação em Psicologia por meio de articulação com a Abep.



## **Tese 74**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA E POVOS INDÍGENAS – Relação entre Psicologia e população indígena.

### **Diretrizes**

1. Criação de referências para o exercício profissional dos psicólogos na relação com os povos indígenas, observando o respeito à diversidade étnica e a valorização das subjetividades e das identidades dessas etnias.
2. Criação de oportunidades para compartilhamento de saberes e aprendizados entre psicólogos, indígenas e outros profissionais que atuam nessas comunidades.
3. Inclusão da temática Psicologia e Povos Indígenas de maneira mais contundente nas ações e nas políticas do Sistema Conselhos de Psicologia.

### **Encaminhamentos**

- a. Promover debates e eventos sobre a temática, com diálogos e trocas culturais entre a categoria, as comunidades indígenas e demais profissionais afins, priorizando métodos participativos e igualdade de expressão entre os participantes.
- b. Desenvolver ações concretas em parceria com outras instituições, no sentido de despertar nos profissionais da Psicologia o envolvimento ético-político com a temática indígena.
- c. Criar, por meio do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), um banco de dados que integre informações sobre práticas e produções científicas desenvolvidas por psicólogos, relacionadas aos povos indígenas.
- d. Estimular, mediante a atuação do Sistema Conselhos, em parceria com a Abep, a discussão sobre o tema na formação.
- e. Fortalecer o debate sobre as questões indígenas no processo de construção da Psicologia Latino-Americana, na União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi).
- f. Debater sobre a atuação dos psicólogos nas políticas públicas dirigidas aos povos indígenas que atendam às especificidades regionais, incluindo-os no debate.

## **Tese 75**

### **Tema da Tese**

Psicologia, políticas públicas e relações étnico-raciais e quilombolas

### **Diretrizes**

1. Incentivar o debate e a participação da Psicologia na formulação e na execução das políticas públicas voltadas para as populações negras e quilombolas.
2. Colaborar na implantação de estratégias que possam subsidiar a categoria em sua formação e atuação e divulgar as produções da Psicologia no campo das relações raciais para o público e a sociedade.
3. Divulgar a Resolução 18/2002 do CFP, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.
4. Problematizar e contextualizar historicamente o sistema de cotas.
5. Produzir material midiático que contribua para que o psicólogo tenha maior percepção crítica do espaço institucional, em especial o ligado ao mundo do trabalho, da educação, da saúde e da segurança pública, no que tange aos aspectos étnico-raciais e quilombolas.
6. Ampliar, por meio da ação do Sistema Conselhos, ações em defesa da colocação em prática de políticas públicas voltadas para as desigualdades sociais decorrentes do racismo.
7. Apoiar as políticas públicas de combate ao racismo institucional, bem como a divulgar a atuação de psicólogos(as) nessas políticas.
8. Desmistificar o conceito de democracia racial e discutir as consequências causadoras de sofrimento psíquico que advêm do preconceito e da discriminação racial existentes na sociedade.
9. Articular o Sistema Conselhos com Abep, IES, movimentos estudantis e sociais com a finalidade de suscitar a importância da discussão racial na formação acadêmica.

### **Encaminhamentos**

- a. Sugerir a temática étnico-racial para pesquisa no Crepop, para mapear as experiências de atuação de psicólogos(as) já existentes e realizar pesquisas acerca da presença e atuação de psicólogos nas políticas públicas dirigidas a esses grupos sociais.
- b. Realizar e subsidiar eventos regionais e nacionais para apresentação de temas sobre Psicologia e questões étnico-raciais e quilombolas.
- c. Incentivar elaboração de textos e materiais midiáticos do Sistema Conselhos que divulguem informações e dados sobre a realidade da população negra e quilombola.
- d. Dar visibilidade, utilizando os meios de comunicação do Sistema Conselhos (jornal e site), a ocorrência de seminários, congressos, cursos de extensão sobre história e cultura da população negra e quilombola.

- e. Apoiar e incentivar a participação de psicólogos quanto a sua qualificação e seu aperfeiçoamento em saúde e educação das populações negra e quilombola.
- f. Incentivar e garantir a organização de debates, exibição de documentários e filmes sobre a história e a realidade da população negra e quilombola.
- g. Realizar debates tematizando experiências de trabalho de psicólogos em atenção às vítimas de racismo.
- h. Estimular a retomada de campanhas contra o racismo e as suas consequências.
- i. Criar um fórum de discussão em nível regional e nacional de modo a favorecer o debate no Sistema Conselhos
- j. Promover o debate, em parceria com Abep, IES, movimentos estudantis, sobre relações étnico-raciais e quilombolas no currículo da formação.

## **Tese 76**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO – Discussão da Resolução CFP 12/2005

### **Diretrizes**

1. Promover ampla discussão temática com a categoria, objetivando atualização da legislação referente à prática psicológica por meio do computador.
2. Ampliar o debate sobre as possibilidades de avanço no registro e na comunicação, bem como as sérias implicações éticas e técnicas envolvidas na utilização de novas tecnologias, e sua relação com o exercício profissional.

### **Encaminhamentos**

- a. Incentivar e promover o debate sobre a utilização de novas tecnologias na atuação do psicólogo, envolvendo a categoria, entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e as IES para discutir as implicações éticas e técnicas, dando continuidade ao processo de construção de referências para a utilização de novas tecnologias no exercício profissional.

## **Tese 77**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA HOSPITALAR

### **Diretrizes**

1. Proporcionar a discussão a respeito da prática do psicólogo em hospitais, e de maneira geral, nos ambientes de saúde pública e coletiva, englobando medidas de minimização de riscos de saúde e segurança ocupacional, bem como a insalubridade no exercício profissional em parceria com a Fenapsi.
2. Criar conjunto de procedimentos para a atuação profissional em Psicologia Hospitalar, estabelecendo parâmetros para a institucionalização das práticas.
3. Realizar ações, por meio do Sistema Conselhos, visando à ampliação da Psicologia no setor terciário de saúde (hospitais), promovendo debates e acompanhando o trâmite dos Projetos de Lei que abordam essa temática.
4. Estimular a aplicação da Resolução CFP 15/2007, nos programas de Residência em Psicologia na área da saúde.

### **Encaminhamentos**

- a. Que o CFP articule com os Ministérios do Trabalho e da Saúde, buscando estabelecer um número de psicólogos por leito.
- b. Que o CFP faça gestão no Poder Legislativo para a ampliação e o fortalecimento da Psicologia na atenção terciária de saúde (hospitais), por meio do debate, com vistas à aprovação do PL 77/2003, que torna obrigatório o psicólogo nos hospitais públicos e privados.
- c. Que o CFP fortaleça a Fenapsi para discutir com a categoria e as instituições hospitalares as condições do exercício profissional nos ambientes públicos e particulares.
- d. Que o CFP articule com a Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH), o Ministério da Saúde (MS) e outras instâncias da Saúde, o estabelecimento de classificação das modalidades de serviços psicológicos realizados no âmbito hospitalar, de modo a facilitar a negociação de seu financiamento no Sistema Único de Saúde (SUS) e na Saúde Suplementar.

## **Tese 78**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA JURÍDICA – Condição de Trabalho do Psicólogo no contexto da Justiça

### **Diretrizes**

1. Estreitar as relações e os diálogos e implementar ações de orientação aos Poderes constituídos da União sobre a especificidade do trabalho do psicólogo no contexto da Justiça, sobre as condições necessárias para sua realização, bem como sobre a autonomia metodológica e o tempo despendido para as avaliações e outras atividades pertinentes a sua rotina na instituição.
2. Estabelecer ações de divulgação sobre o trabalho do psicólogo no contexto jurídico, social e de segurança pública, bem como a necessidade de contratação desse profissional, tendo em vista o previsto em lei, buscando parceria com os sindicatos e as associações desse segmento, para garantir a contratação de psicólogos via concurso público.
3. Qualificar o trabalho do psicólogo na atuação nas políticas de prevenção à violência.

### **Encaminhamentos**

- a. Criar documentação orientativa e realizar outras ações nas instâncias superiores e administrativas dos Poderes constituídos da União e dos estados, com relação às condições necessárias para a realização do trabalho do psicólogo jurídico nesses espaços, bem como da importância de sua autonomia metodológica, visando a abolir práticas de submissão e hierarquização em relação às profissões do Direito.
- b. Incentivar a realização de concursos públicos para provimento de cargos de psicólogos no campo jurídico.
- c. Construir e ampliar referências, por meio do Crepop, para a atuação do psicólogo no contexto da Justiça.
- d. Levantar dados e realizar discussões, via Crepop, no sentido de organizar um documento com as respectivas normas técnicas que visem à elaboração do Estudo Psicossocial nos diversos contextos jurídicos, tais como as medidas socioeducativas de meio aberto, privação e restrição de liberdade.
- e. Articular interlocução com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre a elaboração do Estudo Psicossocial nos diversos contextos jurídicos, tais como as medidas socioeducativas de meio aberto, privação e restrição de liberdade.
- f. Estabelecer a interlocução com as instâncias do Poder Judiciário por meio de seminários nas esferas estaduais e federal que auxiliem a construção de referências nacionais para atuação do psicólogo no Sistema Judiciário.
- g. Atuar, em articulação com outros protagonistas sociais, nos meios de comunicação, estimulando o debate com os profissionais da área (jornalistas, Conselhos e Agências de Comunicação) sobre a problemática da disseminação da sensação de insegurança e a criminalização da pobreza.



## **Tese 79**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA JURÍDICA – Discussão do campo da Psicologia Jurídica nos órgãos governamentais e em outras entidades

### **Diretrizes**

1. Intensificar o diálogo com instituições de formação e entidades de classe de outras profissões que estabelecem interface com a Psicologia Jurídica.
2. Apoiar a elaboração e a promoção de projetos de políticas públicas voltadas para a Justiça e segurança pública.
3. Estabelecer o diálogo permanente com os três poderes acerca de questões pertinentes à prática do psicólogo no Sistema de Justiça.

### **Encaminhamentos**

- a. Aproximar o Sistema Conselhos com os Poderes constituídos da União e dos estados para esclarecer o papel do psicólogo nas atividades de perícia, bem como em outras atividades realizadas nas instâncias jurídicas.
- b. Favorecer a interlocução do Sistema Conselhos com os órgãos responsáveis (Secretarias Municipais, Estaduais e Ministério Público), defendendo o cumprimento do Sistema de Garantia de Direitos, visando ao melhor funcionamento da rede de atendimentos.
- c. Realizar eventos conjuntos entre entidades representativas dos psicólogos jurídicos, IES e entidades do Sistema de Justiça sobre as particularidades da interface da Psicologia com a Justiça.
- d. Promover debates a fim de incentivar, no âmbito da Justiça, outras formas de administração de conflitos, tais como conciliação, mediação e Justiça restaurativa; apresentando discussões sobre a judicialização da vida e a criminalização das condutas e de que forma a Psicologia pode contribuir nessa reflexão e na transformação dessa realidade.



## **Tese 80**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA JURÍDICA – Estratégias de Qualificação do Psicólogo que atua na Esfera da Justiça

### **Diretrizes**

1. Produzir referências técnicas e orientar os profissionais psicólogos que atuam no contexto da Justiça, garantindo o acesso e a respectiva divulgação aos gestores.
2. Estimular, em parceria com a Abep, diálogos com IES, associações e agências com vistas à inserção da disciplina de Psicologia Jurídica na Graduação em Psicologia e Direito.

### **Encaminhamentos**

- a. Dar continuidade às pesquisas do Crepop na área da Justiça e ao georreferenciamento com os psicólogos que atuam nessa área.
- b. Promover discussão com os psicólogos, bem como com os operadores de Direito e outros atores sobre as orientações normativas que regulam a prática dos psicólogos no sistema prisional, com base em princípios e diretrizes baseados nos direitos humanos, na saúde e na promoção de direitos.

## **Tese 82**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO – Fortalecimento da atuação do psicólogo organizacional e do trabalho

### **Diretrizes**

1. Fortalecer a atuação do psicólogo organizacional e do trabalho.
2. Debater a Psicologia Organizacional e do Trabalho e seus preceitos críticos e construir referências para atuação do psicólogo organizacional e do trabalho com base no diálogo com a categoria e entidades da Psicologia brasileira.
3. Aprofundar, por meio do Sistema Conselhos, a discussão sobre as bases subjetivas presentes nas condições de trabalho, incentivando a organização da área do estudo das relações de trabalho, considerando aspectos críticos relacionados ao mundo do trabalho.
4. Promover a discussão sobre a necessidade do registro no Conselho de psicólogo que atua na área organizacional e do trabalho, independentemente de seu enquadramento funcional, buscando, ainda, favorecer a aproximação desse profissional com o Conselho.
5. Promover a articulação do Sistema Conselhos com entidades ligadas à Psicologia Organizacional e do Trabalho, sindicatos, rede de incubadoras universitárias, entre outras, promovendo ações de enfrentamento aos desafios do mundo do trabalho.
6. Mobilizar o Sistema Conselhos no sentido de criar e fortalecer a Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho para possibilitar um fórum de discussões contínuo acerca das atribuições profissionais e troca de experiências.

### **Encaminhamentos**

- a. Incentivo, em parceria com a SBPOT e instituições afins, à realização de eventos, seminários, palestras, encontros, simpósios na área organizacional e do trabalho, de modo a fortalecer a atuação do psicólogo e o desenvolvimento de novas referências.
- b. Criação de fórum permanente de debate sob a Psicologia crítica do trabalho, a fim de buscar a construção de novas referências na área. Aproximação dos psicólogos que atuam no campo da Psicologia Organizacional e do trabalho às discussões que envolvem o exercício e a prática profissional pautada em uma concepção ético-política. Avançar para uma Psicologia voltada para questões estratégicas e da cultura de participação do psicólogo. Maior preocupação com a formação técnica do profissional psicólogo.
- c. Discussão com Ministérios e instituições afins quanto às contribuições da Psicologia nas ações que dão suporte ao trabalhador em situação de desemprego, de acesso ao primeiro emprego, de assédio moral, de preparação para aposentadoria, bem como sobre a importância do psicólogo na avaliação e na perícia na área de saúde do trabalhador.

- d. Continuidade, pelo Crepop, da produção e da divulgação de referências para a atuação do psicólogo nas políticas públicas que levem em conta o trabalho do psicólogo em todas as organizações/instituições. .
- e. Articulação com a Abep de ações de promoção da formação dos psicólogos que contemplem visão mais abrangente e crítica, para além das técnicas, de modo a favorecer a atuação no nível das estratégias e das políticas organizacionais.
- f. Realização do ano da Psicologia Organizacional e do Trabalho (a exemplo do ano da Educação, da Psicoterapia, etc.).
- g. Promoção de debates interprofissionais articulados com entidades representativas da categoria, favorecendo a discussão epistemológica, ética e política da Psicologia do Trabalho.
- h. Inserção do Sistema Conselhos nos diversos debates sobre economia solidária e sustentabilidade, estimulando a participação dos psicólogos.
- i. Promoção, pelo Sistema Conselhos, juntamente com as demais entidades parceiras, de eventos e atividades que propiciem a discussão sobre os novos paradigmas acerca do mundo do trabalho, divulgando o trabalho do psicólogo organizacional e mostrando as diferenças do trabalho deste para o trabalho exercido pelo administrador.

## **Tese 84**

### **Tema da Tese**

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO – Instrumentalização e divulgação da atuação do psicólogo na área organizacional e do trabalho

### **Diretrizes**

1. Promover ações públicas de esclarecimento, fazendo referência à importância da Psicologia no contexto do trabalho, visando a avançar para um trabalho focado na prevenção e na saúde do trabalhador e não só curativa, demonstrando as diferenças entre o trabalho do psicólogo e o trabalho exercido pelo administrador.

### **Encaminhamentos**

- a. Promover, com o Conselho Federal de Administração (CFA) a discussão sobre papéis e funções exercidos pelo administrador e pelo psicólogo no contexto organizacional e do trabalho.
- b. Fomentar a criação de referências para o exercício profissional do psicólogo que atua em RH.
- c. Fortalecer a comissão que dialoga com o Ministério da Saúde e da Previdência Social, com vistas à construção de protocolos de transtornos mentais e de comportamentos relacionados ao trabalho.
- d. Promover diálogos com instituições regulamentadoras das outras profissões que atuam no contexto organizacional e do trabalho, de modo a favorecer debates sobre os papéis e as funções exercidos por esses profissionais, sob a ótica da interdisciplinaridade.

## **Tese 86**

### **Tema da Tese**

PSICOTERAPIA: Qualificação e atuação ético-profissional

### **Diretrizes**

1. Manutenção da discussão da Psicoterapia no Sistema Conselhos, a partir da articulação de parcerias com demais entidades.
2. Construção, pelo Sistema Conselhos, de parâmetros/formas de lidar com as questões referentes à regulação do exercício da prática psicoterápica pelos psicólogos.
3. Estímulo à criação de parâmetros éticos e práticos que respeitem as diversas abordagens teóricas na atuação em psicoterapia.
4. Ampliação das discussões em relação às práticas psicológicas com a categoria e com as Comissões de Orientação e Fiscalização (COF) e Comissões de Orientação e Ética (COE) e divulgação do que é considerado *prática conhecida, reconhecida, emergente e alternativa*.
5. Continuidade da construção, pelo Sistema Conselhos, por meio da interlocução com a categoria e entidades afins, de referências para o exercício da prática psicoterápica pelos psicólogos, a partir dos debates resultantes do Ano Temático da Psicoterapia, reforçando os princípios éticos da Psicologia.
6. Continuidade da promoção, pelo Sistema Conselhos, em parceria com a Abep, IES e outros interlocutores envolvidos na formação e no exercício da psicoterapia, do debate nacional sobre a psicoterapia, no sentido de discutir algumas diretrizes necessárias para a formação.

### **Encaminhamentos**

- a. Promover novos encontros para discussão da psicoterapia, ampliar as discussões nos cursos sobre psicoterapia, fomentar a discussão para implementação da residência em Psicologia; promover discussões e produzir documentos e ações que norteiem o exercício da psicoterapia.
- b. Propor ao Crepop a construção de referências para prática de psicoterapias na saúde pública.
- c. Incentivar o desenvolvimento de pesquisas e publicações científicas no campo das psicoterapias, em parceria com a Abrap, IES e outras instituições afins.
- d. Enfatizar, na atuação do Sistema Conselhos, para gestores e instituições da área da saúde, a importância de condições físicas e materiais que possibilitem a adequação do atendimento psicoterápico e de seu sigilo, considerando os diversos contextos em que esses atendimentos devem ocorrer.
- e. Ampliar a discussão na Agência Nacional de Saúde (ANS) sobre a prestação de serviços de psicoterapia nos planos de saúde para garantir a autonomia técnica do psicólogo.

## **Tese 95**

### **Tema da Tese**

RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAIS – Residências Multiprofissionais em Saúde

### **Diretrizes**

1. Fortalecimento e apoio de processos de formação multiprofissional e/ou aprimoramento profissional, mobilizando esforços para incentivar a criação de residências multiprofissionais para psicólogos.
2. Participação do Sistema Conselhos participe em espaços de discussão permanentes relativos à formação de psicólogos para o SUS, apoiando as propostas de formação em Residência Multiprofissional em Saúde, defendendo a retomada do processo democrático de composição da Comissão Nacional das Residências.

### **Encaminhamentos**

- a. Defesa, pelo Sistema Conselhos de Psicologia, da constituição de Residências Multiprofissionais em Saúde como espaço de formação de psicólogos para o SUS.
- b. Apoio à viabilização, nos níveis estadual e municipal, da realização de Residência Multiprofissional e mobilização da categoria para pressionar os gestores no sentido de implantar programas de educação continuada que contemplem articulação com a rede de serviço, atendimentos especializados, entre outros.
- c. Gestão no MEC, pelo Sistema Conselhos, em parceria com outras instituições, de mobilização de esforços, para incentivar a criação de novas vagas em Residências Multiprofissionais e/ou aprimoramento profissional em diversas regiões do país onde exista pelo menos um curso de graduação na área, preferencialmente fora dos grandes centros.
- d. Articulação com o Conselho Nacional de Saúde, o Fórum Nacional de Residentes, de Coordenadores de Residências, de Preceptores e Conselhos de Categorias Profissionais de Saúde, para apoiar a composição democrática da Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde com representatividade dos coletivos envolvidos que foram destituídos pela portaria interministerial nº 143, de 9 de fevereiro de 2010.

## **Tese 97**

### **Tema da Tese**

SAÚDE DA FAMÍLIA

### **Diretrizes**

1. Ampliar as discussões sobre a atuação profissional do psicólogo nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf), afirmando o papel do psicólogo como profissional da saúde coletiva.
2. Promover discussões nos Sistemas Conselhos sobre a inclusão do psicólogo no Programa de Saúde da Família, por meio da revisão da composição da equipe mínima.
3. Lutar contra a privatização do SUS.

### **Encaminhamentos**

- a. Promover seminários estaduais e nacional visando a discutir a implantação da política do Nasf, assim como a atuação do psicólogo nas equipes.
- b. Fazer gestões para participação e presença efetiva da Psicologia nas instâncias de controle social, para definições e deliberações das políticas e ações da Estratégia de Saúde da Família.
- c. Fazer parcerias com outros Conselhos de profissionais da saúde.
- d. Encaminhar proposição via Comissão Intersectorial de Saúde Mental (CISM) e Conselho Nacional de Saúde (CNS) de inclusão do profissional psicólogo na equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF).
- e. Estimular o debate sobre o fazer da Psicologia na Atenção Básica à Saúde.
- f. Divulgar a produção acadêmica que relata as experiências profissionais da psicologia na ESF/Residências.

## **Tese 99**

### **Tema da Tese**

SAÚDE MENTAL

### **Diretrizes**

1. Pautar questões de bioética relacionadas à atenção em saúde mental e participar dos Fóruns/Conselhos relativos à temática.
2. Contribuir para consolidar e fortalecer a rede psicossocial e ampliar as ações de atenção à saúde mental nos níveis de promoção e de prevenção do adoecimento psíquico.
3. Promover debates acerca da saúde pública e dos desafios na consolidação do SUS e da Reforma Psiquiátrica.
4. Incentivar a participação da categoria nos espaços de controle social, contribuindo para a efetiva implementação do SUS e da reforma psiquiátrica.
5. Promover campanhas para conhecer e dar visibilidade a outras práticas dentro da saúde mental que não sejam em instituições como Caps e hospitais psiquiátricos.

### **Encaminhamentos**

- a. Dar continuidade à construção de referências técnicas, por meio do Crepop, para prática do psicólogo inserido nos serviços da rede substitutiva.
- b. Avaliar e monitorar a implantação da reforma psiquiátrica e da rede substitutiva.
- c. Promover o debate sobre o tema da humanização na saúde mental, observando os dispositivos e os indicadores da PNH.
- d. Continuar a defender o fechamento dos leitos de hospitais psiquiátricos, realocando o recurso para sua efetiva substituição por leitos psiquiátricos em hospitais gerais e abertura de Caps III.
- e. Produzir materiais de referência sobre as questões de vulnerabilidade e autonomia das pessoas com transtornos mentais, a internação involuntária à luz dos princípios éticos da profissão e da garantia dos direitos humanos.
- f. Deliberar sobre a representação do Sistema Conselhos em Fóruns/Conselhos que discutam a temática da bioética e saúde mental.
- g. Empreender debates em todo o Sistema Conselhos, com ênfase nas subsedes, com o objetivo de discutir as estratégias de atenção em saúde mental e a Psicologia diante da necessidade de propostas pautadas na intersetorialidade para efetivo cuidado a população com transtornos mentais.
- h. Continuar promovendo eventos que contemplem o debate sobre políticas públicas de saúde, em especial a saúde mental, no sentido de romper definitivamente com a lógica manicomial ainda fortemente presente nas práticas de atendimento dos profissionais de saúde mental.



- i. Apoiar ativamente as discussões sobre processos de desinstitucionalização dos pacientes/residentes dos hospitais psiquiátricos.
- j. Considerando-se a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, promover debates intersetoriais sobre o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização das práticas desenvolvidas em Capsi, no sentido de rever práticas predominantemente medicamentosas e institucionalizadoras.
- k. Proporcionar espaços de diálogo entre Sistema Conselhos, agências de formação e profissionais/gestores da área de saúde com o intuito de romper com velhos modelos que emperam a completa implementação da reforma psiquiátrica antimanicomial.
- l. O Conselho estimulará, em parceria com o Estado e Sociedade Civil, a criação de fóruns para discutir o apoio matricial, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família e demais programas e projetos que corroborem com o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil.
- m. Incentivar a promoção de prática profissional de cuidado pautada na responsabilização, no trabalho em equipe, projeto terapêutico singular no matriciamento à atenção básica.
- n. Promover espaços de debate sobre o trabalho do psicólogo nos diversos serviços da rede substitutiva.
- o. Promover discussões, em parceria com a Abep, nas instituições formadoras em Psicologia, para a atuação do psicólogo no SUS e na rede substitutiva ao modelo manicomial.

## **Tese 101**

### **Tema da Tese**

SEGURANÇA PÚBLICA – Criação de referências e atuação do psicólogo na segurança pública

### **Diretrizes**

1. Promover o debate sobre a política nacional em segurança pública, construindo referências para atuação e inserção dos psicólogos da área.
2. Mapear as áreas de atuação e inserção dos psicólogos que atuam na segurança e detetar suas necessidades, designando que o Crepop faça o mapeamento dessas áreas.

### **Encaminhamentos**

- a. Promover debates, propor grupos de trabalhos, realizar encontros, seminários e fóruns regionais e nacionais, com a finalidade de discutir a inserção do psicólogo na área da segurança pública e privada.
- b. Criar referências para o trabalho do psicólogo na área de segurança pública.
- c. Mobilizar a categoria para discussão das práticas profissionais, dificuldades e desafios relacionados à atuação do psicólogo no contexto da segurança pública.

## **Tese 104**

### **Tema da Tese**

SISTEMA PRISIONAL – Acompanhamento e discussão dos PLs relacionados ao sistema prisional e a egressos

### **Diretrizes**

1. Acompanhar, discutir e divulgar para a categoria os projetos de Lei relacionados ao sistema prisional.
  
2. Possibilitar o debate com o poder público, sociedade civil, psicólogos e áreas afins sobre o trabalho com os egressos e sobre as penas alternativas, assim como a Portaria Interministerial nº 1.777, de 2003, que determina o Plano Nacional de Saúde para o Sistema Prisional, a Lei de Execução Penal e projetos de Reintegração social.
  
3. Retomar as diretrizes já definidas no V e no VI CNP sobre as propostas de alteração da Lei de Execução Penal, para inclusão da assistência psicológica em seu Art. 14.
  
4. Amplificar o debate a favor dos direitos humanos e contra situações de tortura que ocorrem no sistema prisional.
  
5. Atuar para a garantia de implementação e execução de políticas públicas e sociais de atenção ao apenado, ao submetido a medida de segurança e tratamento e ao egresso do sistema penitenciário.
  
6. Avançar em direção a uma sociedade igualitária, plena em sua garantia de direitos e respeito à figura humana em qualquer condicionante, dando cumprimento aos direitos assegurados por lei. Assim, no processo de construção de enfrentamento desses desafios, considerar a produção de políticas de atenção à saúde, de assistência, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho e previdência como garantia de direitos dentro do cárcere.
  
7. Dar continuidade às ações referentes à frente mundial de uma sociedade sem prisões, estimulando a discussão sobre o abolicionismo penal.
  
8. Abordar a problemática da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

### **Encaminhamentos**

- a. Atuar nos Conselhos de Direitos e nos órgãos de controle social, para garantir os princípios constitucionais; orientar os profissionais psicólogos a atuar dentro da observância do código de ética e as diretrizes internacionais; criar e promover formas de diálogo com outros setores profissionais para que haja garantia dos direitos humanos de todos os atores envolvidos.
  
- b. Promover diálogo permanente sobre as Diretrizes para Atuação do psicólogo no sistema prisional, atualizando as referências para sua prática.

- c. Realizar orientações e fiscalizações regulares conjuntas com o Ministério Público e a OAB, com produção de relatórios e promovendo eventos que pautem a garantia dos direitos humanos na prisão.
- d. Desenvolver ações em conjunto com o poder público envolvido nesta temática.
- e. Desenvolver ações no sentido de garantir os direitos humanos da população carcerária; discutir/encaminhar aos poderes competentes a proposta de modificação da Lei de Execução Penal, incluindo no capítulo das Assistências a assistência psicológica; criar e promover formas de diálogo com outros setores e profissionais para que haja garantia dos direitos humanos.

## **Tese 105**

### **Tema da Tese**

SISTEMA PRISIONAL – Qualificação do trabalho do psicólogo no Sistema Prisional

### **Diretrizes**

1. Redimensionar a prática do psicólogo no sistema prisional para uma prática voltada para a garantia de direitos, incluindo a participação e a construção coletiva.
2. Fomentar a inserção dos psicólogos nas casas penais que ainda não contam com esse profissional em suas equipes de trabalho, apoiando o trabalho desses profissionais.
3. Contribuir na discussão da problematização do modelo prisional, promovendo o diálogo com outras categorias que atuam no sistema prisional, cujos objetivos incluem a atuação voltada também aos agentes de segurança e aos demais funcionários.
4. Afirmar práticas voltadas para a promoção da cidadania, da saúde e dos direitos humanos das pessoas presas como referência para atuação do psicólogo no sistema penitenciário.
5. Intensificar a fiscalização das práticas do exercício profissional do psicólogo no sistema prisional que desrespeitem o Código de Ética Profissional.
6. Promover debates sobre atuação dos psicólogos no sistema prisional, visando a uma intervenção para a promoção da cidadania, de saúde mental e construção de uma sociedade com equidade social.
7. Fortalecer o debate entre as comissões internas nos CRPs, visando à orientação do trabalho dos psicólogos, no sentido da promoção de direitos humanos nas instituições de privação de liberdade.
8. O Sistema Conselhos deve dar continuidade às campanhas e aos debates sobre o sistema prisional. Especialmente neste momento, em que tramita no Congresso Nacional Projeto de Lei que visa ao retorno do exame criminológico como avaliação para progressão de regime.

### **Encaminhamentos**

- a. Propor ampliação dos debates sobre a problematização do modelo de privação de liberdade prevalente no Brasil no Legislativo e no Judiciário.
- b. Sistema Conselhos de Psicologia deverá adotar ação integrada com o Depen/Ministério da Justiça, com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e órgãos da execução penal, para garantir que a prática profissional do psicólogo se mantenha nos limites estabelecidos pelo seu Código de Ética Profissional para seu campo de conhecimento e de intervenção.
- c. Dar continuidade à articulação com a sociedade civil para ampliar o debate e, por conseguinte, favorecer a mudança de opinião e a representação social em relação às questões do sistema prisional, tendo como foco a garantia de direitos fundamentais dos indivíduos encarcerados. Para isso, buscar parceria com universidades, com entidades de direitos humanos, Conselhos de Comunidade, órgãos do Executivo e do Legislativo, entre outros.

d. Fomentar audiência pública no Congresso Nacional, para que o CFP e os demais atores envolvidos na luta pela abolição do exame criminológico possam tornar públicos, para a população em geral, os motivos desse posicionamento, com base nos vários documentos já produzidos.

e. Que o Conselho Federal de Psicologia estabeleça uma articulação permanente com os Ministérios da Saúde e da Justiça para garantir a implantação/implementação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (Portaria nº 1.777/2003).

## **Tese 107**

### **Tema da Tese**

SISTEMA PRISIONAL – Saúde mental, direitos sociais e reprodutivos da mulher encarcerada

### **Diretrizes**

1. Promover ações com os psicólogos visando a ampliar e consolidar a noção de rede e intersectorialidade.
2. Ampliar o debate com os gestores de Justiça, Segurança e Saúde públicas e sociedade civil sobre a garantia dos direitos humanos à mulher em regime de reclusão.

### **Encaminhamentos**

- a. Indicar que o trabalho do psicólogo na equipe multidisciplinar possa garantir o acolhimento e o encaminhamento de familiares para atendimento na rede social, quando necessário.
- b. Fazer gestões no sentido de garantir os direitos constitucionais relativos à condição feminina, inclusive durante gestação e amamentação de seus filhos, no sentido de garantir esta última durante os seis meses previstos em lei.
- c. Fomentar nos órgãos da gestão penitenciária a necessidade de garantia às mulheres, de forma suficiente, do atendimento a suas necessidades específicas.

## **Tese 110**

### **Tema da Tese**

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Referências Técnicas para o Suas

### **Diretrizes**

1. Promoção, pelo Sistema Conselhos, de espaços para discussão da Política de Assistência Social e do trabalho interdisciplinar nela inserido, por meio da reunião de profissionais atuantes nessa área, com vistas a qualificar e ampliar a produção de referência e assim contribuir para as regulamentações e definições relativas ao papel do psicólogo na assistência social.
2. Articulação dos GTs de Condições e Relações de Trabalho dos CRPs e do CFP com os sindicatos e a Federação na luta pela implementação e fortalecimento do Suas.
3. Dever do Sistema Conselhos de orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar as atividades dos profissionais que trabalham no Suas, garantindo sua autonomia e as condições necessárias a sua prática.
4. Realização de parceria com Abep e IES, promovendo debates sobre a formação para essa área.
5. Visibilidade para práticas e contribuições do psicólogo ao Suas.
6. Promoção da discussão sobre a produção de documentos escritos pelo psicólogo no campo da Assistência Social.

### **Encaminhamentos**

- a. Implantar/Implementar espaços para discussão e reflexão sobre o fazer da Psicologia na Assistência Social, por meio de encontros e seminários e da formação de uma comissão de Assistência Social nos CRPs.
- b. Dar continuidade ao processo de elaboração de referências técnicas aos psicólogos que atuam no Cras e a gestores.
- c. Realizar seminário e fóruns com psicólogos e assistentes sociais, destinados a discutir a interdisciplinaridade das respectivas áreas, com objetivos de refinar as referências encontradas atualmente no material disponibilizado pelo Crepop sobre a atuação no Suas.
- d. Dar informações e visibilidade sobre a atuação do psicólogo no Cras, por meio de palestras, artigos, jornais, revistas, entrevistas, etc., promovendo seminários de atualização, troca experiências e trabalhos científicos.
- e. Articular com Abep, universidades e serviço público formas de atuação de estagiários(as) de Psicologia em serviços como o Creas e o Cras, entre outros que atuem na política de garantia de direitos.
- f. Promover o debate da temática por meio de GTs, seminários, encontros e oficinas, convocando universidades e profissionais de Psicologia, comunidades e a sociedade civil organizada.



- g. Realizar o I Seminário Nacional sobre a inserção do Psicólogo na Política Nacional de Assistência Social, trazendo para o debate a prática e as normas estabelecidas para esta política e apresentando as contribuições da Psicologia e seu lugar nas políticas públicas e debatendo pesquisa realizada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop).
- h. Promover eventos como mostra de práticas e prêmio monográfico para profissionais e estudantes de Psicologia, enfocando o tema, de modo a fortalecer a Psicologia na área da Assistência Social e o intercâmbio entre o mundo acadêmico e o da prática profissional.
- i. Promover debates com a Abep e instituições de ensino superior e agentes formadores em relação à formação e à atualização de profissionais de Psicologia para atuar na Assistência Social.

## **Tese 111**

### **Tema da Tese**

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS

### **Diretrizes**

1. Dar continuidade à criação e à divulgação de referências técnicas e éticas para a atuação do psicólogo em políticas públicas de saúde.
2. Apoiar movimentos que lutem contra a privatização do SUS, defendendo seus princípios e diretrizes, bem como a criação de concursos públicos visando à inserção do psicólogo no serviço público.
3. Fomentar a criação de espaços para aprimoramento do processo de trabalho dos psicólogos na saúde pública, com o intuito de evitar a reprodução de modelos manicomiais.
4. Promover o diálogo e a articulação entre as diversas categorias profissionais na política pública de Saúde e promover seminários de atualização e troca de experiências.
5. Fomentar o debate em relação aos processos de medicalização da vida e produzir material informativo sobre o tema.
6. Promover debates que contemplem análises de políticas públicas de Saúde e a atuação do psicólogo em rede de atendimento intersetorial.
7. Ampliar a participação nas instâncias de controle social, e se alinhar na defesa do SUS como política de Estado e como modelo de Assistência Integral.

### **Encaminhamentos**

- a. Realizar gestões e propor parcerias com o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para definição da linha de capacitação/aperfeiçoamento para a categoria.
- b. Realizar fóruns de discussão sobre o Sistema SUS e sobre a importância e o papel da equipe multidisciplinar na atenção à saúde como garantia na integralidade proposta pelo SUS.
- c. Promover debates e eventos no Conselho Regional de Psicologia (CRP) para os psicólogos e profissionais da saúde, visando à troca de experiências e o fortalecimento do espaço multiprofissional e interdisciplinar.
- d. Implementar, divulgar e valorizar estratégias de qualificação do psicólogo no SUS, por exemplo, como parcerias entre as Regionais de Saúde e o Conselho Regional de Psicologia.
- e. Envidar esforços no sentido de que os Conselhos articulem com as Secretarias de Saúde do Estado e do Município para garantir concursos públicos e adequação dos locais de trabalho dos psicólogos, adequação tanto no espaço físico como nos recursos necessários para o cumprimento da função com competência.

- f. Incentivar a implementação de Políticas de Inserção da Psicologia na Saúde Pública em conformidade com diretrizes do SUS, favoráveis efetivamente à integração de usuários, de profissionais e de equipes.
- g. Os Conselhos de Psicologia devem estimular ações propositivas e debates entre os psicólogos e outras categorias profissionais que atuam na rede pública de saúde, segundo os princípios do SUS, visando a integrá-los e a favorecer o trabalho em equipe.
- h. Retomar o debate a respeito da decisão de o psicólogo não estar em todos os níveis de atenção.
- i. Construir, pela ocupação de espaços de controle social, com a gestão da saúde coletiva, a inserção/inclusão do psicólogo nas ações de rede Renast e as operacionalizadas, também, pelos Cerests.
- j. Que o Sistema Conselhos faça gestões no órgão da Previdência Social para que a resolução do CFP nº 15/1996 possa ser aceita regularmente em todo o país.
- k. Divulgar referências técnicas básicas para a atuação do psicólogo no SUS e manter as pesquisas da área da saúde no Crepop, a fim de criar recomendações para regulamentação da atuação na área.
- l. Criar um Fórum Permanente de Políticas Públicas de Saúde no Sistema Conselhos.
- m. Elencar nas comissões de saúde dos Conselhos temas prioritários e contemporâneos em Políticas Públicas de Saúde.
- n. Estabelecer uma política estratégica de divulgação, por meios de comunicação (internet, jornais, revistas e outros meios), informando a população usuária e outros profissionais acerca da contribuição dos psicólogos em diversas áreas da saúde visando a ampliar a compreensão do seu papel para implementar o conceito integral de saúde.

### **Eixo 3: DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E COM O ESTADO<sup>3</sup>**

---

<sup>3</sup> Neste eixo, foram apreciadas as teses de 112 a 188, sendo aprovadas as teses: 117, 119, 122, 126, 128, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 162, 164, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 185, 187, 188.

## **Tese 117**

### **Tema da Tese**

VIOLÊNCIA – Atuação do profissional de Psicologia em situações de violação de direitos

### **Diretrizes**

1. Fomentar a discussão sobre violência de Estado e política de segurança pública.
2. Contribuir para a efetivação da Convenção Internacional da ONU contra tortura em espaços de privação de liberdade e fortalecer o exercício profissional do psicólogo como agente promotor de direitos humanos.
3. Debater o tema da criminalização dos movimentos sociais, posicionando-se contra o tratamento judicial e policial dado a esses movimentos.

### **Encaminhamentos**

- a. Promoção, pelo Sistema Conselhos, de espaços de debate sobre o tema de debate acerca do papel do(a) psicólogo(a) nessa problemática.
- b. Realização, pelo Sistema Conselhos, de amplo debate com a categoria profissional, no sentido de contribuir de forma mais adequada para a formação e a atuação profissional no enfrentamento de violência de Estado.
- c. Diálogo com a sociedade civil e entidades de DH, bem como outros Conselhos Profissionais para constituição de uma comissão que mobilize fiscalização das unidades prisionais, na busca de contribuir para a implantação do processo de monitoramento das questões de aviltamento de DH nesses espaços de encarceramento.
- d. Enfrentamento dos casos de violação de direitos e tortura, contribuindo para o desvelamento do sofrimento ético-político envolvido nestes casos.
- e. Articulação com outros Conselhos – entidades, organizações não governamentais e outras organizações políticas – para a formação de uma rede de monitoramento, divulgação e combate dos processos de criminalização dos movimentos sociais.
- f. Discussão com o Estado para o debate acerca desses casos e do processo mais amplo – de criminalização dos protestos e dos movimentos sociais, considerando o papel da Secretaria Nacional de Direitos Humanos bem como a necessidade de sensibilização dos agentes de Estado que operam a lei.

## **Tese 119**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM A CATEGORIA – Articulação e Diálogo com a categoria sobre novos temas

### **Diretrizes**

1. Ter como princípio do trabalho do psicólogo a interdisciplinaridade e a multiprofissionalidade.
2. Discutir ampla e profundamente a questão da medicalização e suas implicações.
3. Levar em conta a necessidade do enfrentamento da crise ambiental como tema urgente e promover no âmbito do Sistema Conselhos debate sobre essa temática. Para tanto é necessário considerar temas como Psicologia e relações com o ambiente, emergências e desastres e Psicologia e políticas públicas.
4. Desenvolvimento de atividades formativas sobre cooperativismo social e economia solidária.
5. Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à potencialização do empreendedorismo popular e a economia solidária.
6. Dar visibilidade às atividades de inserção no trabalho de populações em situação de vulnerabilidade social.
7. Fomentar um espaço de discussão no Sistema Conselhos e na sociedade, com relação à atuação do psicólogo nas situações de emergências e desastres.

### **Encaminhamentos**

- a. Propor realização de evento multiprofissional e interdisciplinar, em parceria com outras categorias profissionais, para intercâmbio de informações sobre comportamento alimentar, meio ambiente e ética.
- b. Promover debates com outras categorias profissionais com vistas a um aumento do pensar e do agir interdisciplinarmente.
- c. Apoiar, via resolução do CFP, campanhas de promoção ao aleitamento materno.
- d. Promover campanhas de conscientização para os profissionais de Psicologia, no sentido de evitar as soluções imediatas, medicalizantes sobre problemas de determinação múltipla.
- e. Discutir com os profissionais a multideterminação no processo saúde-doença.
- f. Promover a compreensão multidisciplinar de problemas do cotidiano.
- g. Trazer conjuntamente com outras áreas do conhecimento, o tema da Psicologia Ambiental para a pauta de debates do Sistema Conselhos, incluindo a realização de um seminário nacional sobre o tema.
- h. Promover discussões sobre Psicologia Animal e temas correlatos.

i. Os Conselhos deverão realizar as seguintes ações:

1. Desenvolver materiais informativos e formativos sobre inserção no trabalho, cooperativismo social e economia solidária.
2. Apoiar eventos, seminários, feiras de economia solidária.
3. Desenvolvimento de um concurso voltado a premiar iniciativas inovadoras de inserção no trabalho de populações em situação de vulnerabilidade social.
4. Sensibilização dos poderes Legislativo e Executivo para o desenvolvimento de políticas públicas de apoio e fomento ao empreendedorismo popular e economia solidária.

## **Tese 122**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM A RELIGIÃO – Laicidade da Psicologia

### **Diretrizes**

1. Reforçar o caráter laico do Estado, da ciência psicológica e do exercício profissional.
2. Afirmar o respeito à diversidade religiosa, como uma expressão dos direitos humanos, respeitando o Código de Ética Profissional.
3. Possibilitar a discussão com a categoria da temática da Psicologia e sua relação com a religiosidade no espaço da atuação e da formação do psicólogo.

### **Encaminhamentos**

- a. Promover atividades – e divulgá-las entre a categoria e a sociedade civil – para debater o caráter laico do Estado, ciência psicológica e do exercício profissional.
- b. Promover discussões sobre laicidade com a categoria e no âmbito da formação sobre a relação da Psicologia com o fenômeno da religiosidade.



## **Tese 126**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO com a categoria, IES e estudantes de psicologia sobre as questões etnorraciais

### **Diretrizes**

1. Promover debates entre profissionais e estudantes de Psicologia sobre etnia e subjetividade, considerando questões sócio-históricas do racismo no Brasil.
2. Sensibilizar os(as) psicólogos(as) e a sociedade para as questões raciais em nosso país.
3. Promover ações para fortalecer a possibilidade de contribuições da Psicologia para redução das desigualdades raciais.
4. Garantir a discussão sobre relações etnorraciais no Sistema Conselhos.
5. Promover a articulação com outras instituições, em especial com o Fórum intergovernamental, sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com o objetivo de combater o racismo institucional.

### **Encaminhamentos**

- a. Reconhecer a temática racial como tema transversal na formação.
- b. Articular com outras instituições, em especial com o Fórum intergovernamental, sob a responsabilidade da Seppir, com o objetivo de combater o racismo institucional.
- c. Criar grupos de trabalho sobre Psicologia e Relações Etnorraciais, garantindo espaço para essa discussão no Sistema Conselhos.

## **Tese 128**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS – Adolescentes em Conflito com a Lei

### **Diretrizes**

1. Atuar no Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda) na defesa da municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto com a implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. (Sinase) e da regionalização da execução das medidas restritivas de liberdade.
2. Estimular a participação de psicólogos(as) em equipes multiprofissionais que atuem com adolescentes em conflito com a lei, fortalecendo a luta pela qualificação dos(as) profissionais fundamentada na doutrina da proteção integral.

### **Encaminhamentos**

- a. Atuar nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, defendendo as propostas de municipalização das medidas socioeducativas com a participação dos psicólogos.
- b. Promover debates em encontros e seminários, aprofundando a discussão do Plano Individual de Atendimento (PIA) com os psicólogos que atuam nessa área.
- c. Requerer audiências públicas sobre a política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

## **Tese 131**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS – Promoção dos direitos das pessoas com deficiência

### **Diretrizes**

1. Contribuir para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência por meio do diálogo intersetorial com as políticas públicas e com a sociedade.
2. Afirmar e ampliar o uso de códigos e formas de comunicação inclusivas (como Libras e braile).
3. O Sistema Conselhos deve se comprometer com a garantia da acessibilidade e com o debate sobre o tema.

### **Encaminhamentos**

- a. Articulação do Conselho Federal de Psicologia com Ministérios do Trabalho, do Desenvolvimento Social e da Educação visando à promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência em empresas, escolas e demais instituições sociais.
- b. Organização, pelo Sistema Conselhos, de debates para os psicólogos e a sociedade com o intuito de criar estratégias de promoção dos direitos das pessoas com deficiência.
- c. Cumprimento e promoção, pelo Sistema Conselhos, da Lei de Acessibilidade e adoção de medidas inclusivas em todos os âmbitos das atividades do Sistema Conselhos.
- d. Promoção de debates com a categoria sobre as contribuições da Psicologia para a atenção às pessoas com deficiência.
- e. Promoção de diálogo com o MEC e as IES na garantia dessa temática na formação, como tema transversal.

## **Tese 132**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS – Participação do Sistema Conselhos na Defesa dos Direitos da População Negra

### **Diretrizes**

1. Afirmar, em parceria com os movimentos sociais, as estratégias de promoção de direitos da população negra.

### **Encaminhamentos**

- a. Articulação com os movimentos sociais e instituições de controle social para defesa dos direitos da população negra.
- b. Ações de implementação da Lei nº 10.639, que exige a inclusão transversal na educação do tema História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, que garantirá tratamento respeitoso e justo ao negro na educação, informando inclusive sobre a rica contribuição dessa etnia na formação da nação brasileira, contribuindo na constituição identitária de todos e de todas.
- c. Apoiar, fazer ações para a implementação e divulgar o Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra.

## **Tese 133**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS – Psicologia e direito dos povos indígenas

### **Diretrizes**

1. Afirmação dos direitos indígenas, dando visibilidade à diversidade étnica desses povos e fomentando a participação de seus representantes na formulação e no controle social das políticas públicas de seu interesse.
2. Incentivo à inserção dos psicólogos nas políticas públicas de atenção aos povos indígenas.
3. Promoção de ações que incentivem o debate sobre a realidade dos povos indígenas brasileiros.

### **Encaminhamentos**

- a. Apoiar politicamente as iniciativas que fortaleçam o movimento indígena.
- b. Apoiar as iniciativas dos povos indígenas pelo direito de educação.
- c. Incentivar a definição de políticas públicas dirigidas aos povos indígenas que considerem as diferenças entre as etnias e as especificidades regionais, fomentando sua participação no planejamento e no controle social dessas políticas
- d. Dialogar permanentemente com outras categorias profissionais que atuam com os povos indígenas, valorizando a inter e a transdisciplinaridade.
- e. Articular-se com as instâncias governamentais da Saúde Indígena, Educação e Assistência Social, para encaminhar e defender questões voltadas à melhoria das condições de vida dessas comunidades.
- f. Fomentar, nos meios de comunicação, discussões prioritárias sobre: (a) a importância do território (demarcação de terras) para a manutenção das identidades indígenas; (b) a relação direta entre o bem-estar psicossocial (qualidade de vida) dos povos indígenas e a sustentabilidade das comunidades; (c) os direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 a esta parcela da população brasileira; (d) o caráter pluriétnico da sociedade nacional e a necessidade de superar relações históricas de preconceito e dominação.
- g. O Sistema Conselhos deve atuar nos órgãos relacionados a essa política para mostrar a necessidade de inserção do profissional de Psicologia nas ações que visam a sanar esse problema.

## **Tese 135**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS – Psicologia e Homofobia: o Avanço e o Fortalecimento em Direitos Humanos e Políticas Públicas Garantindo a Cidadania

### **Diretrizes**

1. Promover o reconhecimento da livre orientação sexual e de identidade de gênero.
2. Que o Sistema Conselhos posicione-se contra práticas de homofobia no exercício profissional da Psicologia.
3. Apoiar a promoção de políticas públicas de ações que visem à condição de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) como sujeitos sociais e políticos, visando à garantia de atendimento integral, humanizado e de qualidade, em situação de violência, trabalho, saúde, educação, justiça e cultura.
4. Ampliar debates sobre educação voltados para a diversidade sexual.
5. Que o Sistema Conselhos participe das discussões sobre a revisão do DSM e do CID, especificamente no que tange à patologização das identidades que desafiam uma concepção binária de sexo e de gênero.
6. Que o Sistema Conselhos promova discussões e parcerias com movimentos sociais sobre diversidade sexual.

### **Encaminhamentos**

- a. Garantir o desenvolvimento de posicionamento político no Sistema Conselhos de Psicologia em defesa do direito à diversidade de orientação sexual, criando fóruns de debates nos CRPs e estabelecendo parceria com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e Relações Sociais.
- b. Apoiar o Programa Nacional Brasil sem Homofobia e a implantação do plano nacional LGBT.
- c. Apoiar as propostas que contemplem o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. E realizar amplo debate sobre o tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo.
- d. Apoiar propostas que contemplem a adoção de crianças por casais do mesmo sexo e promover discussões e ações sobre o tema, para subsidiar a categoria e a sociedade.
- e. Que o Sistema Conselhos contribua com as Comissões que estão fazendo a revisão do DSM IV-R e do CID 10, colaborando com a visão da Psicologia do compromisso social e dos Direitos Humanos.

## **Tese 137**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – A inserção do psicólogo escolar/educacional na rede pública de ensino

### **Diretrizes**

1. Promover um diálogo no Congresso Nacional sobre a implementação da proposta elaborada no Seminário Nacional de Educação em 2009, especificamente a obrigatoriedade do psicólogo na equipe técnica das escolas públicas.
2. Mobilizar deputados estaduais e vereadores para que aprovem e/ou criem projetos de leis estaduais e municipais referentes à questão da inserção do psicólogo escolar na rede pública de ensino, com ênfase no trabalho interdisciplinar na escola por meio de concurso público.
3. Mobilizar a categoria para a participação na criação e aprovação de projetos de lei e emendas parlamentares que proponham a inclusão do psicólogo em instituições educacionais, bem como acompanhar a tramitação no Congresso Nacional.
4. Debater a atuação de psicólogos nas escolas e a política pública educacional, com o Sistema de Educação, os órgãos de controle social e áreas afins, incluindo a discussão sobre a medicalização e patologização da queixa escolar.
5. Organizar a categoria visando à discussão permanente de projetos de lei e emendas parlamentares que respondam às referências produzidas pelo Sistema Conselhos no campo da Educação.
6. Garantir o debate acerca da proporcionalidade, da contratação dos psicólogos por número de alunos.
7. Sensibilização da sociedade, do estado e da categoria para as questões voltadas ao combate da medicalização.
8. Articular ações no Poder Legislativo, de forma a pautar a questão da medicalização/patologização, contribuindo na elaboração de políticas públicas.

### **Encaminhamentos**

- a. Fazer gestões de parcerias com o Legislativo e o Executivo para que se engajem na causa da presença do psicólogo na equipe técnica de instituições educacionais públicas, por meio de projeto de Lei que contemple esta reivindicação.
- b. Estimular a participação dos psicólogos nos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação e em outros espaços de elaboração de políticas públicas.
- c. Mobilizar os Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação para elaboração de leis quanto à inclusão do profissional de Psicologia nas escolas públicas.

- d. Criação do Comitê Nacional de Educação.
- e. O CFP deve fazer gestões no MEC no sentido de propor estratégias para a inserção do psicólogo nos sistemas educacionais.
- f. Estimular a participação da categoria nos Conselhos de Educação estaduais, municipais e distritais.
- g. Manter as Comissões de Educação permanentes no Sistema Conselhos para, entre outras funções, cuidar da mobilização contra a medicalização e patologização da queixa escolar, mediante acompanhamento de PLs.
- h. Continuar as discussões trazidas pelo ano da Educação e divulgar, na sociedade, o papel abrangente do psicólogo escolar, utilizando os dados do Crepop.
- j. Incentivar a qualificação dos profissionais da Psicologia para atuar no ambiente escolar.



## **Tese 138**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – A Inserção do Psicólogo na Política Pública de Assistência Social

### **Diretrizes**

1. Ampliar e fortalecer os espaços de diálogo entre psicólogos, o campo da assistência social, a sociedade e o Estado, na defesa do fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e do protagonismo dos usuários nessa prática.
2. Aprofundar o diálogo com o Ministério de Defesa Social e Combate à fome e o campo da Assistência Social acerca da atuação e contribuição do psicólogo nessa política, buscando garantir a inserção desse profissional nas equipes mínimas das unidades do Suas.
3. Reivindicar a fiscalização e a regulamentação de recursos financeiros para o Suas incluindo a obrigatoriedade de realização de Concurso Público para os profissionais que atuam nos diferentes Programas para garantir a melhoria das condições e relações de trabalho dos profissionais do Suas.

### **Encaminhamentos**

- a. Articular com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e demais conselhos profissionais relativos à área, gestões nos conselhos de Assistência Social, Ministérios e Secretarias da área, procurando delinear a interface existente na atuação profissional e estimular a implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) como política importante e eficaz.
- b. Promover espaço de discussão sobre a importância da atuação do Psicólogo na Política Pública de Assistência Social, em conjunto com os gestores da política nas três esferas de governo, considerando a legislação específica (PNAS, NOB Suas, NOB RH)
- c. Estabelecer parcerias com entidades da Psicologia para debater e refletir acerca das políticas públicas na área do Suas.
- d. Buscar representatividade dos psicólogos no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e nos Conselhos Estaduais e Municipais, fortalecendo assim o processo de inclusão do psicólogo no campo da assistência social (Suas).
- e. Divulgar na sociedade as práticas dos psicólogos na política pública de Assistência Social.
- f. Apoiar, defender e fazer mobilizações para garantir o cumprimento da Política Nacional de Assistência Social e do Suas.
- g. Apoiar e defender com os movimentos sociais, a maior participação dos usuários nos espaços de controle social do Suas.
- h. Criar espaços de discussão e debates no âmbito do Suas sobre o papel do psicólogo nas equipes multiprofissionais, nas redes sociais de proteção básica e proteção especial, visando à garantia de inserção do psicólogo nas equipes mínimas dos serviços do Suas.

i. Os CRPs desenvolverão ações em parceria com Sindicatos de Psicologia e de outras profissões que atuam no Suas para apoiar a regulamentação de recursos e efetivação de concursos públicos conforme a PNAS/NOB/RH Suas.

j. Mobilização da categoria para a participação nos espaços de controle social (Conselhos municipais, estaduais, nacional) e nas conferências nacional, estaduais, municipais, buscando o fortalecimento do Suas e a participação social da categoria.

## **Tese 140**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Atestado Psicológico

### **Diretrizes**

1. Que o Sistema Conselhos articule-se com o Ministério do Trabalho e Emprego e Previdência Social, exigindo o reconhecimento e a legitimidade da emissão de atestados por parte dos psicólogos, legitimando a Resolução CFP 15/96.

### **Encaminhamentos**

a. Que o Conselho Federal de Psicologia faça gestões no Ministério do Trabalho e Emprego e no Poder Legislativo para construção de projeto de lei para garantir a legitimidade da emissão e do reconhecimento dos atestados produzidos por psicólogos.

## **Tese 141**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Atuação da Psicologia na Promoção de Direitos Humanos e da Saúde Mental.

### **Diretrizes**

1. Incentivar e disseminar experiências de profissionais que atuem na promoção de saúde mental e direitos humanos na perspectiva antimanicomial.
2. Lutar pela finalização dos hospitais de custódia e a proibição de construção de novos ou de instituições similares que os substituam. Aliado a isso, garantir a efetiva inclusão/extensão da saúde mental ofertada pelo SUS aos que cumprem medida de segurança e seus familiares, nos moldes da Lei nº 10. 216/01.
3. Construir na gestão pública e na sociedade, espaços de inserção do psicólogo para atuar na promoção de saúde, incidindo sobre a saúde mental.
4. Manter posição de apoio à Reforma Psiquiátrica Antimanicomial e desenvolver ações para garantia da Lei nº 10.216 e da efetiva implantação de uma Reforma Psiquiátrica que garanta atenção à saúde mental em Rede Comunitária de Serviços e a superação das situações de violação de direitos dos usuários.
5. Desenvolver ações pelo fortalecimento de controle social de políticas de Saúde Mental e Direitos Humanos, participando e apoiando a participação dos usuários nas ações de controle social relativas à implantação da Reforma Psiquiátrica na direção antimanicomial.
6. Apoiar e desenvolver ações articuladas aos movimentos sociais em defesa da Luta Antimanicomial.
7. Defender a regressão progressiva do orçamento destinado à manutenção dos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico (HCTP) para construção de Centros de Atenção Psicossocial (Caps), Residências Terapêuticas e garantia de Benefício de Prestação Continuada (BPC), “De Volta Pra Casa”.
8. O Sistema Conselhos de Psicologia, junto com outras profissões e secretarias estaduais e municipais devem promover diálogos sobre as políticas de financiamento no Ministério da Saúde.
9. Mobilizar parlamentares, organizações, movimentos sociais e sociedade em geral, para defender a garantia da efetiva interiorização do serviço substitutivo em saúde mental.
- 10.

### **Encaminhamentos**

- a. Lançar, divulgar e participar de prêmios relacionados à prática de profissionais do campo da promoção de saúde mental e direitos humanos na perspectiva antimanicomial, que ajudem a criar espaços de debates sobre as práticas, para além das práticas instituídas.
- b. Dialogar com os espaços de decisão de políticas públicas, para participação do(a) psicólogo(a) em programas de governo que trabalhem com a promoção de saúde mental e direitos humanos.
- c. Fazer gestões no Estado e na sociedade civil organizada, em parceria com entidades afins. Gestões em Secretarias e Conselhos de Saúde para a implementação de políticas que contemplem a reforma psiquiátrica.
- d. Apoiar a mobilização em municípios e no Ministério Público para criar novos serviços substitutivos de saúde mental nos municípios, em cumprimento à Lei nº 10.216/01.
- e. Fazer gestões e fortalecer as parcerias com os Ministérios da Saúde e da Justiça para o fim dos hospitais de custódia e a construção de dispositivos de atenção ao usuário de saúde mental em conflito com a lei, em consonância com a Lei nº 10.216.
- f. Fortalecer a Frente Mundial contra Manicômios e Prisões. Parceria com o Estado, outros conselhos de classe e sociedade para reflexão relacionada ao fim do encarceramento.
- g. Articular e promover nos movimentos sociais a participação dos psicólogos, demais trabalhadores, usuários e familiares, nos Conselhos Gestores nas Conferências de Políticas Públicas.
- h. Fazer gestões permanentes no Ministério Público Federal e nos Estaduais para a efetivação da Reforma Psiquiátrica.
- i. Tornar público, nos meios de comunicação, as ações dos conselhos de controle social em consonância com os princípios da reforma psiquiátrica.
- j. Fazer gestões nos organismos competentes para o pleno funcionamento nacional da comissão revisora das internações involuntárias e do PNASH.
- k. Atuar, por meio da Comissão Nacional de Direitos Humanos, no Legislativo, a fim de alterar o inciso 1º do art. 97 do Código Penal Brasileiro, no que tange ao prazo indeterminado da medida de segurança de internação.
- l. Apoiar movimentos sociais vinculados à Luta Antimanicomial, respeitando as diferenças neles existentes.
- m. Fazer gestões em conjunto com a Abep, no Ministério de Saúde e no MEC para garantir que os Programas Nacionais de Residência Multiprofissional estejam afinados e comprometidos com os princípios da reforma psiquiátrica antimanicomial e com a Lei nº 10.216.
- n. Promover diálogo das políticas de financiamento com o Ministério da Saúde.
- o. Fortalecer o Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos e, em parceria com outras entidades de defesa dos direitos humanos, utilizá-lo como instrumento de apoio à gestão na

Secretaria Especial de Direitos Humanos e no Ministério da Saúde para cobrar medidas e encaminhamentos em relação a situações de violação de direitos humanos no campo da saúde mental.

p. Cobrar a abertura de serviços substitutivos de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

q. Atuar pela garantia da atenção à saúde mental no caso de álcool e outras drogas de acordo com os princípios da reforma psiquiátrica antimanicomial, fortalecendo o trabalho na perspectiva da estratégia da redução de danos.

## **Tese 142**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Avaliação psicológica para renovação de Carteira Nacional de Habilitação

### **Diretrizes**

1. Garantir em âmbito nacional a discussão da contribuição dos psicólogos no trânsito sobre avaliação psicológica na emissão e renovação das CNH de todos os condutores, independentemente da categoria, com psicólogos e órgãos competentes.
2. Articular com os órgãos responsáveis pela regulamentação do trânsito, em níveis federal, estadual e municipal, a fim de garantir a autonomia da Psicologia.

### **Encaminhamentos**

- a. Articulação do Conselho Federal de Psicologia com os órgãos oficiais (Denatran, Contran, Detrans) para a regularização das legislações pertinentes ao trânsito.
- b. Articulação do Sistema Conselhos de Psicologia de espaços para discussão sobre renovação da CNH e realização de estudo sobre avaliação psicológica na renovação da CNH, visando à qualificação dessa prática social.
- c. Promoção de um movimento e articulação em âmbito nacional, com desenvolvimento de ações que sensibilizem tanto a sociedade quanto os órgãos executivos e legislativos sobre a importância da avaliação psicológica na renovação da CNH de todos os condutores.

## **Tese 143**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Concurso público

### **Diretrizes**

1. Fazer gestões nos órgãos públicos sobre a questão das vagas em concursos públicos e as provas para o cargo de psicólogo sejam específicas para as atribuições do cargo a ser exercido por ele, com bibliografia condizente.
2. Articular o Sistema Conselhos com entidades responsáveis pela formulação de editais de concurso público.
3. Que o Sistema Conselhos atue nos órgãos legislativos com intuito de regulamentar os concursos públicos com vagas para psicólogos.

### **Encaminhamentos**

- a. Que o Sistema Conselhos faça gestões nos órgãos públicos com intuito de regulamentar os concursos públicos com vagas para psicólogos.
- b. Estabelecer espaço de discussão (fórum, seminário), para determinar com a categoria os campos que necessitam de pesquisa sobre a relação entre demanda de serviço e número de psicólogos, a fim de garantir a qualificação dos atendimentos à população.
- c. O Sistema Conselhos deve promover nos seus regionais palestras, veiculação nos meios de comunicação, encontros com gestores das diversas áreas com o fim de divulgar o papel da Psicologia nas políticas públicas.
- d. Que o Sistema Conselhos, em parceria com os sindicatos, acompanhe a elaboração dos editais públicos para contratação dos psicólogos.



## **Tese 144**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Condições de Trabalho do Psicólogo

### **Diretrizes**

1. Apoiar sindicatos e associações em relação à luta para melhoria de condições de trabalho da categoria.
2. Referenciar as práticas psicológicas no âmbito das políticas públicas, bem como as condições de trabalho, visando à qualidade dos serviços e à promoção da saúde mental do trabalhador psicólogo.
3. Fazer gestões nos órgãos públicos visando a garantir condições éticas de trabalho.
4. Garantir a continuidade e a ampliação da proposta e da funcionalidade do GT sobre relações e condições de trabalho do psicólogo no Sistema Conselhos.
5. Estabelecer parceria entre o Sistema Conselhos e outras instituições de classe, que deverão promover debates regionalizados com universidades, com gestores públicos e empresas privadas e públicas que oferecem vagas aos psicólogos, a fim de discutir sobre as condições e relações de trabalho.
6. Fortalecer as ações para adequação das condições físicas e administrativas nas unidades de trabalho.

### **Encaminhamentos**

- a. Divulgar, entre a categoria, as lutas pela melhoria das condições de trabalho.
- b. Realizar em conjunto com sindicatos e associações discussões que abordem a temática das relações e das condições de trabalho do psicólogo.
- c. Integração entre conselho e sindicato para viabilizar piso salarial e carga horária para o psicólogo.
- d. Fiscalização do Conselho nos locais de atendimento do psicólogo que atua em políticas públicas, para apoiar suas reivindicações quanto ao respeito à adequação de local de trabalho e a fornecimento de material, recursos, equipamentos para execução de ações.
- e. Realizar censos jurídicos (jurisprudências) em parceria com os sindicatos e as associações que envolvam o trabalhador psicólogo, para gerar subsídios para a categoria.
- f. Cobrar do Ministério Público que atente para as condições precárias de trabalho dos psicólogos do Suas.
- g. Realizar articulação entre sindicatos e Sistema Conselhos, via Crepop, para encaminhamento sobre as condições de trabalho.

h. Os CRPs, em parceria com o sindicato, buscarão garantir com os gestores públicos a efetivação das políticas públicas, esclarecendo questões referentes à atuação do psicólogo em equipes multiprofissionais, garantias de condições de trabalho, número de profissionais necessários, capacitação dos profissionais, etc.

i. Ampliar ações de orientação e fiscalização.

j. Trabalhar em conjunto com a efetivação da política de valorização do trabalho do psicólogo para promover campanha nacional sobre a atuação do profissional psicólogo na sociedade, juntamente com a Fenapsi e as centrais sindicais.

k. Estabelecer parcerias com organizações para realizar e apoiar pesquisas sobre as condições de trabalho e oportunidades de atuação dos psicólogos.

## **Tese 146**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Diálogo com as instâncias governamentais

### **Diretrizes**

1. Acompanhar de forma permanente os processos de trabalhos das agências reguladoras, dos Conselhos do controle social e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas questões relativas à Psicologia.
2. Promover interação entre o Sistema Conselhos, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e a categoria visando a inserir a Psicologia na construção, e na implementação de projetos de políticas públicas.

### **Encaminhamentos**

- a. Produzir documentos formais para o legislativo a fim de manter o diálogo e o acompanhamento das ações deste poder.
- b. Buscar orientação da assessoria jurídica e acompanhar a publicação periódica dos andamentos processuais, projetos de leis e afins.
- c. Apontar as dificuldades de diálogo com o Estado, mostrando a necessidade da intervenção do coletivo do Sistema Conselhos.
- d. Promover espaços para discussões intersetoriais.

## **Tese 147**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Diálogo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Sindicato e Federação dos Psicólogos

### **Diretrizes**

1. Propor em parceria com os Sindicatos e Federações alterações e aprimoramento na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).
2. Que o Sistema Conselhos encaminhe ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o texto que será revisado acerca da profissão de psicólogo na Classificação Brasileira de Ocupações.
3. Promover discussão no Sistema Conselhos de Psicologia a fim de estabelecer parâmetros a respeito do fazer do profissional de orientação e fiscalização.

### **Encaminhamentos**

- a. Articular e desenvolver em parceria com os sindicatos estudos para promover o aprimoramento da CBO, criando um GT para produzir a revisão do texto da CBO.
- b. Articular diálogo com o órgão competente do Ministério do Trabalho no sentido de demonstrar a importância de atualização da CBO, a fim de adequar esse instrumento às práticas atuais da profissão.
- c. Realizar encontros com a categoria para revisar a proposta do CBO.
- d. Elaborar e efetivar descrições do cargo do psicólogo de orientação e fiscalização adequado com o seu fazer na entidade, a fim de fortalecer a Psicologia dentro do próprio sistema conselho, incentivando o profissional que atua neste referido cargo a participar da construção deste processo.

## **Tese 148**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Fortalecimento da atuação da Psicologia e ampliação da compreensão do fazer do psicólogo no SUS

### **Diretrizes**

1. Fomentar a ampliação da compreensão do papel do trabalho da Psicologia no SUS, tanto no âmbito interno da profissão quanto no nível gestor do SUS.

### **Encaminhamentos**

a. O Sistema Conselhos deve produzir material informativo, e divulgá-lo aos gestores públicos, sobre a importância do profissional psicólogo na rede básica, junto com uma articulação política, bem como preocupar-se com diretrizes em relação à integração de serviços especializados já existentes das secretarias municipais, com a efetiva colocação de psicólogos na rede básica.

## **Tese 149**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Fortalecimento do sindicato

### **Diretrizes**

1. Identificar o que é competência do Sistema Conselhos e do sindicato, em conjunto, para fortalecer a atuação dessas entidades nas instâncias políticas municipais, estaduais e federal.
2. Incentivar e orientar a categoria para mobilização e criação de sindicatos e ou o fortalecimento dos sindicatos existentes.
3. Em parceria com as IES e a entidade sindical, buscar promover conscientização, durante a formação acadêmica, da importância das lutas na categoria de psicólogos, estimulando o debate.
4. Trabalhar, no sindicato, os valores-referência remuneratórios da categoria, de acordo com a pesquisa que obteve os valores de referência nacional de honorários dos psicólogos, realizada em conjunto com o CRP, a Fenapsi e sindicatos, a fim de facilitar o diálogo do sindicato com os dirigentes dos poderes Legislativo e Executivo.

### **Encaminhamentos**

- a. Reivindicar aos órgãos competentes e ao poder público legislativo estadual e federal a aprovação do Projeto de Lei que define piso salarial do psicólogo e carga horária de 30 horas.
- b. Fazer gestões, em parceria com o sindicato, com os gestores públicos, pela efetivação das políticas públicas, esclarecendo questões referentes à atuação do psicólogo em equipes multiprofissionais, garantias de condições de trabalho, número de profissionais necessários, capacitação dos profissionais, etc.
- c. Fomentar, em parceria com IES e entidade sindical, discussão dentro das Universidades para possibilitar a formação de um profissional mais crítico e político.
- d. Realizar reuniões periódicas com o sindicato, para apoiar ou discutir ações prioritárias da categoria que possuem relação com as atribuições do CRP.
- e. Fornecer informações e esclarecimentos à categoria acerca do papel do CRP e sindicato
- f. Realizar, em conjunto com outras instâncias, monitoramento, orientações e fiscalizações nos diferentes âmbitos de atuação profissional, com vistas a garantir condições adequadas de trabalho

## **Tese 150**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Garantir espaços para o trabalho dos psicólogos nos esportes

### **Diretrizes**

1. Constituir diálogos com o Estado e o controle social no sentido de estabelecimento de políticas públicas que insiram as contribuições da Psicologia na interface com o esporte, bem como nos programas de inclusão social por meio do esporte.
2. Fomentar a discussão para a inclusão do cargo de psicólogo do Esporte nos órgãos que administram o esporte atualmente em nosso país: Ministério do Esporte, Comitês Olímpico Paraolímpico Brasileiros, Secretarias Municipais do Esporte e Lazer, assim como sua participação em ações voltadas a Atividade Física e Qualidade de Vida da sociedade.
3. Incluir na pauta do Sistema Conselhos discussão sistemática sobre a temática da Psicologia do Esporte.

### **Encaminhamentos**

- a. Fazer gestões nos órgãos de Estado competentes (Ministério do Trabalho, dos Esportes, da Saúde e outros) e nos órgãos de controle social para demonstrar a importância da Psicologia do Esporte.
- b. O Sistema Conselhos deve buscar espaços para a Psicologia do Esporte no processo de organização das Olimpíadas e das Paraolimpíadas.
- c. Apoiar eventos em conjunto com a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (Abrapesp) e outros segmentos profissionais que atuam no contexto esportivo.
- d. Fazer gestões na Abep para incentivar o fomento,, nos cursos de graduação em Psicologia, à Psicologia do Esporte.

## **Tese 151**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Implementação da NOB-RH/SUAS

### **Diretrizes**

1. Criar e apoiar espaços de discussão sobre a NOB-RH/Suas, buscando garantir sua implementação.
2. Estabelecer parcerias para discussão/implementação da NOB-RH/Suas e provocar o Ministério Público para fazer cumprir a NOB-RH/Suas.
3. Fomentar discussões sobre o controle social da Assistência Social para que se cobre do poder público municipal, estadual e federal, solicitação de apoio do Ministério Público para que se cumpra a NOB-RH/SUAS.

### **Encaminhamentos**

- a. Intensificar o diálogo com MDS, CFESS, Fenapsi, Fenas e Fórum dos Trabalhadores, CNAS, Fórum Nacional de Assistência Social (FNAS), promovendo debate para a implementação da NOB-RH/SUAS em nível nacional, fortalecendo a prática profissional e a garantia dos direitos dos trabalhadores da PNAS/SUAS.
- b. Fazer gestões nos Conselhos Municipal, Estadual e Federal e no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para o cumprimento da NOB-RH/SUAS, buscando apoio do Ministério Público. Que o Sistema Conselhos de Psicologia discuta a política de Recursos Humanos do SUAS e tenha atuação mais efetiva no MDS.



## **Tese 152**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Legislação do trabalho do psicólogo em instituições hospitalares

### **Diretrizes**

1. Mobilizar parlamentares e organizações sociais, como parceiros, para articular a aprovação do PL 077/2003 e promover discussões para maior divulgação entre os psicólogos e na sociedade sobre a obrigatoriedade da presença do psicólogo em hospitais públicos e privados.
2. Fomentar a discussão sobre a inserção do psicólogo nos sistemas de plantão dos hospitais, contemplando todos os turnos, assim como nas urgências e emergências, por meio de gestões dos sindicatos.

### **Encaminhamentos**

- a. Promover Campanha Nacional para mobilizar a sociedade no reconhecimento da necessidade de profissionais de Psicologia nos hospitais.
- b. Definir parâmetros embasados em pesquisas, e com respaldo legal, identificando os critérios necessários para dimensionar o número mínimo de psicólogos nas unidades hospitalares e sua carga horária.
- c. Mobilizar a categoria para fazer intervenção entre os parlamentares, para garantir a aprovação do referido Projeto de Lei (77/2003).
- d. Divulgar em órgãos públicos, gestores e conselhos de saúde, a importância da atuação do psicólogo nos diversos contextos hospitalares .
- e. Construir e divulgar no Crepop referências para a atuação do psicólogo no contexto hospitalar.

## **Tese 153**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Mobilização para alteração da legislação (ANS).

### **Diretrizes**

1. Que não haja mais na Lei nº 9.656/98 nenhuma referência à necessidade do encaminhamento médico para a realização de atendimentos psicológicos.
2. Trabalhar com a ANS para modificação da Lei nº 9.656, visando à ampliação e à diversificação dos serviços oferecidos pelo psicólogo na Saúde Suplementar.
3. Promover o debate e fazer gestões na ANS para ampliar a inserção de psicólogos em todos os convênios, possibilitando o acesso da população aos serviços psicológicos e à saúde de forma integral.
4. Buscar uma discussão com a ANS para que os usuários da Saúde Suplementar tenham garantia do atendimento de suas necessidades em relação ao cuidado em Saúde Mental.
5. Apoiar os sindicatos na mobilização com vistas à formação de parcerias visando a promoção de condições adequadas de trabalho e remuneração aos psicólogos que trabalham em convênios, combatendo a limitação do número de sessões.
6. Atuar para que a intervenção do psicólogo na ANS não esteja submetida ao encaminhamento do médico assistente, garantido livre acesso dos usuários aos profissionais da saúde no campo da saúde suplementar, considerando inclusive o enfrentamento ao princípio de hierarquização das profissões de saúde contido no PL do ato médico.
7. Apoiar Sindicatos e Federações para a conquista e manutenção do reconhecimento das especificidades da psicologia junto aos Planos de saúde e convênios em geral; Promover esclarecimentos à categoria sobre as discussões e negociações sobre saúde suplementar.
8. Regular os parâmetros de atuação do psicólogo na saúde suplementar.

### **Encaminhamentos**

- a. Dar continuidade à mobilização política do Sistema Conselhos de forma a alterar a Lei 9656 que prevê a obrigatoriedade do encaminhamento médico (médico assistente) para utilização dos serviços psicológicos prestados na ANS, defendendo a autonomia do psicólogo no exercício de sua prática profissional.
- b. Esclarecer os gestores competentes de órgãos públicos e privados e operadoras de plano de saúde sobre os valores de referência nacional de honorários dos psicólogos.
- c. Fazer gestões na Agência Nacional de Saúde Suplementar para modificação da RN nº 167, para inclusão do profissional psicólogo.

- d. Que o Sistema Conselhos mobilize a categoria por meio de amplo debate sobre o cuidado em saúde mental na Saúde Suplementar.
- e. Divulgar para a sociedade, por meio de instrumentos informáticos e midiáticos, os direitos dos usuários em relação à Saúde Suplementar.
- f. Defender a autonomia do beneficiário em escolher diretamente no convênio qual tipo de profissional irá atendê-lo, sem necessidade do encaminhamento médico.
- g. Apoiar o sindicato na luta pela definição, por operadoras e convênios, do valor mínimo a ser pago ao psicólogo por cada sessão
- h. Levar propostas à ANS para que não haja restrições ao número de sessões.
- i. Firmar parceria entre CFP e Ministério da Saúde para elaboração de legislação sobre a atuação do psicólogo na ANS, de forma a avançar com a regulamentação do trabalho do psicólogo.

## **Tese 154**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Psicologia e saúde do trabalhador

### **Diretrizes**

1. Que o Sistema Conselhos de Psicologia, por meio do CFP, articule com a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), para apresentar ao Ministério de Previdência Social, ao Ministério da Saúde e ao Conselho Nacional de Saúde, para garantir a seguridade social, proposta de trabalho em protocolo que contemple: 1) a leitura das condicionantes sociais, da organização e das condições de trabalho que possam resultar em sofrimento ou adoecimento psíquico ao trabalhador; 2) o psicólogo e outros profissionais como integrantes da equipe de perícia da Previdência Social para avaliação da capacidade de trabalho do segurado.
2. Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova, por meio do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e em parceria com a Fenapsi, ações nos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde e Previdência Social no sentido do reconhecimento pleno do atestado psicológico.
3. Propor ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) protocolo contemplando a investigação de condições ambientais e da organização do trabalho que possam resultar em sofrimento ou adoecimento psíquico do trabalhador e propor que o cargo de agente fiscal do MTE (atualmente multidisciplinar) possa também ser exercido por psicólogo, ou seja, que o psicólogo possa integrar a equipe de auditoria.
4. Participar da consulta pública e apresentar oficialmente aos Ministérios da Saúde, Previdência Social, Trabalho e Meio Ambiente alguns estudos, à semelhança do apresentado na cartilha do Crepop sobre Saúde do Trabalhador, que reafirmem a necessidade de medidas específicas de proteção e promoção da saúde mental do trabalhador.
5. Que no âmbito da Renast/SUS o Sistema Conselhos articule a inclusão do psicólogo nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador para casos de adoecimento psíquico.
6. Defender e tornar pública a Agenda do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

### **Encaminhamentos**

- a. Promover debates com os profissionais e estudiosos que atuam na área, a fim de elaborar protocolo de investigação sobre as questões de gestão, organização, relações e condições de trabalho observadas como fatores causadores de sofrimento e adoecimento mental nos estudos da Psicologia do Trabalho e na Análise Ergonômica do Trabalho.
- b. O Sistema Conselhos, apropriado dos registros e das notificações dos transtornos mentais, de fontes oficiais, deve promover debates acerca da necessidade da incorporação dessa prática no dia a dia do psicólogo, bem como dialogar com as IES, associações e outras instituições formadoras no sentido de assegurar a capacitação do Psicólogo para a realização de diagnóstico com o devido rigor ético e técnico.

- c. Executar reuniões com as entidades envolvidas no processo de saúde e segurança do trabalhador (MPT, MS, INSS).
- d. Atuar perante o Conselho Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde para formação e implantação da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) em todos os municípios.
- e. Discutir no poder público a implantação de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) regionais que contem com equipe mínima de atenção à saúde do trabalhador, destacando a importância da presença do psicólogo.
- f. Promover fóruns de debate com os profissionais de Recursos Humanos para que reconheçam a atuação do psicólogo na empresa de modo integral, incluindo a saúde do trabalhador.
- g. Apoiar e discutir estratégias com a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) e sindicatos sobre a precariedade do trabalho, condições éticas de trabalho, vínculo e jornada dos trabalhadores, inclusive psicólogos.

## **Tese 155**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Piso salarial e carga horária para o Profissional Psicólogo

### **Diretrizes**

1. Prosseguir a ação conjunta com o FENPB no sentido de ampliar a discussão, mobilização e efetivação dos projetos de lei que versam sobre as condições de trabalho do psicólogo.
2. Buscar a efetivação de projetos de lei que regulamentem a carga horária máxima e o piso salarial.

### **Encaminhamentos**

- a. Participar e fortalecer as lutas sociais mais amplas em prol das condições de trabalho, da regulamentação da jornada e do piso salarial em federações, sindicatos, conselhos e associações de outras categorias profissionais, considerando as contribuições e o campo profissional dos trabalhadores da Psicologia que podem possibilitar o desvelamento dos efeitos dessas condições.

## **Tese 156**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Projeto de Lei do Ato Médico

### **Diretrizes**

1. Dar continuidade às articulações regionais e nacional com entidades da Psicologia e da área da saúde, além da interlocução direta com o Poder executivo, visando ao veto ao projeto de lei 282/2007, conhecido como Ato Médico.

### **Encaminhamentos**

- a. Dar continuidade às ações nacionais promovidas pelo Fórum de Entidades Nacionais de Trabalhadores da Área de Saúde (Fentas)/Conselho Federal de Psicologia (CFP).
- b. Dar continuidade às ações de articulação com entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), tais como Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia (Conep), Coordenação Regional de Estudantes de Psicologia (Corep), Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH), Abep e Fenapsi.
- c. Dar continuidade às ações de articulação com movimento estudantil e sociedade civil.
- d. Dar continuidade às ações de articulação com Conselhos e entidades de outras categorias profissionais.
- e. Monitorar a necessidade de ingresso com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), caso não aconteça o veto presidencial.

## **Tese 158**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Psicologia e Mobilidade Humana

### **Diretrizes**

1. Criação, pelo Sistema Conselho, do Ano da Mobilidade Humana para ampliar os debates sobre o tema, promovendo a inserção do psicólogo nas diversas formas de atuação que colaborem com a segurança, a educação e a cidadania no trânsito
2. Articulação nos órgãos responsáveis pela regulamentação do trânsito, em nível Federal, Estadual e Municipal, para criação e manutenção dos Serviços de Psicologia em seus quadros funcionais, por meio de concursos públicos.
3. Busca por maior participação, no Contran e no Denatran, na elaboração da legislação relativa ao trânsito e busca por maior proximidade com as instâncias públicas que planejam e aprovam os projetos viários, de maneira a proceder às intervenções necessárias à humanização do trânsito.

### **Encaminhamentos**

- a. Realizar simpósios, seminários, congressos e outros eventos a fim de repensar as diversas práticas nesta área.
- b. Promover a discussão sobre a representação dos CRPs no Contran; nas Câmaras temáticas do Denatran, nos Cetrans, no Conselho das Cidades e nas Secretarias de Planejamento Urbano, para a efetivação de políticas.
- c. Formar um GT nacional de Mobilidade Humana, a fim de organizar o ano temático da Psicologia e Mobilidade Humana.
- e. O Sistema Conselhos deverá fiscalizar a participação efetiva do psicólogo nos órgãos do sistema trânsito, nas três esferas.
- f. Promover discussões com a categoria sobre Políticas de Mobilidade humana.
- g. Divulgar por todos os meios disponíveis ao Conselho temas sobre mobilidade humana.
- h. Ampliar diálogo com gestores sobre a temática do trânsito e da mobilidade em escolas, contando com a participação dos psicólogos.



## **Tese 159**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Psicologia e Política Nacional sobre Drogas

### **Diretrizes**

1. Sensibilizar e fortalecer os atores sociais para o envolvimento e a intervenção na atenção integral de usuários de álcool e outras drogas.
2. Discutir e apoiar a implementação de políticas públicas intersetoriais, transversalizadas, destinadas à implementação da assistência e ao cuidado aos usuários de substâncias psicoativas, considerando a perspectiva da Redução de Danos como diretriz fundamental ao desenvolvimento dessas políticas.
3. Mobilizar a sociedade nos órgãos deliberativos das políticas de saúde, para que essa política seja de fato implementada.
4. Estimular e contribuir para a criação de política intersetorial para enfrentamento das questões relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas, prevendo a revisão da Lei nº 11.343/2006.
5. Afirmar a reforma psiquiátrica e a política de Redução de Danos como uma diretriz de todas as ações referentes ao campo de álcool e outras drogas.
6. Promover estratégias e políticas de descriminalização dos usuários de substâncias psicoativas, combatendo processos de estigmatização e defendendo os direitos dos usuários.

### **Encaminhamentos**

- a. Fomento à participação dos CRPs e do CFP nos conselhos municipais, estaduais e nacional de políticas sobre drogas.
- b. Realização, pelo Sistema Conselhos, com a Abep e outras entidades, de encontros temáticos sobre álcool e outras drogas, trazendo como subsídio as referências técnicas produzidas pelo Crepop.
- c. Reivindicação de capacitação dos profissionais da Rede Básica e Saúde Mental.
- d. Participação de espaços de diálogo no território, para estimular programas de proteção vinculados ao sistema de proteção em Direitos Humanos, e divulgação dessas e de outras experiências intersetoriais e seus resultados.
- e. Promoção de debates com outras instituições da área sobre a descriminalização do uso de drogas e sobre políticas de redução de danos em nível nacional, em várias âmbitos: da academia, da gestão pública, do controle social.
- f. Discussão maior na Senad e no Ministério da Saúde sobre as políticas de Estado e diretrizes de trabalho.

- g. Estimular o exercício profissional pautado em uma perspectiva não discriminatória dos usuários de substâncias psicoativas por meio da oferta e da divulgação de referências para atuação pautadas nessa perspectiva.
- h. Afirmar a Reforma Psiquiátrica e a política de Redução de Danos como diretrizes de todas as ações referentes ao campo de álcool e outras drogas.
- i. Promover o diálogo com os diversos setores, fortalecendo a parceria com representantes dos usuários e dos movimentos sociais da área.
- j. Combater as práticas de internação compulsórias que retomam lógicas manicomiais de cuidado a esses usuários.
- k. Apoiar a ampliação da rede de atendimento, conforme diretrizes da reforma psiquiátrica destacando a ampliação dos leitos em hospitais gerais para os cuidados na clínica integral aos usuários de álcool e outras drogas.

## **Tese 162**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ÂMBITOS INSTITUCIONAIS, COM OS GESTORES PÚBLICOS, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO – Relações entre o Sistema Conselhos de Psicologia e os movimentos sociais

### **Diretrizes**

1. Que o Sistema Conselhos incentive a participação de psicólogos nos órgãos de controle e movimentos sociais de forma organizada.

### **Encaminhamentos**

- a. Ampliar e promover debates com a psicólogos e demais entidades sobre a Saúde Suplementar.
- b. Articular com a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), intervenção nas Centrais Sindicais, para garantia da implementação do modelo antimanicomial na Saúde Suplementar.
- c. Em conjunto com outras categorias, entidades e movimentos sociais participe e promova a defesa da participação popular nos mecanismos e estratégias de controle social.
- d. Que o Sistema Conselhos promova debates, seminários e oficinas que qualifiquem a participação dos psicólogos nos órgãos de controle e movimentos sociais, além de acompanhar estrategicamente essa participação.

## **Tese 164**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA – Ampliação das parcerias com entidades da Psicologia

### **Diretrizes**

1. Fortalecer as diversas entidades e associações de Psicologia.
2. Fortalecer o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb) como recurso de articulação das entidades da Psicologia e contribuir para a ampliação da organização dos psicólogos em diversas áreas de atuação.
3. Fortalecer a Ulapsi para que possa ser lugar de difusão e apoio ao desenvolvimento de conhecimentos, no âmbito da Psicologia, que sejam úteis e comprometidos com a transformação das condições de vida nos países da América Latina.

### **Encaminhamentos**

- a. Manter participação e apoio do CFP ao FENPB.
- b. Defender no FENPB a democratização das entidades.
- c. Sugerir à União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi) a instituição de Prêmio Latino-Americano sobre Psicologia e Compromisso Social.
- d. Apoiar o fortalecimento da Ulapsi para que possa ser lugar de difusão e apoio ao desenvolvimento de conhecimentos, no âmbito da Psicologia.
- e. Definir critérios para destinação dos incentivos às entidades e associações que pleitearem, principalmente no que tange à representatividade do segmento que representa.

## **Tese 166**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA – Áreas emergentes em Psicologia

### **Diretrizes**

1. Buscar o aprimoramento do processo democrático de debate e construção de referências, no que diz respeito às áreas emergentes da Psicologia.
2. Fomentar, em parceria com entidades pertinentes, e integrar a discussão sobre a inserção de áreas emergentes da Psicologia e das Práticas Integrativas e Complementares, no campo acadêmico e científico, considerando não somente o contexto nacional, mas também o latino-americano.

### **Encaminhamentos**

- a. Criação de oportunidades para compartilhamento de saberes entre as diversas áreas da Psicologia.
- b. Fomento, em parceria com entidades representativas nas áreas, a fóruns de discussões, seminários e eventos sobre Práticas Integrativas e Complementares e demais áreas emergentes da Psicologia na categoria dos psicólogos.
- c. Estímulo à criação de grupos de trabalho nos Conselhos Regionais, a fim de consolidar a evolução do debate sobre a temática.
- d. Gestão na Ulapsi no sentido de promover intercâmbio e divulgação das áreas emergentes da Psicologia e das Práticas Integrativas e Complementares.

## **Tese 167**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA – Atuação do Psicólogo nas Instituições Educativas

### **Diretrizes**

1. Apoiar a inserção da disciplina de Psicologia como conhecimento a ser trabalhado da rede educacional do ensino médio.
2. Atuar no Legislativo para definir o ato de ministrar aulas de Psicologia como privativo dos psicólogos nas IES e nas redes de ensino público e privado.
3. Assegurar na legislação a inclusão do psicólogo como profissional da educação, possibilitando, assim, que as redes municipais, estaduais e federal contratem esse profissional nas instituições escolares e educacionais.
4. Defender a atuação do psicólogo como interventor na discussão e na solução dos conflitos existentes na escola e em toda a rede educacional.
5. Defender a transformação das Diretrizes apontadas no I Seminário Nacional do Ano Temático da Educação em ações que possibilitem servir de referências.
6. Estimular a participação dos psicólogos nos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação nas Conferências de Educação.

### **Encaminhamentos**

- c. Fazer parceria com as entidades para:
  1. Debater a participação da Psicologia no projeto interdisciplinar para o Ensino Médio, de forma a preservar as possibilidades do conhecimento da Psicologia para a formação do usuário dessa modalidade de Ensino.
  2. Promover Seminários Temáticos nesta área.
  3. Publicar o resultado desses eventos e divulgar aos psicólogos.
  4. Fazer gestões para Projetos de Lei que incluam a Psicologia no currículo do Ensino Médio.
- b. Viabilizar a oferta da Habilitação para Formação de Professor de Psicologia.
- c. Promover a articulação com instâncias responsáveis pela formação dos psicólogos no sentido de prepará-los para inserção no contexto educacional brasileiro tornando-os atuantes em relação às políticas públicas de Educação.
- d. Continuar com a manutenção, pelo Sistema Conselhos, das ações do Crepop para desenvolvimento de referências na Psicologia e na Educação que forneçam subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas.
- e. Incentivar a participação do Sistema Conselhos em ações nos poderes instituídos, nas entidades, na sociedade em geral, por meio de ampla discussão e divulgação.

- f. Acompanhar as ações legislativas em âmbito dos municípios, do estado e da federação, divulgando as propostas de atuação da Psicologia no campo da Educação.
- g. Mobilizar-se para garantir a votação da Emenda Parlamentar em tramitação no Congresso Nacional que propõe a inclusão do psicólogo como profissional da educação na Lei de Diretrizes e Bases (LDB).
- h. Mobilizar a categoria para articulação no Poder Legislativo que assegure na legislação a inclusão do psicólogo como profissional da Educação, possibilitando assim que as redes municipais, estaduais e federal contratem esse profissional.
- i. Informar a categoria sobre projetos de lei e emendas parlamentares que correspondem às referências produzidas pelo Sistema Conselhos no campo da Educação.
- j. Estabelecer com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional (Abrapee) e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep e universidades, produção de parâmetros para o exercício da Psicologia Escolar e Educacional (PEE).
- k. Realizar ações com entidades da Educação para fortalecer as referências de atuação do psicólogo no campo da Educação.
- l. Promover evento temático na área da PEE, semelhante ao Ano Temático da Educação.

## **Tese 172**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES DE PSICOLOGIA – Políticas públicas e atuação profissional

### **Diretrizes**

1. Integrar as diversas áreas de atuação do psicólogo para ampliação dos diálogos sobre as diferentes políticas públicas (Educação/Saúde/Assistência/Judiciário) e de seu caráter transdisciplinar.
2. Ampliar o diálogo com a sociedade, a fim de consolidar a participação do psicólogo nas políticas públicas e fomentar a interdisciplinaridade dos saberes inerentes à atividade e à atuação do psicólogo no campo das políticas públicas
3. Reforçar o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) de modo que, na atuação dos projetos definidos pela Apaf, se possa fortalecer a rede de colaboradores, incluindo parcerias com universidades, sindicatos e outras entidades relacionadas, ampliando a inserção da Psicologia no campo das políticas públicas e fortalecendo o diálogo com os gestores públicos.

### **Encaminhamentos**

- a. Promoção, pelo Sistema Conselhos, de eventos (seminários, reuniões, rodas de conversa, mostras, etc.) que evidenciem semelhanças e diferenças do trabalho do psicólogo, nas diferentes políticas públicas em seu caráter transdisciplinar.
- b. Aprimoramento da estrutura para o funcionamento do Crepop local e nacionalmente.
- c. Estabelecimento de grupos de trabalho e comissões para estudar e elaborar proposta de criação de Conselho Itinerante nas IES de Psicologia.
- d. Aproximação do Sistema Conselhos com os estudantes dos cursos de Psicologia, por meio de encontros com a finalidade de promover a inserção dos estudantes nos debates, questões e posicionamentos contemporâneos relacionados ao fazer psicológico.



## **Tese 173**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE PARA AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL –  
Afirmação e divulgação da Profissão do Psicólogo – ampla visibilidade na sociedade

### **Diretrizes**

1. Ampliar a divulgação do fazer do psicólogo e de suas especialidades aos gestores públicos e à sociedade em geral.
2. Aprimorar a comunicação entre a Psicologia, a sociedade e o Estado.

### **Encaminhamentos**

- a. Desenvolver ações de mobilização na mídia e por meio de eventos, com vistas à transformação da representação que a população tem do papel do psicólogo.
- b. O Sistema Conselhos deve produzir material informativo acerca dos "fazer do psicólogo" nas diversas áreas de atuação, em especial nas práticas emergentes.
- c. Utilizar as pesquisas do Crepop para incluir as práticas inovadoras no campo das políticas públicas, com vistas a estabelecer referências para a atuação nas realidades sociais diferentes.

## **Tese 175**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE PARA AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL –  
Comemoração dos 50 anos de regulamentação da profissão e publicização das práticas do psicólogo.

### **Diretrizes**

1. Promover a comemoração pelos 50 anos de profissão, intensificando diálogos com a sociedade.
2. Articular, juntamente com a Abep e outras entidades, a promoção de eventos científicos para a divulgação das pesquisas produzidas pelos acadêmicos e psicólogos.
3. Apoiar os núcleos de pesquisa com prêmio monográfico do CFP.

### **Encaminhamentos**

- a. Promover um evento nacional de comemoração dos 50 anos da profissão que contemple a categoria e a sociedade.
- b. Promover a produção de material audiovisual sobre a construção da Psicologia no Brasil da diversidade dos fazeres do psicólogo.
- c. Buscar parcerias com as IES para divulgação dos eventos relacionados a comunicação dos trabalhos científicos produzidos por acadêmicos de Psicologia e psicólogos.
- d. Criar espaços de discussão e esclarecimento da população em geral e das instituições empregadoras sobre a multiplicidade de atividades profissionais que podem ser exercidas pelo psicólogo em seus diversos campos de atuação.
- e. Articular juntamente com a Abep e entidades formadoras a promoção de eventos científicos para a divulgação de pesquisas produzidas pelos acadêmicos e psicólogos, referentes ao 50 anos da Psicologia.
- f. Promover ações conjuntas entre o Sistema Conselhos, entidades sindicais da Psicologia, associações, Instituições de Ensino Superior e entidades de qualificação profissional, para divulgação das diretrizes técnicas, éticas e políticas que orientam o exercício profissional da Psicologia.

## **Tese 176**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE PARA AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL –  
Psicologia e mídia

### **Diretrizes**

1. Manter e ampliar a discussão sobre a mídia nacional e seus efeitos na sociedade.
2. Levantar a discussão da questão da mídia e o trânsito.
3. Fortalecer a discussão sobre a necessidade do exercício do controle social sobre a mídia.

### **Encaminhamentos**

- a. Que o Sistema Conselhos participe e incentive a participação dos psicólogos nas comissões nacional, estaduais e municipais de Democratização da Comunicação, além de facilitar o diálogo do Sistema Conselhos de Psicologia com os Conselhos de Comunicação Social Nacional, Estadual e Municipal.
- b. Que o Sistema Conselhos de Psicologia mantenha fórum permanente para discussão da mídia e Psicologia.
- c. Que o Sistema Conselhos participe na formulação e implementação das propostas da Confecom.
- d. Promover seminários regionais para discussão do tema com participação da mídia local.
- e. Que o Sistema Conselhos desenvolva planos de enfrentamento das leituras feitas pela mídia de seus grandes temas de trabalho, tais como: Reforma Psiquiátrica, redução de danos, usos da mídia, trânsito, redução da maioria penal, violências, diversidade sexual, exploração da imagem da mulher, do homem, da criança e do adolescente e outros.

## **Tese 178**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS EM DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### **Diretrizes**

1. Promover a articulação entre o Sistema Conselhos e o sistema de garantia de direitos afim de efetivar os direitos da criança e adolescente e fortalecer a profissão.
2. Fomentar a discussão sobre a inclusão no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de dispositivo legal que estabeleça expressamente a impossibilidade de aplicação medida socioeducativa ao adolescente com transtorno mental em conflito com a lei, bem como a extensão da atenção em saúde mental ofertada por meio do SUS de acordo com a Lei nº 10.216/01, fortalecendo o debate sobre o tema.
3. Fazer gestões no Legislativo em defesa da criança e do adolescente em parceria com entidades afins (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente, Centros de Defesa, Conselhos Tutelares, etc).
4. Defender, com a atuação do Sistema Conselhos, as entidades de criança e adolescente se adéquem ao ECA, promovendo o debate entre os psicólogos e as diversas instâncias do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, na direção desse alinhamento.
5. Promover o protagonismo juvenil e fortalecer o direito à participação como sujeito de direito.
6. Fortalecer o movimento contrário a todo tipo de castigos físicos e humilhantes.
7. Fomentar a discussão entre os profissionais da rede de proteção à infância sobre a violência e sua crescente judicialização.
8. Promover debates que fortaleçam a ação do psicólogo na territorialidade e com o saber local.

### **Encaminhamentos**

- a. Promover diálogos e encontros com as instâncias públicas, tais como: Conselhos Tutelares, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, objetivando a aplicabilidade do ECA.
- b. Promover encontros e debates entre psicólogos, outros profissionais e representantes de órgãos que atuam e fiscalizam o Sistema de Garantia de Direitos.
- c. Participar, por meio dos órgãos de controle social e dos Conselhos de Direito, da elaboração de políticas públicas.
- d. Apoiar ao Sistema Conselhos (caso não tenha ocorrido) à rede Não Bata. Eduque, cuja Carta de Princípios está disponível no site [www.naobataedueque.org.br](http://www.naobataedueque.org.br).
- e. Mobilizar a categoria para a participação nos fóruns sobre o direito de criança e do adolescente.

- f. Estabelecer estratégias para a formulação de uma rede de serviços no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente para trabalhar na prevenção ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil e ao atendimento a vítimas, a familiares e ao agressor.
- g. Promover debates em fóruns voltados para a temática violência e juventude com vistas às políticas públicas em torno desse segmento e promover o fortalecimento da rede social para a garantia do sistema de direitos para os jovens.
- h. Colaborar com a construção de políticas públicas específicas para a juventude, fortalecendo-a como sujeito de direito.
- i. Realizar, em ação conjunta com outros órgãos, visitas e fiscalizações do CRP e do CFP às instituições de atendimento à criança e ao adolescente, por meio das Comissões de Direitos Humanos;
- j. Dialogar com as Secretarias de Defesa Social e de Segurança Pública, bem como com os psicólogos e as demais categorias sobre as diretrizes e referências para a atuação dos psicólogos nas unidades de privação de liberdade e semiliberdade.
- k. Apoiar a implementação do plano decenal, bem como as diretrizes definidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia para a categoria (do VII CNP).
- l. Fazer gestões no Legislativo em parceria com entidades afins (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente, Centros de Defesa, Conselhos Tutelares, etc.) para fortalecimento da fiscalização e da implementação do ECA, especialmente no que se refere aos artigos 150 e 151, que diz da contratação de equipe interdisciplinar para o Judiciário.

## **Tese 179**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS EM DEFESA DO IDOSO – Fortalecimento das políticas para o envelhecimento ativo e saudável e promoção dos direitos do idoso

### **Diretrizes**

1. Discutir no âmbito do sistema Conselhos a importância do tema e seus desdobramentos na sociedade, incentivando e qualificando a atuação do psicólogo nas políticas públicas referentes ao envelhecimento populacional.
2. Promover com o poder público fórum de discussão para análise da necessidade da inserção do profissional psicólogo nas equipes dos programas de atendimento à pessoa idosa.

### **Encaminhamentos**

- a. Apoiar a implantação de projetos coletivos em que o psicólogo possa mediar principalmente com a população idosa sua efetiva participação no fortalecimento de cidadania nos planos de ação governamental e não governamental para que façam parte de um modelo de desenvolvimento no envelhecimento.
- b. Fomentar ações em comissões já existentes do Sistema Conselhos para fortalecer as políticas públicas já existentes, buscando contribuições com a atuação do psicólogo na área do envelhecimento.
- c. Promover espaços de discussão coletiva sobre políticas públicas para idosos nos conselhos do idoso, Estratégia de Saúde da Família, Centros de Referência do Idoso e outros.
- d. Apoiar a luta pelo cumprimento dos direitos dos idosos previstos no Estatuto do Idoso e outros direitos alcançados.
- e. Utilizar os meios de comunicação entre Sistemas Conselhos e psicólogos possibilitando a compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos fundamentais para o exercício da cidadania da pessoa idosa.
- f. Estimular parcerias entre entidades da sociedade civil, psicólogos organizados e outros profissionais, legitimando e promovendo ações multiprofissionais com vistas à atenção e acolhimento ao idoso e ao cuidador.
- g. Continuar promovendo e intensificar a participação de psicólogos nos conselhos de controle social sobre o tema do idoso, propiciando a contribuição da Psicologia no âmbito das políticas públicas sobre o tema.
- h. Dialogar com os gestores públicos a implementação de política do idoso, com a criação de equipes interdisciplinares que incluam o psicólogo.
- i. Inserir o psicólogo nos Conselhos do Idoso e salientar articulações para que todas as pessoas tenham acesso ao conhecimento de direitos, como cidadãos na busca de uma sociedade mais humana.

j. Fazer gestões no Estado para implementação de ações de suporte aos cuidadores de idosos fragilizados, de acordo com a política nacional do idoso.

## **Tese 180**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL – Compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia no combate ao preconceito e à discriminação

### **Diretrizes**

1. Apoiar o Programa de Combate ao Preconceito, Discriminação e Racismo Institucional, com vistas a garantir a equidade nos serviços públicos.
2. Apoiar as ações de mobilização social no combate a todas as formas de preconceito e discriminação.
3. Manter diálogo permanente com outras categorias profissionais sobre questões relacionadas a todas as formas de preconceito e discriminação.
4. Apoiar e promover ações de defesa e promoção dos Direitos dos Grupos Sociais vulnerabilizados.

### **Encaminhamentos**

- a. Contribuir para elaboração de material com foco educativo na população, que possibilite leitura crítica dos conteúdos veiculados na mídia.
- b. Inclusão do item *raça/cor* no cadastro dos psicólogos.
- c. Trabalhar com a categoria no sentido de sensibilizá-la para a importância do item *raça/cor* para o avanço das políticas públicas.
- d. Que o Sistema Conselhos, por meio de sua Comissão Nacional de Direitos Humanos, mantenha e promova novos eventos relativos a temática.
- e. Construir parcerias com as entidades do movimento negro, inclusive quilombolas.
- f. Parceria com a Seppir, MEC, Ministério da Saúde, Secretarias de Educação e Saúde Estaduais e Municipais e Movimento Negro, objetivando a efetivação das políticas públicas para promoção da equidade racial.



## **Tese 181**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL – Descriminalização das Drogas no âmbito do Controle Social

### **Diretrizes**

1. Apoiar à descriminalização da pessoa usuária de álcool e outras drogas.
2. Apoiar políticas intersetoriais para o enfrentamento das questões relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas.
3. Mobilizar a categoria, em parceria com os diversos movimentos e atores sociais, para reivindicar a garantia do acesso ao tratamento conforme diretrizes da reforma psiquiátrica.
4. Afirmar a Reforma Psiquiátrica e a Política de Redução de Danos como diretriz de todas as ações referentes ao campo de atenção aos usuários de álcool e outras drogas.

### **Encaminhamentos**

- a. Fomentar debates no campo da redução de danos, em várias esferas: acadêmica, gestão pública, controle social.
- b. Discutir a temática junta às instâncias de controle social incentivando a participação dos usuários de álcool e outras drogas nos conselhos municipais e estaduais de políticas sobre drogas.
- c. Defender a luta pela implementação e ampliação do serviços substitutivos para atenção ao usuário de álcool e outras drogas.
- d. Atuar nos órgãos competentes para fiscalização dos serviços de atendimento na área de atenção de álcool e outras drogas.
- e. Incentivar a participação dos psicólogos nos órgãos de controle e gestão pública relativos à política de álcool e outras drogas.
- f. Estimular as discussões intersetoriais e construir referências para o atendimento na área.
- g. Criar referências para o exercício profissional, visando à não discriminação da pessoa usuária pelo profissional psicólogo.
- h. Promover o diálogo com os diversos setores, fortalecendo a parceria com representantes dos usuários e dos movimentos sociais da área com o intuito de afirmar os direitos dos usuários.
- i. Que o Sistema Conselhos promova ou facilite, por meio de fóruns, por exemplo, parcerias efetivas com Segurança Pública e Ministério da Saúde a fim de garantir ações integrais no que diz respeito ao tema drogadição, sobre a descriminalização do uso de drogas e sobre políticas de redução de danos.

j. Promover discussões sobre a necessidade de desapenamento e descriminalização do uso da maconha no país.

## **Tese 182**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL – Enfrentamento da Homofobia/Resolução CFP 01/1999

### **Diretrizes**

1. Promover a visibilidade de iniciativas de enfrentamento à homofobia, bem como fortalecer os movimentos sociais relacionados ao tema.
2. Ampliar o debate sobre a discriminação em relação à orientação sexual, bem como quanto à identidade de gênero.
3. Divulgar a resolução 1/1999, reafirmando seu propósito.

### **Encaminhamentos**

- a. Produzir materiais informativo para os profissionais e para a população sobre o conteúdo da resolução 1/99.
- b. Incentivar a produção científica sobre o tema Psicologia, diversidade sexual e gênero.
- c. Criar de espaços no jornal do CFP e nos jornais dos CRPs para divulgação das questões ligadas a sexualidade, gênero e orientação sexual.
- d. Apoio ao PL 4914/09 que contempla a união estável de pessoas do mesmo sexo.
- e. Apoiar as propostas que contemplam a união estável e a adoção de crianças e adolescentes por casais homossexuais.
- f. Incentivar a participação dos(as) psicólogos(as) nos espaços de discussões que deliberem sobre as políticas públicas intersetoriais, divulgando Resolução CFP 1/1999.

## **Tese 185**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL – Mídia, subjetividade e controle social

### **Diretrizes**

1. Ampliar, fortalecer e qualificar a contribuição da Psicologia na área da comunicação, mídia e produção de subjetividade.
2. Promover o envolvimento dos profissionais psicólogos nos movimentos de democratização da comunicação.
3. Fortalecer a participação dos conselhos regionais nos movimentos pela democratização da comunicação, por meio de parcerias como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a campanha pela Ética na TV.
4. Manutenção do Coletivo de Comunicação do Sistema Conselhos.
5. Fomentar os Fóruns Estaduais e Municipais interdisciplinares pela democratização dos Meios de Comunicação Social para efetivação das deliberações aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação realizada em Brasília em dezembro de 2009.

### **Encaminhamentos**

- a. Contribuir na construção de critérios norteadores para a indicação do conteúdo da programação televisiva a partir da leitura da Psicologia.
- b. Participar de movimentos pela democratização das comunicações, tais como o Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC), contribuindo para o fortalecimento dos comitês estaduais e outras articulações locais.
- c. Dar continuidade às parcerias com universidades, sindicatos e outras instituições comprometidas com a democratização da comunicação e promover fóruns e seminários, no sentido de despertar a categoria sobre a importância, a força e a responsabilidade dos meios de comunicação na construção da subjetividade e suas consequências para a sociedade brasileira.
- d. Envidar esforços para que as Conferências de Comunicação sejam garantidas na agenda nacional (definir periodicidade, participação democrática, etc.).
- e. Participar de movimentos e ações para criação e fortalecimento do controle social da mídia, destacando o Conselho Nacional de Comunicação e outras iniciativas, como o Ética na TV da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e a constituição de comitês estaduais.
- f. Discutir e encaminhar com a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) propostas que contribuam para a produção de conteúdos, garantindo inserção maior e interlocução constante da Psicologia nas comunidades.

g. Estabelecer como parâmetro nas avaliações e ações voltadas para a mídia o respeito aos Direitos Humanos e os posicionamentos assumidos pelo Sistema Conselhos com relação às questões raciais, de gênero, diversidade sexual, homofobia, defesa do ECA, defesa do Estatuto do Idoso e outros relacionados à garantia de direitos.

h. Elaborar de forma contínua subsídios de formação (livros, revistas, folders, seminários) como forma de estimular os psicólogos a manter-se envolvidos nessa área

i. Estimular a participação de profissionais de Psicologia nas discussões sobre violência produzida pela mídia.

## **Tese 187**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL – Reafirmação e defesa da Reforma Psiquiátrica no âmbito do controle social

### **Diretrizes**

1. Fortalecer a defesa da reforma psiquiátrica antimanicomial e suas diretrizes.
2. Fortalecer as parcerias com órgãos e movimentos sociais em defesa da reforma psiquiátrica antimanicomial.
3. Fortalecer a participação dos psicólogos nos espaços de controle social como agentes transformadores em sua própria realidade de trabalho.
4. Reafirmar a implementação de políticas públicas intersetoriais relacionadas à saúde mental, sob a perspectiva antimanicomial.
5. Apoiar a ampliação da rede de serviços substitutivos conforme preconiza a política pública da reforma psiquiátrica.

### **Encaminhamentos**

- a. Apoiar os movimentos sociais que lutam por uma sociedade sem manicômios.
- b. Apoiar eventos e ações intersetoriais que visem à consolidação da política pública de saúde mental.
- c. Estimular os profissionais e os estudantes da área a participar das discussões e mobilizações para a ampliação da rede de serviços substitutivos.
- d. Fazer gestões no Estado para a efetiva ampliação da rede de serviços substitutivos.
- e. Ampliar fóruns de participação de diferentes setores e com a sociedade para que se unam no trabalho da promoção da saúde mental, visando a problematizar a construção social do preconceito em relação ao usuário da Saúde Mental, superando o estigma e promovendo formas comunitárias de socialização.
- f. Fazer gestões no Poder Público no sentido de fortalecer a concretização da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, com o indicativo de elaboração de projetos com metas a ser cumpridas, além de realização de fiscalizações conjuntas.
- g. Fazer gestões na Fenapsi e demais entidades sindicais para tratar das questões relativas às condições de trabalho da categoria na área da Saúde Mental.
- h. Fomentar campanhas educativas em escolas, empresas, dispositivos midiáticos (rádio, TV, etc.), segurança pública, sobre as questões referentes a loucura, saúde mental e reforma psiquiátrica.
- i. Criar referências técnicas da atuação do psicólogo, tendo como objetivo a concretização da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial.

j. Fortalecer ações e mobilizações do Estado e dos diversos movimentos sociais em prol da saúde mental na perspectiva antimanicomial, especialmente no que se refere às regiões distantes dos grandes centros urbanos.

k. Fiscalizar e denunciar serviços que aviltem os DHs das pessoas com transtornos mentais.

## **Tese 188**

### **Tema da Tese**

DIÁLOGOS PARA FORTALECIMENTO DO SISTEMA CONSELHOS NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL – Fortalecimento da atuação do Sistema Conselhos nos espaços de controle social

### **Diretrizes**

1. Estimular na categoria sua inserção nos órgãos de controle social, incentivando a participação de estudantes, profissionais e usuários, como ação de fortalecimento da democracia.
2. O Sistema Conselhos deve identificar as formas de representação dos psicólogos nos diversos conselhos de controle social.
3. Fomentar a atuação do psicólogo nos espaços de controle social das políticas públicas, de modo a colaborar para uma visão crítica da inserção da Psicologia na sociedade.
4. Incentivar a organização e o fortalecimento dos movimentos sociais que lutam pela defesa de direitos e por uma sociedade cidadã.
5. Que o Sistema Conselhos de Psicologia qualifique a participação dos psicólogos nos Conselhos de Gestão Pública, na perspectiva da compreensão de seu papel de representante de um coletivo e na construção de prioridades e de posicionamentos perante as questões que ferem os direitos dos cidadãos.
6. Fortalecer a participação e estimular a formação de quadros (psicólogos(as)) qualificados para a participação em instâncias deliberativas de controle social (conselhos, fóruns, etc.) como ação de fortalecimento da democracia.

### **Encaminhamentos**

- a. Realizar um Ano das Políticas Públicas com foco na participação social da Psicologia nas instâncias de Controle Social.
- b. Os CRPs devem promover encontros de natureza política e científica – como fóruns de discussão e palestras – dos psicólogos conselheiros de instâncias de controle social para qualificação da participação nos diversos temas e para o estabelecimento de diretrizes para a representação.
- c. Divulgar nos meios de comunicação do Sistema Conselhos de Psicologia as reflexões e informações oriundas das discussões dos espaços de deliberação das políticas públicas e das lutas encampadas pelos movimentos sociais com os quais estamos implicados.
- d. Incluir na metodologia do Crepop o mapeamento (georreferenciamento) das instâncias do controle social, bem como a participação dos psicólogos; a fim de criar a área de interesse do controle social dentro da comissão de políticas públicas de todos os CRPs, quando houver.
- e. Elaborar publicação sobre participação popular e controle social em políticas públicas, divulgando as diretrizes para a participação nas instâncias de controle social.
- f. Debater e encaminhar ao Sistema Conselhos, ao Estado e à sociedade, proposta de realização de fórum que possa discutir a questão sob a perspectiva das políticas de urbanização, moradia,



inclusão, acessibilidade, cidadania, e também da importância e da necessidade de fortalecimento das organizações de base popular.

g. Realizar seminários regionais e nacional para qualificar a discussão da interface e participação da Psicologia nas instâncias de controle social.

h. Divulgar aos gestores e conselhos de controle social as análises e documentos de referência elaborados pelo Crepop.

i. Promover, por meio do Crepop, levantamento dos profissionais de Psicologia que estejam no controle social e criar estratégias de formação para participação qualificada.

j. Divulgar os órgãos de controle social pelo jornal e pelos sites do Sistema Conselhos.

k. Promover o debate acerca do diálogo sobre Psicologia e Política.

## **MOÇÕES APROVADAS PELO PLENÁRIO DO VII CNP**

**1. Moção pela aprovação da Resolução que veda a participação dos psicólogos em metodologias e salas de inquirição especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual.**

“Nós delegados e delegadas do VII Congresso Nacional de Psicologia com o tema Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão, reunidos no Hotel Nacional em Brasília no período de 03 a 06 de junho de 2010, vimos apresentar a seguinte moção:

Apoiamos a aprovação da Resolução que veda a participação dos psicólogos em metodologias e salas de inquirição especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, por considerarmos que esta prática não é reconhecida como atribuição e nem competência de psicólogos.

Consideramos que não é função do psicólogo servir como inquiridor na busca de uma suposta verdade judicial com o objetivo de criminalizar o suposto agressor; ele poderá participar do processo judicial através do seu trabalho junto da autoridade judicial, mas visando sempre o interesse da criança, a restauração dos laços sociais, a saúde mental, a convivência familiar, a elaboração de conflitos, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, utilizando técnicas e metodologias reconhecidas e aprovadas pelo Código de ética do psicólogo, e não como inquiridor”.

## **2. Moção de repúdio ao processo em curso de instalação no Tribunal de Justiça de São Paulo do método conhecido como “Justiça sem dor”.**

“Nós delegados e delegadas do VII Congresso Nacional de Psicologia com o tema Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão, reunidos no Hotel Nacional em Brasília no período de 03 a 06 de junho de 2010, vimos apresentar a seguinte moção:

Repudiamos o processo em curso de instalação no Tribunal de Justiça de São Paulo do método conhecido como “Justiça sem dor” para ouvir, sem traumas, a versão de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes sexuais ou maus-tratos que deve se iniciar em junho em quatro cidades (Atibaia, Campinas, Santo André e possivelmente Guarulhos), segundo o jornal Folha de São Paulo – 28.05.10, por considerarmos que se trata de metodologia de inquirição especial. Apesar da denominação de “Avaliação Especial”, consideramos que esta metodologia não é uma prática psicológica, pois o profissional está colhendo o depoimento orientado por um juiz.

Consideramos ainda que o projeto foi construído sem o necessário debate da sociedade civil, dos profissionais envolvidos e dos Conselhos Representativos do Serviço Social e da Psicologia e desconectado da rede de proteção e suas instâncias de controle social. Ignorou ainda Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (554/2009) e manifestações do Conselho Federal de Psicologia no sentido de que a inquirição não é atribuição do assistente social, nem do psicólogo.

Consideramos ainda que este tipo de prática desvirtua o foco da proteção social básica e especial necessárias, desvaloriza os procedimentos e metodologias científicas (estudos técnicos), projetando sobre outros profissionais funções dos operadores do Direito.

### **3. Moção de repúdio à aprovação do Projeto de Lei do Ato Médico (PL 7.703/06), que foi aprovado pela Câmara Federal**

“Os participantes VII Congresso Nacional de Psicologia, reunidos em Brasília – DF, de 03 a 06 de junho de 2010, dirigem-se aos Deputados e Senadores do Congresso Nacional para **Manifestar seu absoluto repúdio à aprovação, do Projeto de Lei (PL) do Ato Médico (7.703/06) que foi aprovado pela Câmara Federal e agora encontra-se prestes a ser votado no Senado.** O PL propõe regulamentação do Ato Médico em oposição aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, ao afirmar a hierarquização e hegemonia de uma profissão do campo de saúde sobre as demais que compõe esse campo.

A interdisciplinaridade e a horizontalidade das relações de trabalho são de importância fundamental para a consolidação do modelo de atenção em saúde no Brasil, pela qual vimos lutando, e esse congresso vem somar. É lamentável que princípios por nós defendidos, manifesto ao longo dos debates nos congressos, sejam rompidos por nossos representantes parlamentares. Prejudicando as conquistas históricas de regulamentação de outras especialidades do campo da saúde (Psicologia, Serviço Social, Enfermagem, Biomedicina, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Farmácia, Fonoaudiologia, Educação Física, Radiologia.”

**4. Moção de solicitação de que sejam preestabelecidas, em Plenária do CNP, regras para os trabalhos dos grupos (proposta para o próximo CNP).**

“Nós, delegados do VII CNP abaixo assinados, sugerimos que, para as próximas edições do Congresso, o procedimento de funcionamento dos grupos de trabalho receba uma proposta básica no regimento interno e seja apreciado na plenária de abertura, assim como é feito quanto ao procedimento da plenária final.

Entendemos que a discussão das teses fica prejudicada pelo tempo despendido na discussão da metodologia de trabalho dos grupos. Com regras pré-estabelecidas em plenária, facilita-se a coordenação dos grupos e a colaboração dos delegados.”

#### **5. Moção de apoio à legalização do aborto.**

“Reconhecendo tanto a complexidade do tema, quanto os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e entendendo a situação de sofrimento decorrente da criminalização e da falta de acesso aos serviços de saúde, os/as delegado(as) do VII Congresso Nacional de Psicologia vêm manifestar seu apoio à legalização da prática do aborto no Brasil, independente de a gravidez ser decorrente de violência ou haver risco de morte para a mulher”.

## **DELEGADOS CREDENCIADOS PARA O VII CNP**

### **CRP 1ª REGIÃO** (Distrito Federal, Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia)

Carla Maria Manzi Ferreire Baracat

Cynthia R. C. A. Ciarallo

Eucinete Ferreira de Lima

Iolete Ribeiro da Silva

Ivo Oscar Donner

Leovanne Gregório

Lígia Maria Duque J. De Assis

Macleine Paula de Melo

Raquel de Brito Oliveira Hatcher

Ruti Rodrigues Albuquerque

Yung Fong de Pontes

### **CRP 2ª REGIÃO** (Pernambuco, Fernando de Noronha)

Alessandra de Lima e Silva

Clara Goldman Ribemboim

Maria Conceição Costa

Maura Regina Barros dos Santos

Murilo Toledo Calafange

Rejane Maria de Oliveira Cavalcanti

Roberta Lacerda Matias Maciel

Verônica Carrazzone Borges

### **CRP 3ª REGIÃO** (Bahia, Sergipe)

Alberto de Jesus Orge Rocha

Carlita Moraes Bastos

Carmedite Moreira Santos Silva

Edelvaise Mendonça Ferreira

Jameson Pereira Silva

Marilda Castelar

Marília Martins de Araújo Reis

Rogério da Silva Abílio

Valter da Mata Filho



**CRP 4ª REGIÃO** (Minas Gerais)

Agderalda Alice de Faria Leite  
Amaury Costa Inácio da Silva  
Camila Teixeira Heleno  
Diana Lopes Alves  
Elisangela de Souza  
Francianny Bezerra Costa  
Hélcia Maria da Silva Veriato  
Humberto Cota Verona  
Jacqueline Simone de Almeida Machado  
José Carlos Meireles de Souza  
Juliana de Paula Medeiros  
Luciana Canela Sales Paixão  
Marcus Macedo  
Maria Vânia Silva Castro  
Ricardo Moretzsohn  
Rodrigo Dubtcheck de Figueiredo  
Rodrigo Torres Oliveira  
Rogério de Oliveira Silva  
Rosemary Carrusca Vieira

**CRP 5ª REGIÃO** (Rio de Janeiro)

Alexandre Ferreira do Nascimento  
Alexandre Trzan Avila  
Beatriz Adura Martins  
Carla Silva Barbosa  
Claudete Francisco de Souza  
Cristiane Knijnik  
José Novaes  
Lia Toyoko Yamada  
Lindomar Expedito Silva Darós  
Luciano Schultz Barbosa  
Lygia Santa Maria Ayres  
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho  
Suzana Santos Libardi  
Vivian de Almeida Fraga  
Zuleika Fátima Vitoriano Olivan

**CRP 6ª REGIÃO** (São Paulo)

Adriana Eiko Matsumoto  
Alessandra Kanazawa  
Ana Mercedes Bahia Bock  
Carla Biancha Angelucci  
Carolina H. R. Sombrini  
Daiane Cristina Ladislau  
Esther A. K. Katayama  
Fernanda Lou Sans Magano  
Heloisa Helena Alonso Capasso da Silva  
Jessica Bianca Nicotera  
Joari Aparecido Soares de Carvalho  
José Alexandre de Lucca  
Juliana dos Santos  
Jumara Silvia Van de Velde Vieira  
Katia Sayuri Santos Tanaka  
Lourdes de Fátima Genaro  
Maria da Graça Marchina Gonçalves  
Maria do Carmo Lima Batista  
Maria Erminia Ciliberti  
Marilene Proença Rebello de Souza  
Regina Célia Duarte  
Saulo Valmor Batista  
Thiago Galassi Maraccini

**CRP 7ª REGIÃO** (Rio Grande do Sul)

Alexandra Maria Campelo Ximendes  
Ana Paula Eid  
Dirce Terezinha Tatsch  
Flávia Flach  
Ildo Paulo Salvi  
Jerto Cardoso da Silva  
Liliane Gallina Scabeni  
Loiva Maria De Boni Santos  
Lucimara Zammo Siqueira  
Maria da Graça Correa Jacques  
Taíse Dias  
Vera Lúcia Pasini

**CRP 8ª REGIÃO** (Paraná)

André Luiz Vendel  
Bruno Jardini Mader  
Denise Matoso  
Edilaine Baccarin  
Mara Julci de Freitas Kamaroski  
Maria Sezineide Cavalcante de Melo  
Marly Terezinha Perrelli  
Pricilla Machado de Alcântara Barbosa  
Rosana Ehlke  
Semiramis Maria Amorim Vedovatto

**CRP 9ª REGIÃO** (Goiás, Tocantins)

Cecília Maria Vieira  
Eliana Núbia Moreira Musiello  
Eriko Netto de Lima  
Heloiza Helena M. A. Massanaro  
Kelly Martins Lourenço  
Leonardo de Lima Oliveira  
Maria Betania Gondim da Costa  
Onofre Guilherme dos Santos Filho  
Suse de Araújo Santos

**CRP 10ª REGIÃO** (Pará, Amapá)

Allan Werbertt de Miranda  
Dorotéa Albuquerque de Cristo  
Jureuda Duarte Guerra  
Nazir Rachid Filho

**CRP 11ª REGIÃO** (Ceará, Piauí, Maranhão)

Adriana de Alencar Gomes Pinheiro  
Aline Rosa Pontes Milet Freitas  
Ana Hirlene de Brito Correia Oliveira  
Fernanda Freitas Santos  
Sara Cavalcanti Souza  
Tatiana Oliveira de Carvalho

**CRP 12ª REGIÃO (Santa Catarina)**

Celso Francisco Tondin  
Deise Maria do Nascimento  
Fernanda Denise Satler  
Giulianna de Rogérius C. Leandro Remor.  
Gustavo Pereira O D'Eça Neves  
Jaira Terezinha Rodrigues  
Lilia Aparecida Kannan  
Marilene Wittitz  
Marilú de Campos Lemos

**CRP 13ª REGIÃO (Paraíba)**

Ana Luiza Ferreira  
Luciana Maria Costa da Silveira Nepomuceno  
Maria do Socorro Pimentel  
Telêmaco Matias Cardeal

**CRP 14ª REGIÃO (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul)**

Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandolli  
Carlos Afonso Marcondes Medeiros  
Carlos César Coelho Netto  
Priscila Batistuta Nóbrega  
Reinaldo Faria Barrozo  
Renan da Cunha Soares Junior

**CRP 15ª REGIÃO (Alagoas)**

Acácia Porfírio de Farias  
Adriana Pimentel Azevedo  
Benedito Raimundo Arruda Cedrim  
Eduardo Augusto de Almeida  
Graciele Oliveira Faustino  
Izolda de Araújo Dias  
José Felix Vilanova Barros  
Nilo Rosalvo Calheiros Borba  
Silvia Teixeira de Lima

**CRP 16ª REGIÃO (Espírito Santo)**

Andréa dos Santos Nascimento  
Felipe Rafael Kosloski  
Gliciane Chagas Brumatti  
Hildicéia dos Santos Affonso  
Isabele Santos Eleotério  
José Carlos Pires Coelho

**CRP 17ª REGIÃO** (Rio Grande do Norte)

Alysson Zenildo Costa Alves

Carlos Henrique Souza da Cruz

Fernando Joaquim da Silva

Nilza Maria Molina Mendes

Sandra Maria de Vasconcelos Uchoa

## **OBSERVADORES PRESENTES**

**CRP 1ª REGIÃO** (Distrito Federal, Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia)  
Mariza Borges

**CRP 2ª REGIÃO** (Pernambuco, Fernando de Noronha)  
Ana Elizabeth Gomes do Nascimento

**CRP 3ª REGIÃO** (Bahia, Sergipe)  
Fabrizio da Silva Goes  
Karla Melo Santos Menezes

**CRP 4ª REGIÃO** (Minas Gerais)  
Eliana Márcia Maria Fittipaldi Torga  
Maria da Conceição Novaes Caldas

**CRP 5ª REGIÃO** (Rio de Janeiro)  
Ernesto José dos Santos

**CRP 6ª REGIÃO** (São Paulo)  
Maria de Fátima Nassif  
Miriam da Conceição de Oliveira  
Natalia Maria Mazer

**CRP 7ª REGIÃO** (Rio Grande do Sul)  
Ana Carla Winter

**CRP 8ª REGIÃO** (Paraná)  
João Baptista Fortes de Oliveira

**CRP 9ª REGIÃO** (Goiás, Tocantins)  
Marnene Soares de Souza

**CRP 10ª REGIÃO** (Pará, Amapá)  
Ercio da Silva Teixeira

**CRP 11ª REGIÃO** (Ceará, Piauí, Maranhão)  
Cláudia Alves Cunha

**CRP 13ª REGIÃO** (Paraíba)  
Maria das Graças Teles Martins

**CRP 14ª REGIÃO** (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul)  
Mirvana Spinola Barbosa  
Sydnei Ferreira Ribeiro Junior

**CRP 15ª REGIÃO (Alagoas)**

Francisca Cardoso

**CRP 16ª REGIÃO (Espírito Santo)**

Adriana Salezze

**CRP 17ª REGIÃO (Rio Grande do Norte)**

Therezinha Maciel da Silva

## ENTIDADES CONVIDADAS PRESENTES

<b>ENTIDADE</b>	<b>NOME</b>
FENPB/ SBPH	Mônica Giacomini Guedes da Silva
ABEP	Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni
IBAP	Ana Paula Porto Noronha
FENAPSI	Frederico leite
Convidada	Lenilde Ramos
CFP	Ana Maria Pereira Lopes
ABRAPEE	Beatriz Belluzzo Brando Cunha
CONEP	José Anézio Vale
CONEP	Lidiane Cristine



# **COMISSÃO ORGANIZADORA**

## **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**

Anice Holanda Nunes Maia

Clara Goldman Ribemboim

## **CRP 2ª REGIÃO** (Pernambuco, Fernando de Noronha)

Marcus Adams de Azevedo Pinheiro

## **CRP 4ª REGIÃO** (Minas Gerais)

Rogério de Oliveira Silva

## **CRP 6ª REGIÃO** (São Paulo)

Marilene Proença Rebello de Souza

## **CRP 7ª REGIÃO** (Rio Grande do Sul)

Ivarlete Guimarães de França

## **CRP 10ª REGIÃO** (Pará, Amapá)

Dorotéia Albuquerque de Cristo

## **CRP 11ª REGIÃO** (Ceará, Piauí, Maranhão)

Adriana de Alencar Gomes Pinheiro

## **CRP 14ª REGIÃO** (Minas Gerais)

Marisa Helena Alves Batista